

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**LÓGICAS DE COOPERAÇÃO DOS ASSENTADOS:
IDEALIZAÇÕES E REALIZAÇÕES**

MARCOS AUGUSTO PALADINI DOS SANTOS

CAMPINAS
DEZEMBRO DE 2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**LÓGICAS DE COOPERAÇÃO DOS ASSENTADOS:
IDEALIZAÇÕES E REALIZAÇÕES**

Dissertação submetida à banca examinadora
para obtenção do título de Mestre em
Engenharia Agrícola na área de concentração
em Planejamento e Desenvolvimento Rural
Sustentável

MARCOS AUGUSTO PALADINI DOS SANTOS

Orientadora: Profª Drª Julieta Teresa Aier de Oliveira

CAMPINAS
DEZEMBRO DE 2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

Sa59L Santos, Marcos Augusto Paladini dos
Lógicas de cooperação dos assentamentos:
idealizações e realizações / Marcos Augusto Paladini
dos Santos. --Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador: Julieta Teresa Aier de Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Capital social (Sociologia). 2. Cooperação. 3.
Assentamentos humanos. 4. Reforma agrária. 5. Tipos
de assentamento agrário. Sociabilidade. I. Oliveira,
Julieta Teresa Aier de. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III.
Título.

Título em Inglês: Logic of cooperation of the rural settled: idealizations and
accomplishments.

Palavras-chave em Inglês: Social capital (Sociology), Cooperation, Human
settlement, Land reform, Land settlement patterns,
Sociability.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Titulação: Mestre em Engenharia Agrícola.

Banca examinadora: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Vera Lúcia
Silveira Botta Ferrante e Nilson Antonio Modesto Arraes.

Data da defesa: 19/12/2005.

***“... no andar da carroça
as abóboras se acomodam ...”
(Cezinha)***

Ao Jorginho e à Nininha, meus pais, pelo apoio, carinho, dedicação e luta, por valores que impulsionam o desafio de estudar sempre, pela demonstração na prática da vida, de que a complexidade é simples de ser vivida, desde que seja com amor. Um amor que sempre nos faz sentir menino, sempre a ter o que aprender com eles.

Agradecimentos

ao ser maior, que nos dá força para continuar a vida, no caminho, mesmo que muitas vezes optemos por descaminhos, nos dando oportunidades de rever, alterar outros passos;

à Fundação ITESP pela oportunidade de participação do Programa de Aperfeiçoamento Profissional, pelas informações e material disponibilizado ao desenvolvimento deste estudo;

à FEAGRI/UNICAMP pelo trabalho e dedicação de funcionários e professores, no convívio e desenvolvimento deste trabalho;

aos assentados do Assentamento Reage Brasil de Bebedouro, pela experiência de vida no período de trabalho como técnico e no retorno como pesquisador;

à professora Julieta pela oportunidade, confiança e paciência neste período de estudo;

à professora Sônia pela disponibilidade, atenção e confiança no desenvolvimento deste trabalho;

à professora Vera pelo carinho, amizade, críticas e sugestões que contribuíram para as mudanças de olhar;

ao Prof^o Wirley pelas sugestões e indagações na etapa de qualificação;

ao amigo Ivan pelo apoio na coleta de dados e atualização das informações;

à *Mariana* companheira neste processo de transformação pessoal, pelo amor, carinho, compreensão, paciência e apoio nos momentos críticos, incentivando e valorizando minhas escolhas;

aos amigos que apoiaram a realização deste trabalho das diferentes formas, com apoio moral, carinho, compreensão, na apoio a obtenção de informações;

aos amigos do mestrado que apesar do pouco tempo de convívio, proporcionaram experiências ricas de vida;

SUMÁRIO

Lista de Mapas	vi
Lista de Fotos	vii
Lista de Tabelas	iv
Lista de Abreviaturas	x
Resumo	xi
Abstract	xii
Apresentação	1
Exper(C)iência: escolhas e caminhos percorridos	1
Introdução	5
Universo Empírico: o Projeto de Assentamento em Questão	7
Como entender lógica e cooperação: o eixo do trabalho pretendido	10
Caminhos da Pesquisa e da Experiência	13
Breves reflexões sobre as categorias analíticas presentes no trabalho	15
Estruturação do Trabalho	20
Capítulo - 1 – A Geração da Cooperação	23
Experiência Anterior de Luta	23
Recomeço da Luta pela Terra	28
Entraves e Desafios da Luta	29
A Luta em Processo: relação com a terra	31
A presença dos mediadores	53

Capítulo - 2 – Organização do Espaço e das Formas Sociais do Cotidiano	57
Projeto do Estado: Idealizações e Realizações	57
Organização do Espaço	72
A Formação de Grupos	77
Cotidiano e Sociabilidade	80
Transformação do Espaço: o “Lugar é nosso”	85
A Chegada dos Outros -Prefeitura, Universidade, Partidos Políticos, Igrejas	90
 Capítulo - 3 – Viver no Assentamento: Sociabilidades, Tensões e Expressões da “Lógica de Cooperação”	93
Tempo – 1 – Mulheres - cotidiano e luta	97
Tempo – 2 – Homens - trabalho e família	109
Tempo – 3 – Conquistas - cesta básica e dignidade / escola e melhorias	119
 Considerações Finais ou Repondo Questões	121
 Bibliografia	129
 Anexos	137

Lista de Mapas

Mapa – 01 – Mapa do Estado de São Paulo com Destaque do Município de Bebedouro. p.73.

Mapa – 02 – Planta do Projeto de Assentamento Reage Brasil – Situação Inicial – 1998/1999. p.74.

Mapa – 03 – Planta do Projeto de Assentamento Reage Brasil – Situação Intermediária – 1999/2001. p.75.

Mapa – 04 – Planta do Projeto de Assentamento Reage Brasil – Situação Final – 2003. p.76.

Lista de Fotos

- Foto – 01** – *Acampamento dentro da área do Horto de Bebedouro (1998). p.43.*
- Foto – 02** – *Capelinha dentro do Horto de Bebedouro (1999). p.50.*
- Foto – 03** – *Reunião com Coordenação do Assentamento para discussão do Planejamento Territorial (1999). p.62.*
- Foto – 04** – *Assembléia Geral do Assentamento para discussão do Planejamento Territorial (1999). p.63.*
- Foto – 05** – *Áreas do Assentamento – à esquerda – Eucalipto; à direita – Madeira sem valor comercial (1999). p.68.*
- Foto – 06** – *Áreas do Assentamento com Madeira sem valor comercial (1999). p.69.*
- Foto – 07** – *Áreas do Assentamento com Madeira sem valor comercial (1999). p.71.*
- Foto – 08** – *Assembléia no assentamento – mulheres (1999). p.78.*
- Foto – 09** – *Horta das mulheres na sede do assentamento (1999). p.79.*
- Foto – 10** – *Prédio da futura escolinha (1999). p.80.*
- Foto – 11** – *Cerimônia do sorteio dos lotes (2000). p.82.*
- Foto – 12** – *Reunião na Sede (sem reforma) do assentamento (1999). p.85.*
- Foto – 13** – *Assembléia Geral do Assentamento com lideranças sindicais (1999). p.86.*
- Foto – 14** – *Sede do Assentamento reformada (1999). p.87.*
- Foto – 15** – *Abertura de estradas no Assentamento (área antigo com madeira sem valor comercial) (1999). p.88.*
- Foto – 16** – *Escolinha reformada e em funcionamento (da direita para esquerda – crianças, professora e mulher assentada) (1999). p.94.*
- Foto – 17** – *Homens e mulheres na sede fazendo rapadura e melaço (1999). p.96.*
- Foto – 18** – *Mulheres na horta da sede (1999). p.97.*
- Foto – 19** – *Trabalho da Comissão Pastoral da Criança (1999). p.101.*
- Foto – 20** – *Mulheres na sede preparando a multi-mistura e outros produtos (1999). p.102.*
- Foto – 21** – *Estória em quadrinho – autoria de Éder – p.1-2. (1999). p.105.*
- Foto – 22** – *Estória em quadrinho – autoria de Éder – p.3-4. (1999). p.105.*
- Foto – 23** – *Estória em quadrinho – autoria de Éder – p.5-6. (1999). p.106.*
- Foto – 24** – *Estória em quadrinho – autoria de Éder – p.7-8. (1999). p.106.*
- Foto – 25** – *Estória em quadrinho – autoria de Éder – p.7-8. (1999). p.107.*
- Foto – 26** – *Homens trabalhando na retirada de madeira sem valor comercial (1999). p.110.*
- Foto – 27** – *Jovens trabalhando na retirada da madeira sem valor comercial (1999). p.115.*

Foto – 28 – *Assembléia Geral discutindo encaminhamento dos trabalhos. (2000). p.118.*

Foto – 29 – *Desenho feito espontaneamente por jovem filho de assentado (2000). p.122.*

Foto – 30 – *Estrada interna principal do assentamento (2005). p.126.*

Foto – 31 – *Vista de lotes (mosaico diversificado de produção) (2005). p.127.*

Lista de Tabelas

Tabela – 01 - Ocupação do Solo do município de Bebedouro.

Tabela – 02 - Estrutura Fundiária do município de Bebedouro.

Tabela – 03 - Estrutura Fundiária do município de Bebedouro.

Tabela – 04 - Área ocupada por culturas.

Tabela – 05 - Faixa Etária da População Moradora no Assentamento – 2005.

Tabela – 06 - Faixa Etária dos Titular.

Tabela – 07 - Condições de Parentesco com o Titular.

Tabela – 08 - Origem de Nascimento do Titular e Co-Titular.

Lista de Abreviaturas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo

CPC – Comissão Pastoral da Criança

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DER – Departamento Estadual de Estradas de Rodagem

EECB – Estação de Experimental de Citricultura de Bebedouro

FEPASA – Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima

FERAESP – Federação dos Empregados e Assalariados Rurais do Estado de São Paulo

FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

Fundação ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”

FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP – Instituto de Terras do Estado São Paulo “José Gomes da Silva”

IZ – Instituto de Zootecnia do Estado de São Paulo

LUPA – Levantamento de Unidades Produtivas Agropecuárias

PA – Projeto de Assentamento

PARB – Projeto de Assentamento Reage Brasil

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PSF – Programa de Saúde da Família

PT – Partido dos Trabalhadores

SER – Sindicato dos Empregados Rurais

SJDC – Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UNESP – Universidade Estadual Paulista

RESUMO

O estudo foi realizado no Assentamento Reage Brasil, localizado no município de Bebedouro, um dos pólos do cinturão citrícola paulista, o qual se compõe de 84 lotes agrícolas, além de uma área de 292 há de eucalipto que corresponde à área de manejo comum. O movimento de ocupação da terra se deu sob a organização do Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis. O presente estudo analisou as formas de cooperação gestadas em uma comunidade assentada, como forma de superação das demandas e entraves, tomando como referência as relações construídas pelos trabalhadores rurais. Buscamos entender o processo de construção/desconstrução desta realidade; os sonhos que os moveram na luta pela conquista da terra, via Reforma Agrária, suas famílias, a constituição de espaços de sociabilidade e as experiências de cooperação, as quais se contrapõem, na constituição/expressão ao projeto de fomento ao associativismo e cooperativismo proposto pelo Estado. Para tanto, foram analisadas diferenciadas “*formas de cooperação*”, a partir do cotidiano das famílias, bem como a formação do capital social e/ou economia moral, enquanto elemento de polarização do desenvolvimento das comunidades, fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária dentro dos assentamentos rurais. A escolinha Anjo da Guarda, o trabalho da multi-mistura com a Comissão Pastoral da Criança, a construção de uma cozinha piloto, o apoio ao posto avançado do Centro de Saúde, a manutenção da sede, manifestaram-se como expressões diferenciadas da “*lógica de cooperação*”. Igualmente, o trabalho com a madeira sem valor comercial, a perspectiva de coordenarem o processo de trabalho respeitando suas habilidades, a mudança na relação com a cesta básica, o que lhes deu o direito de fazer suas compras diretamente num dos supermercados da cidade de Bebedouro, somam-se a tais expressões como fatores de ampliação da auto-estima do grupo e da mudança do olhar da comunidade local sobre os assentados. A “*lógica de cooperação*” pode incorporar diferentes formas de racionalidade, num processo em que diferentes individualidades entram em relação, podendo conviver lado a lado competição e solidariedade, numa demonstração de que como toda categoria histórica, a “*lógica de cooperação*” não tem desfechos programados.

Palavras-chave:- *assentamentos rurais; capital social; cooperação; economia moral; sociabilidade;*

ABSTRACT

The study was conducted at the rural settling Reage Brasil, constituted by 84 rural lots, with an area of 292 ha of eucalyptus, which is the common handling area, situated in the city of Bebedouro, part of the orange belt in the state of São Paulo. The occupation of the land took place under the arrangement of the Rural Union of Cosmópolis. The present study analyzed the forms of cooperation among rural workers in settled communities in order to overcome obstacles and demands. The understanding of the construction/deconstruction of this situation was sought, the dreams that led the workers to struggle for the land through the agrarian reform, their families, the building up of sociability and the experiences of cooperation which oppose to the constitution/expression of the project of associativism and cooperation development proposed by the government. The building up of “forms of cooperation” will be analyzed taking the everyday life of the families as a starting point, as well as the setting up of the social capital and/or moral economy as a component for the development of communities, the consolidation of family agriculture and the solidary economy in rural settlements. The school Anjo da Guarda, the use of *multi-mistura* with the help from Pastoral Commission on Children, the construction of a pilot kitchen, the support to the Health Center and the maintenance of the headquarters were different expressions of the “*logic of cooperation*” which along with the non-profitable handling of wood, the perspective of coordinating the working process respecting their abilities, the change in policy of *cesta básica* allowing them to purchase their goods in a local grocery store contributed to a raise in the group’s self-esteem and the way the local community saw the settled families. The “*logic of cooperation*” may incorporate different forms of rationality in a process where different individualities join dealing with both competition and solidarity showing that like any historical category the “*logic of cooperation*” has no programmed closure.

Key words: rural settlement; social capital; cooperation; moral economy; sociability.

APRESENTAÇÃO

EXPER(C)IÊNCIA: ESCOLHAS E CAMINHOS PERCORRIDOS

Minha experiência profissional tem início em 1983, em empresas de produção de sementes e, posteriormente, com consultoria e assessoria em planejamento e crédito rural, nas quais seguia-se a racionalidade técnica - com visão econômica e de mercado buscando incorporação de tecnologias, visando atender ao mercado consumidor ou as empresas processadoras de produtos agrícolas, acompanhando os planos de fomento e diretrizes delimitadas pelos programas de desenvolvimento rural do Governo Federal e/ou Estadual, onde a lógica utilizada se restringia ao modelo imposto pela revolução verde - consumo de insumos e máquinas visando ampliar a produtividade e obter ganhos de escala, com parâmetros de orientação às ações individuais dos produtores.

O tema a ser estudado passou à minha experiência de vida em 1996, quando iniciei o trabalho de assistência técnica a assentamentos rurais, incorporando à atividade a lógica do Estado, com seus instrumentos de pensamento coletivista, planejamento global e ações previamente direcionadas para atingir objetivos e metas na produção agropecuária. Nestes mais de vinte anos de experiência de assentamentos, esta lógica vem sendo posta à prova, demonstrando que não comporta a complexidade da questão de apoio e estruturação dos produtores assentados. O trabalho de assistência técnica não envolve apenas implantação de

técnicas e tecnologias, mas amplas questões educacionais e sociais, perpassando aspectos culturais que interferem na dinâmica social da comunidade, na qual se inter-relacionam os diversos atores e agentes sociais, com seus objetivos e interesses. Igualmente, a agricultura familiar não segue a lógica da racionalidade técnica, mas, complexas estratégias, compostas por fatores que devem ser analisados e ponderados - família, perspectiva de futuro, subsistência, dentre outros, ocultando estratégias subjetivas que contemplam a família e seus membros em diferentes arranjos objetivados no cotidiano.

Quando iniciei o trabalho com os produtores assentados, atualizei meus conceitos e procurei adequar minha atuação à lógica do Estado. Algumas direções foram apresentadas como a solução para a pequena produção familiar dos assentados, o associativismo e o cooperativismo, sempre seguindo a lógica de ganho de escala na produção, maximização da produção, rendimentos e lucros, ou seja, de outra forma, seguindo a mesma racionalidade técnico-econômico do mercado, tratando igualmente a todos, como pseudo-forma de justiça, numa simplificação e banalização desta.

As questões técnicas, ambientais, políticas, sociais e culturais sempre seguiam a lógica do pensamento linear e a dimensão técnico-científica prevalecia. A racionalidade considerada e respeitada era a instrumental técnica que, por si, incorporava padrões de interesse e de resposta aos produtores assentados, como se fossem destituídos de vontades e saberes individuais, personalizados e singulares dos seres humanos. Desprezava-se a racionalidade substantiva, que diferencia as execuções e realizações, tendo-se como alvo atingir um nível de felicidade e de preenchimento da vida. Após algumas experiências não exitosas, outras possibilidades foram sendo criadas em resposta às novas questões, como “*pontas de um grande novelo*” a ser trabalhado, com “*fios quebrados e nós*”, que muitas vezes se encontram embaralhados ou até conduzem a novos caminhos e encruzilhadas; como a grande teia que envolve a ciência e seus relacionamentos infinitos, gerando desafios que nos instigam à busca da descoberta.

Por trás das diretrizes técnicas, percebia-se uma lógica política movida por uma conjunção de interesses, às vezes forjada, visando orientar, encaminhar, definir, reduzir conflitos. Surgem aí muitas perguntas e outras tantas possíveis respostas para cada uma delas – Por que? Para que? Para quem? Quais os interesses?

Dentro desta “*certeza de muitas incertezas*”, fui “*desvendando*” mistérios e conhecendo caminhos já trilhados por outros pesquisadores. Nesta inquietude fui experimentando e aprofundando as experiências, tentando desvencilhar – me de “*pré-conceitos*” para analisar a realidade e suas demandas locais. Neste processo, de idas e vindas, muitos conceitos e práticas foram (des)construídos, escolhidos novos caminhos, experimentados e (re)analisados os resultados numa (re)avaliação contínua.

No início, a visão mais simplista a seguir era o coletivismo, definido pelo planejamento e organização, segundo a racionalidade instrumental técnica, sem querereres ou saberes individualizados e singulares. Idealizações onde tudo poderia ser potencializado e otimizado, estandardizado em linhas de produção, sem serem consideradas vontades, desejos, as singularidades das pessoas e das situações, tratando-se os desiguais com uma igualdade forjada. Impunham-se ritmos e prioridades que economicamente eram importantes, mas que não eram os que a vida cotidiana destas pessoas solicitava. Idealizações que não iam ao encontro das necessidades dos sujeitos, de suas construções e formas de estruturação da vida e da família, buscando satisfação não só no econômico-monetário, mas na capacidade de traçar novos rumos e transformar situações a partir das forças endógenas existentes, idealizações que postulavam um homem modelo, perfeito, sem necessidades, aspirações e interesses, com a neutralidade e impessoalidade da “*justiça*”¹ e da “*burocracia estatal*”².

O próximo passo desta experiência me fez seguir, por necessidade profissional, o caminho do associativismo e cooperativismo, modelados pelo projeto estatal. Novamente, defrontei-me com a lógica comum, econométrica, definida por padrões lineares como se houvesse, dentre os assentados, vontades e racionalidades padronizadas, em desrespeito às lógicas ou estratégias pessoais e familiares, seus interesses e vontades, assim como as expressões possíveis de insatisfações e de conflitos, as quais poderiam levar à definição de outras ações e outras racionalidades, podendo nascer até a cooperação.

Observava que, mesmo sem a interferência estatal, com todas as carências e necessidades, a vida permanecia e sempre novas formas eram tentadas, ajustadas, realizadas. O cotidiano seguia seu ritmo, sobrevivendo aos percalços e à lentidão e morosidade das ações estatais. Alguns sonhos eram alcançados com estratégias e articulações, algumas não tão lícitas e transparentes, outras tantas, com lutas e mérito.

¹ Princípio de que todos são iguais perante a lei.

² Princípios da burocracia Weber (1994), impessoalidade, neutralidade.

Defrontei-me, portanto, com duas vertentes: uma traçada por idealizações e racionalizações contidas no projeto estatal, outra, gestada pelas disposições individuais dos assentados expressas em movimentos de conflito e de cooperação.

O recorte privilegiado exigiu do pesquisador (des)construção de modelos e conceitos, num processo contínuo de proposições e experimentações, as quais foram se impondo como objetivações por mim interiorizadas. Tal situação tem me levado a repensar minha atuação como agente social, na qual, sem muito tempo para análise das situações, era levado por um pragmatismo determinista. Tais inquietações têm me remetido a reavaliações de posicionamentos técnicos e transformações na forma de atuação.

Neste trabalho, além do diálogo comigo mesmo - pesquisador *versus* técnico, revisitando vivências e ações como técnico, proponho-me a analisar o grupo – Assentamento Reage Brasil no município de Bebedouro – S.P. – buscando apreender, com o auxílio de referenciais analíticos e de contribuições da vasta produção brasileira voltada à temática, seu movimento de construção, por mim denominado de “*lógica de cooperação*”. Após quatro anos de distância do grupo - a análise que farei neste estudo de caso corresponde ao período de dezembro de 1998 a março de 2001 - penso ter agora melhores condições de analisar as ações/relações significativas para o fortalecimento de laços de solidariedade e de confiança das famílias desta comunidade. Ainda que a situação tenha se alterado, algumas sementes, mesmo que embotadas, permaneceram e têm sua expressão singular em pequenos fatos que validam a experiência de propor como objeto de análise fatos que marcaram minha trajetória pessoal/profissional.

Por tratar-se de uma análise de fatos em que estive presente como parte atuante, procuro manter a distância necessária para que não ocorram distorções metodológicas e teóricas, sem idealização do compromisso de isenção e neutralidade do pesquisador mas com olhar crítico e amplo que essa posição exige. Reafirmo, tomo como objeto de análise fatos que foram vivenciados diretamente e que têm exigido um repensar continuado do ser técnico e ser cidadão. Reconheço que neste viés, muitas questões pessoais perpassaram e influíram em acontecimentos da comunidade, alguns positivos, outros nem tanto, como também, em outros momentos, minha visão de prioridade não era a mesma dos atores sociais, discordância a ser analisada, sem paixões e/ou posições apriorísticas.

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe-se a resgatar a discussão das “formas de cooperação” dos assentados, analisando no grupo familiar e na comunidade os espaços de sociabilidade, os valores que os aproximam e que se fazem presentes em suas relações cotidianas, igualmente nos momentos de aproximação e de confronto. Parte-se do princípio de que as “*lógicas de cooperação*” facilitam a compreensão das individualidades dos assentados e dos ajustes relacionados direta ou indiretamente com este novo modo de vida.

Fazer esta revolução total é transformar radicalmente todas as relações, todos os papéis sociais que desempenhamos. Não se trata de uma estratégia meramente individual. Começa no individual e prossegue no coletivo, enraizando socialmente o processo revolucionário, isto é, revolucionam-se as relações sociais a partir da destruição do seu conteúdo autoritário. Não é fundamental a tomada do poder, mas sim a sua destruição, em todas as suas características autoritárias. (Freire, 2000, p.25)

A maior parte das experiências cooperativas e/ou coletivas experimentadas nos assentamentos rurais, quer através dos modelos estatais, ou de outras organizações, apresentaram pouco sucesso, criando paradigmas para os trabalhadores pautados pelas relações de competição, pela atribuição da impossibilidade de construção de novas formas de relações, coibidas pelas influências relacionadas com o capital.

O recorte proposto deverá passar por uma abordagem singular da forma de ação das famílias dentro das agriculturas familiares existentes nos projetos de assentamentos rurais, como forma de enfrentamento das questões que cotidianamente são demandadas, relações construídas dentro e fora do circuito de produção e comercialização destas famílias, nos

espaços de sociabilidade, definindo-se estratégias de sobrevivência que podem sugerir (des)construções sociais.

As diversas expressões da “*lógica de cooperação*” serão apreendidas neste estudo nas ações singulares do cotidiano, tais como a distribuição de cestas básicas, a instalação da pré-escola, reforma e manutenção da sede, o atendimento médico do postinho na sede, a administração da retirada da madeira, compra de insumos na cooperativa local, aquisição da máquina de arroz, dentre outras. Expressões a exigir aprofundamento das reflexões sobre suas formas de construção e trabalho, objeto da presente investigação. A distribuição de cestas básicas é um dos recortes, a sinalizar relações características da economia moral e/ou investimento de capital social.

Em contrapartida, existem outras experiências de sucesso que demonstram a força das relações cotidianas da comunidade, que poucas vezes são objeto de pesquisa, as quais podem gerar outras leituras deste universo rural. A perspectiva de uma leitura não técnica, como sujeito de um processo que se propõe compreender os outros sujeitos, os assentados, privilegiando como recorte de pesquisa a discussão das “*lógicas de cooperação*” presentes nas experiências de assentamentos rurais. Toma-se como referência de análise expressões dessa lógica na construção da luta pela terra, nas experiências diversificadas de geração de trabalho e de renda constatadas no Assentamento, nas estratégias das mulheres visando recompor a reprodução social das famílias, na parceria com a escola, expressa na criação de uma rede de solidariedades, cujo valor passa pelo resgate da auto-estima. Igualmente, o objeto dessa pesquisa volta-se à análise dos arranjos constituídos pelos assentados na forma de gestão de uma área antiga de eucalipto, agora com madeira sem valor comercial, o sistema de conversão da madeira vendida em diária e posterior transformação da diária em cesta básica. Neste aspecto, a análise discute a perspectiva de apropriação de um elemento da cultura da dádiva para reconstrução de códigos de solidariedade e de cooperação.

Desdobramentos da “*lógica de cooperação*” definida, como já foi salientado, por valores não econômicos serão incorporados à análise e explicitados ao longo deste estudo. Do mesmo modo, sugere-se uma aproximação com valores comunitários. A “*lógica de cooperação*”, tal como discutida neste trabalho deve ser analisada em uma teia de racionalidades, não excludentes que podem ser detectadas no processo de luta pela terra, na constituição e nos momentos posteriores do assentamento.

UNIVERSO EMPÍRICO: O PROJETO DE ASSENTAMENTO EM QUESTÃO

Esta pesquisa tomará como espaço de estudo o Projeto de Assentamento Reage Brasil no município de Bebedouro, que vivenciou várias dimensões da “*lógica de cooperação*”, construídas a partir da necessidade e disponibilidade das famílias para solução de problemas relacionados com o cotidiano de suas vidas. As experiências comunitárias das famílias não ocorreram de forma linear ou em plena cooperação, como idealizações teóricas, mas como expressão das realizações possíveis.

O Projeto de Assentamento Reage Brasil teve sua situação regularizada em 1999, composto por 82 lotes agrícolas, além de uma área de 292 ha de eucalipto que corresponde à área de manejo florestal comum. Das aproximadamente 266 famílias que participaram da ocupação inicial do Horto, resistiram ao período de acampamento e foram cadastradas pela Fundação ITESP 62 famílias, sendo o grupo completado posteriormente por mais 22 famílias em 2002, perfazendo atualmente um total de 84 famílias³. A maior parte das famílias era de moradores da região de Americana, Nova Odessa, Sumaré, organizadas pelo Sindicato dos Empregados Rurais – Cosmópolis⁴ ligado à Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo⁵, cujas lideranças foram Carlita da Costa - Carlita e Paulo Cezar Lima - Cezinha, sindicalistas que já tinham participado da ocupação do Horto Guarany e acompanhado famílias nesta trajetória de luta pela terra.

Os movimentos sindicais, que articulavam a luta dos trabalhadores do setor sucro-alcooleiro e citrícola, inicialmente traziam em suas propostas as reivindicações por melhores condições de trabalho. Com as oscilações de mercado, migrações de trabalhadores do nordeste na época de safra, que são apoiadas pelas empresas para reduzir o poder de pressões dos sindicatos, igualmente, as “*listas negras*” de trabalhadores que participaram dos movimentos feitas pelas agroindústrias, trouxeram no seu bojo a necessidade de outras perspectivas, vindo à tona a questão da reforma agrária, via ocupação de terras conduzida pelo movimento sindical. Tal processo pode ser observado pelos trabalhadores assentados nos Projetos Monte

³ Houve ampliação de mais 02 lotes em áreas inicialmente destinadas a atividade comunitária.

⁴ Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis – SER - Cosmópolis

⁵ Federação dos Empregados Rurais e Assalariados na Agricultura do Estado de São Paulo - FERAESP

Alegre e Vista Bela do Chibarro em Araraquara, onde podem ser encontrados vários participantes dos movimentos de Sertãozinho e Guariba⁶. No assentamento de Córrego Rico em Jaboticabal, encontramos trabalhadores também do movimento de Guariba. Em Bebedouro, estes trabalhadores foram incorporados em outros acampamentos da região como o de Luis Antonio e de outras áreas de Horto.

O cadastramento inicial dos trabalhadores da região de Cosmópolis englobou Sumaré, Nova Odessa e Americana. Em maioria, os demandantes de terra tinham sido assalariados da indústria de tecidos, em crise no momento devido à competição internacional, invasão de tecidos chineses, dentre outros sobressaltos econômicos porque passava o Brasil no início da década de 90 e que acenavam com desemprego e já excluía trabalhadores de menor qualificação e de idade avançada.

Processo que tem em comum, a exclusão urbana, desemprego, mas seus primórdios são a expulsão do homem do campo, causada pela modernização da agricultura, como estratégia de incorporação de áreas e fornecimento de mão-de-obra para a florescente indústria brasileira, nas décadas de 60 e 70 (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Nas primeiras reuniões, o grupo era pequeno e foi aumentando rapidamente. Em cada encontro, mais pessoas iam chegando, ampliando a discussão, muitas dúvidas foram sendo esclarecidas, muitos medos eram expostos, a incerteza do que iria acontecer deixava o grupo agitado, mas também estimulava a luta.

Sonho da terra, trazido em suas subjetividades e imaginário, lembranças de fartura, códigos de sociabilidade, laços de relações fraternas, simbolismos cuja ruptura não conseguiu provocar um desenraizamento.

Os participantes deste grupo eram questionados pelos amigos, dispostos a desencorajá-los a levar adiante “*o sonho de liberdade da terra*”.

A área escolhida havia sido o Horto Florestal de Bebedouro, devido ao “Cezinha”, que conhecia muito bem a região, na qual, por volta de 1983 havia iniciado o aprendizado das lutas sindicais, tendo participado da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro⁷

⁶ Cidades onde ocorreram as primeiras greves dos cortadores de cana na década de 80.

⁷ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro – STR de Bebedouro.

que transformou-se, posteriormente, em Sindicato dos Empregados Rurais - SER⁸ de Bebedouro.

A ocupação ocorreu em agosto de 1996, convivendo com as incertezas da luta, em suas várias facetas, como reintegração de posse, precariedade das condições de moradia, falta de água, estigmatizações pela comunidade local e de outros transeuntes. Perseverando em seus ideais e obtendo apoio em diversos segmentos, como forma de resistência, pequenas vitórias eram construídas no cotidiano, ampliando o grupo de simpatizantes e conquistando o respeito das autoridades locais, tanto no campo político como jurídico.

O reconhecimento e a destinação da área para fins de assentamento, só foram confirmados em setembro de 1998, quando são postos outros desafios a vencer. Processo que possibilitou o empoderamento do grupo e vivências de experiências de cooperação, não como idealização, mas com realizações no cotidiano, apresentadas pelas necessidades e demandas diárias. Tais expressões da *“lógica de cooperação”*, objeto de nosso estudo transformaram a imagem deste grupo frente à comunidade local, de “forasteiros” sem terra, em famílias em busca de oportunidade de recomeço de suas vidas, buscando reconstruir sua cidadania, resgatar sua auto-estima.

Essas expressões serão analisadas nas ações coletivas como no reaproveitamento da madeira de baixo valor comercial, na transformação da dádiva da cesta básica, ao direito conquistado pelo trabalho, na construção de parceira com instituição particular para atender suas crianças.

Experiências coletivas, que não constituíram perda de suas singularidades com regras rígidas, ou impositivas de um *“dever ser”*, mas que eram nutridas por valores de confiança, solidariedade, ajuda mútua, reciprocidade, elementos que possibilitam transformações significativas para o grupo, com aprendizado de novas relações no trabalho, na família, na comunidade local.

Pretende-se aprofundar o olhar sobre os eixos citados. Tem-se, como hipótese de pesquisa que tais acontecimentos, a venda da madeira, o passeio das compras, a festa, o sorteio dos lotes, pautados pela politização de espaços de sociabilidade podem gerar economia moral e/ou capital social, o que pode reforçar laços de solidariedade, empoderamento e reabilitação da auto-estima.

⁸ Luta de construção e legalização da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais e Assalariados na Agricultura do Estado de São Paulo), embate histórico entre esta e a FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo).

COMO ENTENDER LÓGICA E COOPERAÇÃO: O EIXO DO TRABALHO PRETENDIDO

Segundo AURÉLIO(1999), *“lógica é o conjunto de estudos, originados no hegelianismo, que têm por fim determinar categorias racionais válidas para a apreensão da realidade concebida como uma totalidade em permanente transformação; lógica dialética.”*, sendo consideradas categorias dessa lógica: a contradição, a totalidade, a ação recíproca, a síntese.

Dessa forma, lógica pode ser entendida como conhecimento verdadeiro do ser em questão, respeitando-se suas premissas e requisitos, como também pode ser compreendida como estrutura matemática, onde a quantificação toma expressões de maior valor e definição, não sendo considerados outros valores que não possam ser quantificáveis. Isto se torna muito evidente nas estratégias utilizadas pelos agricultores familiares, onde valores maiores e de longo prazo podem ser prioritários, tendo como premissas o bem estar da família, segurança do patrimônio e condições mínimas de sobrevivência.

O termo lógica, muitas vezes vem carregado de um determinismo, que pode causar uma visão distorcida quando se generaliza as ações, perdendo-se as particularidades e peculiaridades de cada situação, de cada sujeito, impingindo neste sentido um sentimento de obrigação incondicional - *“ter que”*, de opressão, diluindo-se o fator vontade e querer, de resistência e abnegação, visando atingir uma meta ou objetivo. Quando as opções são pessoais e livres, as perdas são menores do que os ganhos, numa escala valorativa diferente, observando-se os fatores limitantes e obstáculos a serem superados, que são avaliados por estes a todo instante, gerando transformações possíveis e outras formas de enfrentamento.

Esta lógica não formal pode ser observada em diversos momentos como na lógica do roçado (WOORTMAN, 1997), no qual a quebra do milho para plantio do feijão ou abóbora segue uma profunda análise da natureza, ocupação do solo, mão de obra disponível.

Outras podem ser observadas nas estratégias familiares nas quais alguns membros se sacrificam, visando o desenvolvimento de outros irmãos como forma de garantir a sobrevivência futura e manutenção do patrimônio da família (ABRAMOVAY, 1994).

Podemos também observar na forma de desenvolvimento e auto-exploração do trabalho pela família, na busca de garantir o sustento e ampliar a renda para investimentos prioritários, expressões de uma lógica não linear (LOUREIRO, 1987; ABRAMOVAY, 1994).

Como nos apresenta WANDERLEY (1998), a realização pelo produtor e o balanço entre o trabalho e o consumo ou das *“avaliações subjetivas que permitem definir o grau e a intensidade de auto-exploração da força de trabalho”*, podem ser pensadas dentro desta lógica. Da mesma forma, CARMO (1998), analisando as definições apresentadas por LAMARCHE (1997), nos alerta como importante que *“a análise do funcionamento da exploração familiar vai no sentido de apreender sua lógica de produção enquanto equilíbrio da família e o comportamento econômico circundante”*; apresentando *“as três principais funções apostas à exploração familiar, produção, consumo e acumulação do patrimônio, atribui-lhe uma lógica de produção/reprodução em que cada geração procura assegurar um nível de vida estável ao conjunto da família e a reproduções dos meios de produção”*, parte de opções e/ou estratégias como definidoras de uma ação.

A definição de estratégias passa por diversas interpretações, *“Arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos”* e/ou *“Arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos”* (AURÉLIO, 1999).

Estas definições são as que mais se ajustam à análise aqui proposta. Situações nas quais o sujeito conhecendo o ambiente em que está inserido, tendo conhecimento dos instrumentos e meios disponíveis para atingir seus objetivos ou apenas visualizando uma mudança da situação atual se apropria destes recursos na luta por estas transformações, visando sempre seu interesse familiar e/ou pessoal.

O termo cooperação não será tratado aqui como normalmente tem sido usado, ligado à empresa ou empreendimento cooperativo, mas sim como cooperar - do latim *cooperare*, por *cooperari*⁹. Como ter parte comum, não na relação física apenas, mas no sentimento, na *“mística da relação”*¹⁰, como os ideais que inspiraram Rochdale¹¹, no sentido de *“operar*

⁹ Operar, ou obrar, simultaneamente; colaborar, trabalhar em comum, ajudar, participar.

¹⁰ Algo imaterial que move as pessoas a ações, não por interesses apenas econômicos, mas por valores mais substantivos.

junto”, no sentido da lógica e estratégia da produção familiar. Numa definição feita pela vontade não individual, mas por uma matriz de fatores, onde há vários arranjos que sustentam as decisões, não apenas uma emoção momentânea, mas uma opção que renasce a todo momento em que parte da experiência é realizada, reforçando e aprimorando o sistema pela sua práxis.

Diferentemente da “*lógica cooperativa*” de soma de interesses comuns apenas monetários, os quais seguem os princípios capitalistas de competição de mercado, voltados à obtenção de ganhos de escala, na apreensão da lógica do “*operar junto*” ganham destaque estratégias familiares ou comunitárias, práticas solidárias que emergem no cotidiano e que podem ser fomentadas não como modelos estanques a ser utilizados indistintamente, mas como práticas que se sustentam em relacionamentos de confiança, consolidando tratos e laços de solidariedade. Desta ótica, no lugar de idealizações e irrealizações, a experiência nos levou a acompanhar ações e realizações de um grupo de assentados, com suas imperfeições, em constante transformação, numa mutação que se amolda e se metamorfoseia a partir das necessidades reais e subjetivas das pessoas, famílias e grupos que vão aparando arestas em suas relações cotidianas.

No sentido da “*lógica de cooperação*” – eixo priorizado como objeto de estudo - as mudanças não são impostas, não se dão por definições externas, mas a partir de metas previamente traçadas e acordadas, pois emergem dos interesses do grupo, das pessoas, construídos no cotidiano do trabalho e da vida das famílias, sem dominação e repressão de uns contra os outros, mas numa busca de consenso, sendo disputado no campo de forças público, no qual o convencimento medeia as relações. Assim, sempre há possibilidade de erros ou manipulações, que devem ser administradas pelo grupo, algumas vezes necessitando de apoio externo. Num aprendizado constante, de ampliação de percepções e diferenciação de olhares, se estabelecem arranjos que propõem lealdade e solidariedade, numa visão de longo prazo, não no imediatismo de “*práticas clientelistas e politiqueiras*”¹².

Dentro deste quadro, a partir de experiências vivenciadas, buscamos o olhar da ciência, como forma de compreender e de analisar a complexa relação da vida dos produtores familiares de assentamentos rurais que enfrentam várias barreiras para construção de seu novo

¹¹ Grupo de trabalhadores em Rochdale, que em 1844, na Inglaterra, fundaram a primeira cooperativa, cujos princípios se tornaram referência para o movimento cooperativista internacional.

¹² Práticas que atendem a interesses pessoais, com finalidade de atrelar compromettimentos futuros, para projetos e/ou até fins eleitoreiros.

modo de vida, mas propõem, em suas realizações, círculos virtuosos que tendem a reforçar ações positivas no circuito das complexas relações de estruturação do trabalho, da família, da comunidade.

CAMINHOS DA PESQUISA E DA EXPERIÊNCIA

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, foram realizadas revisões bibliográficas da produção acadêmica referente aos principais eixos de análise desta investigação, levantamentos de campo através de entrevistas com grupos e pessoas da comunidade assentada e local, análise de documentos da época como jornais e anotações de campo do técnico.

Foram realizadas entrevistas com assentados(as) produtores rurais do projeto em questão em fevereiro e junho de 2005, algumas em grupo, visando reconstruir a memória dos fatos e captar a expressão dos participantes na sua individualidade, como na relação com o grupo. Neste processo, foram reconstituídos vários momentos vividos e, no diálogo livre, expressou-se diversos olhares sobre o cotidiano do assentamento e as “*lógicas de cooperação e competição*” vivenciadas, assim como seus desdobramentos, compondo, através da memória de vida, as diversas etapas, como também os encaminhamentos gerados, quer pelos próprios atores, quer pelos agentes institucionais participantes ou pelos momentos históricos externos ao assentamento.

Outros atores foram entrevistados em junho de 2005, tais como religiosos, diretora da escola Anjo da Guarda, vereadores, representantes do sindicato dos empregados rurais, professores, profissionais liberais, representando os agentes da comunidade urbana que participaram ou mantiveram contato com o grupo, podendo assim observar a construção do imaginário desses atores, face ao grupo assentado. São captadas idealizações e as estigmatizações por parte da comunidade urbana, muitas vezes numa alternância entre o real e o imaginário.

As lideranças sindicais – Carlita e Cezinha - do movimento de luta pela conquista da terra foram ouvidas em junho de 2005, como expressão da forma de estruturação e encaminhamentos posteriormente definidos.

Entrevistas com dois grupos de mulheres do assentamento de diferentes épocas também foram realizadas em junho de 2005, visando entender os processos e desdobramentos ocorridos, assim como identificar os agentes potencializadores ou inibidores dessas dinâmicas, para obter a visão das assentadas nestes processos. Como contraponto, foram entrevistados vários agentes do município que interagiram com a comunidade no período estudado, coletando sua visão sobre o assentamento em momentos diferenciados.

Anotações em diário de campo de observações sobre experiências vivenciadas por estes foram contrapostas às entrevistas com sujeitos significativos nos diferentes momentos do desencadeamento das *“lógicas de cooperação”*, tais como as mulheres que participaram da pré-escola, liderança do assentamento, agentes externos que participaram do processo de construção da experiência - luta pela terra.

O material coletado pelo técnico como parte de seu trabalho será reavaliado sob outro olhar, revisando as posições do técnico à época. Várias citações e falas de assentados, lideranças e outros atores, foram retirados dos diários de campo do técnico do período de 1998 a 2001. Também utilizou-se entrevistas realizadas em 2005.

No contato com a comunidade, dentre outros, foram identificadas ocorrências de ações grupais que se fazem presentes na memória dos assentados e da comunidade local, aprofundadas em sua significação e expressão na vivência e sociabilidade do assentamento.

Buscou-se a identificação de experiências associativas formais ou não, vivenciadas pelas comunidades.

Foram coletadas informações junto à Fundação ITESP, especialmente sobre a metodologia por ela utilizada nas cadernetas de campo, as quais reuniram informações quantitativas de caráter primário sobre os assentados. Igualmente, propostas apresentadas por esta Fundação para formação de grupos foram tomadas como referência no curso da pesquisa.

Seguindo estes procedimentos metodológicos, busca-se dar sustentação teórica e dialogar com a realidade vivenciada pela comunidade. Pretende-se identificar e analisar as ações que contribuíram para estruturação das expressões da *“lógica de cooperação”* gestadas pela comunidade, sempre associadas às experiências de sociabilidades e vivências cotidianas, como elementos de construção de capital social e/ou economia moral. Neste intento, identifica-se ocorrência de formas de ações grupais dos assentados a partir do cotidiano da comunidade; analisando as ações que podem polarizar positivamente e/ou negativamente a

estruturação da “*lógica de cooperação*” nas comunidades assentadas; avaliando os conflitos decorrentes muitas vezes de confrontos entre ações individuais e grupais, como elementos instituintes dos assentamentos rurais. Serão discutidos elementos da atuação da Fundação ITESP às iniciativas associativas dentro do assentamento rural e seus desdobramentos, como expressão possível de construção de novas relações que possam ser suporte da “*lógica de cooperação*”.

BREVES REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS ANALÍTICAS PRESENTES NO TRABALHO

Da produção acadêmica voltada à temática de assentamentos, prioriza-se os textos que discutem contestação ao projeto estatal de assentamento - encarado num jogo de idealizações e irrealizações; lugares e abordagens da produção familiar. Sem pretender uma exaustiva discussão sobre a rica produção bibliográfica voltada à agricultura familiar, tomo os parâmetros de LAMARCHE (1997) e de WANDERLEY (1999).

Discutir “*lógicas de cooperação*” supõe delimitar fronteiras, aproximação com práticas associativas. Não se utiliza a expressão de “*lógica de cooperação*” como reprodução de modelos ou realizações cooperativistas (LOUREIRO, 1981). A “*lógica de cooperação*” referida neste trabalho nutre-se de valores de solidariedade, reciprocidade, de laços de confiança, categoria que leva a tomar de empréstimo, sem pretender que o eixo do trabalho seja a discussão teórica dos seus desafios e controvérsias, o referencial de capital social. Tal referencial aparece no trabalho como expressão de valores/códigos da economia moral.

A discussão da categoria “*lógica de cooperação*” em processo, em momentos e situações diferenciados, exige a sua incorporação como categoria histórica, o que permite reavaliações e sua leitura sob a ótica da construção/desconstrução, em movimentos.

Essa pesquisa toma também como referencial teórico os trabalhos que discutem a relação entre assentamentos e ideais coletivistas, a partir de uma leitura crítica da idealização dos trabalhadores e do trabalho rural (FERRANTE, 1999a e 1999b; NEVES, 1977).

A maior parte dos autores que estudam agricultura familiar parte de seu modo de

funcionamento e de sua diversidade, havendo concordância de que, sob diferentes facetas, o objeto, agricultura familiar, põe-se como um desafio à investigação.

A crise do modelo produtivista nos países capitalistas e as contradições resultantes dela, o evidente beco sem saída dos sistemas agrários coletivistas e a recente abertura da maior parte dos países do Leste Europeu à economia de mercado, a estagnação e até, muitas vezes, a recessão do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo são outras tantas situações que remetem à ordem do dia o debate acerca das formas de produção agrícola. (LAMARCHE, 1997, p.14)

Ressaltadas as ambigüidades e as armadilhas das definições e/ou critérios classificatórios de agricultura familiar, os autores debruçam-se para compreender a lógica de uma unidade de produção agrícola onde propriedade, capital e trabalho estão intimamente ligados à família. Basicamente aparece na produção teórica voltada ao tema o estudo da agricultura familiar sob sistemas de produção, ou fundiário e os familiares, sistemas de valores e os de representação (LAMARCHE, 1997 e CANDIDO, 2001).

Deverão ser incorporadas a esta leitura a abordagem das experiências e dos sujeitos envolvidos neste processo que não entravam no circuito das mediações da proposta de assentamentos rurais pelo Estado (ABRAMOVAY, 1994).

A própria racionalidade da organização familiar não depende – é o que se verá – da família em si mesma, mas, ao contrário da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve. (ABRAMOVAY, 1998, p.23)

Toda a experiência de vida dá suporte à ação dos sujeitos envolvidos nestes processos, não apenas o modelo dualista idealizado pelo Estado, o qual classifica os homens em “bons” ou “maus”; não como sujeitos com singularidades. Os contrapontos entre as idealizações do Estado e a construção produzida pelo ser/querer dos assentados é objeto de reflexões significativas na produção voltada a assentamentos (NEVES, 1997).

Não é o estudo de sua inserção na divisão social do trabalho e o papel que aí ele desempenha que explicam o comportamento camponês: ao contrário, é pelo estudo de seu comportamento que se pode compreender a maneira como ele, enquanto “unidade subjetiva teleológica”, se insere socialmente. Em outras palavras, o mercado, a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponível são fatores dos quais o camponês se serve na montagem de seu objetivo econômico fundamental, mas não explicam por si só este objetivo e portanto a conduta do agricultor. (ABRAMOVAY, 1998, p.60)

As experiências coletivas e associativas envolvem identificações e ligações que precisam ser melhor compreendidas, em suas diferentes relações e inter-relações, formando uma complexa rede, num importante processo de construção, empoderamento e cidadania, não

podendo apenas ser avaliados os resultados que surgem destas experiências, mas também produtos e subprodutos deste processo que podem fazer sucumbir iniciativas futuras ou fomentar sinergicamente outras tantas (GOMES, 2001).

Muitas vezes são colocadas como solução para os Projetos de Assentamento as saídas associativista e/ou cooperativista, como processos idealizados de convivência e de trabalho, como se não existissem experiências de convivência cotidiana, formas de construção e resgate da cidadania, da auto-estima e de gestação de “*lógicas de cooperação*”. A perspectiva de serem explicitados conflitos nos processos cooperativos e na construção de experiências, o risco de serem esvaziadas as individualidades em busca de uma coletividade sem referências vêm sendo objeto de análise (RECH, 1995; D’INCAO, 1995; ITESP, 2000; ABRAMOVAY, 2000; BERGER, 2001).

A participação e o empoderamento¹³ são processos que tentam definir formas de ações em diversas comunidades, mas todos esses processos, além da parte lógica, econômica, também são compostos por fatores interiores subjetivos, que na maioria das vezes são invisíveis, mas podem ser identificados, dependendo da forma do olhar¹⁴ as relações envolvidas. Nesta situação, sujeito e objeto se alternam sucessivamente, constituindo uma massa única, onde não há resultados previsíveis, mas sim, dinâmicas ricas nas quais são colocados os principais ingredientes para a grande gestação dos movimentos de cooperação, os quais podem ou não assumir formas associativas. Movimento em que as fronteiras entre o tradicional e o moderno perdem vigor, onde o homem social sobressai sobre o homem *economicus*, construindo expressões da economia moral (FAUNDEZ, 1993; PENA-VEJA, 1999 e BARONE, 1999).

Relações sociais fortes, sedimentadas em laços de confiança e solidariedade, como formação de novos códigos de sociabilidade podem gerar um sistema de economia moral e/ou capital social. Há possibilidade de transformação destas relações - economia moral e/ou capital social - em formas produtivas, pois viabilizam acesso a recursos, exemplos como: fundo de aval entre agricultores, construção de parcerias com diferentes setores da sociedade. Igualmente, a construção de parcerias com base na relação de confiança entre indivíduos e entidades/instituições (BARONE, 1999; ABRAMOVAY, 2000) tem que ser inserida na

¹³ Formas de expressão/ação em que a comunidade toma em suas mãos a estruturação de suas necessidades e definição de encaminhamento para solução das demandas, livre de dependências e manipulações.

¹⁴ Olhar poliocular, construído com transdisciplinariedade que contemple a complexidade do ser, como Edgar Morin apresenta (PENA-VEJA, 1999).

análise do modo de vida dos assentamentos. No caso em estudo essas expressões se fazem através da organização interna dos assentados, construindo relações de reconhecimento e parceria com instituição de educação, órgão gestor do projeto - Fundação ITESP, empresas que estabeleceram relações comerciais em que os assentados podem reconquistar auto-estima e caminhos na construção de sua cidadania.

O fazer comunitário pode ou não ter se perdido no campo, com o advento da tecnologia e seus pacotes compartimentados e se corre concretamente o risco da perda de valores culturais e relações tradicionais (CÂNDIDO, 2001). Entretanto, este risco não afasta a perspectiva de expressão de formas da racionalidade familiar, baseados em códigos comunitários (WEBER, 1994).

Existem diferentes formas de associativismo e/ou cooperativismo nos assentamentos rurais. Analisando os modos não formais, observa-se melhor os fatores que influenciam as relações que ocorrem em sua constituição. Percebe-se contrapartidas ao modelo idealizado estatal, expresso na experiência dos projetos de assentamento, na concepção idealizada de produtor, de produtividade, de sucesso, no dever se organizar, na rede de relações que deveria reger o ser assentado, as quais nos levam a buscar, na análise, as mediações da *“lógica de cooperação”* (NEVES, 1997).

BARONE (1999), utilizando-se de Thompson (1979), apresenta a importância do *“conjunto de idéias tradicionais das normas e obrigações sociais de cada segmento da sociedade”*, que servem aos trabalhadores como forma de organização do seu universo mental, que denominou *“economia moral”*, funcionando como códigos que orientam em suas avaliações e condutas entre si e com os demais estratos sociais que mantêm contato. *As relações sociais tradicionais têm como elementos fundantes a reciprocidade, gratidão e a afirmação da coesão* (BARONE, 1996, p.152-153).

A *“lógica de cooperação”* pode ser expressa em estratégias adequadas às necessidades momentâneas de um grupo que, por sua prática sistemática, estimula e reforça valores que possibilitem novas formas de relação, em que não se tem apenas parâmetros econométricos como referência, mas que proporcionam uma nova forma de realização e relacionamento, aproximando-os da matriz de economia moral e/ou capital social.

Os assentados reconhecem a influência da política e sabem exercê-la com muita habilidade, defendendo seus interesses, pois muitas vezes apesar de não se confrontar, não respondem frente a solicitações que sejam contrárias a seus interesses.¹⁵

Parte-se de relações entre os indivíduos permeadas por ações não monetárias, que sustentam as regras de troca de trabalho, de produtos, ferramentas, sustentadas pela amizade e o parentesco. Trata-se de valores mais profundos que passam despercebidos no dia-a-dia, formando uma rede que muitas vezes consegue realizar ações e mobilizações imprevistas, com alto grau de organização e articulação (POLANYI, 2000 e BARONE, 1999).

A “*lógica de cooperação*” é pautada por subjetividades entendidas como expressão dos caminhos que os sujeitos vão tecendo em sua vivência cotidiana mas, igualmente, na elaboração de sonhos e perspectivas de transformação social. Dessa perspectiva, não compreendida pela subjetividade enclausurada no nível da produção/reprodução, mas entendida como representação, interpretação, intencionalidade (GOMES, 2001).

Deste ângulo, as mudanças provocadas pela vivência dos beneficiários do assentamento Reage Brasil, tais como a construção da pré-escola em parceria com um colégio particular da cidade, a liberação de acesso à compra de insumos na cooperativa de produtores locais, a construção de formas alternativas de trabalho e de renda, dentre outras ocorrências que influenciaram e tiveram influência nas relações comunitárias serão igualmente objeto de investigação. Propõe-se como eixo do trabalho a identificação e aprofundamento da análise destas formas singulares, como oportunidades de construção/aquisição de economia moral e/ou capital social pelas comunidades.

Os grupos pobres não têm riquezas materiais, mas têm uma bagagem cultural, em oportunidade, como ocorre com as populações indígenas, de séculos ou milênios. O respeito profundo por sua cultura criará condições favoráveis para a utilização, no âmbito dos programas sociais, de saberes acumulados, tradições, modos de vincular-se com a natureza, capacidades culturais naturais para a auto-organização, que podem ser de grande utilidade. Por outro lado, a consideração e valorização da cultura dos setores desfavorecidos é um ponto-chave para o crucial tema da identidade coletiva e da auto-estima. ... As políticas sociais deveriam ter como objetivo relevante a reversão deste processo e a elevação da auto-estima grupal e pessoal das populações desfavorecidas. Uma auto-estima fortalecida pode ser um potente motor de construção e criatividade. (KLISKBERG, 2001, p.141-142)

KLIKSBERG (2001) salienta outros pontos importantes como a revalorização da família, sob a perspectiva espiritual e unidade básica do gênero humano. As cosmovisões

¹⁵ Permito-me recorrer a Foucault em sua análise do silêncio, não como concordância, mas como forma de oposição e resistência (FOUCAULT, 2001).

religiosas e atualmente as ciências sociais indicam realizações concretas de grande valor realizadas pela unidade familiar, propondo que se valorize e estimule estas investigações e reflexões, assim como o intercâmbio a esse respeito.

Igualmente, são referidos ao longo do trabalho expressões de racionalidades que são tomadas do referencial weberiano e da sua discussão sobre o sentido da ação social (WEBER, 1994).

Como expressões da “*lógica de cooperação*”, remete-se igualmente ao modelo construído por WEBER (1994) dos tipos de racionalidade. Relembremos que para ele a compreensão sociológica da realidade só é possível mediante a apreensão do conteúdo racional da ação social. De um ponto de vista teórico metodológico, a discussão da “*lógica de cooperação*” pode ter, nos tipos de racionalidade, um instrumento auxiliar para análise dos sentidos diferenciados das ações dos assentados.

Na relação dos assentados com os órgãos técnicos, prevalece uma forma de racionalidade burocrática transformada no bojo dos acontecimentos em racionalidade política. Há também expressões de racionalidade tradicional, especialmente, nos momentos de tensões vividos pela comunidade. Racionalidades têm neste trabalho um movimento que acompanha o processo de gestação e de materialização das expressões da “*lógica de cooperação*”.

ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro – são discutidos os processos de gestação da cooperação desde o início da luta pela conquista da terra, sendo identificados os diferentes atores deste campo social. A gestação da cooperação é elemento instituinte do processo de luta pela terra.

No segundo capítulo, discute-se a organização do espaço, a formação dos grupos, as primeiras experiências após a entrada na terra, depois de passar em revista os planos ou procedimentos contidos no projeto estatal do assentamento, cuja leitura aproxima-o ao terreno das idealizações. Contrapondo-se a eles apresenta-se ainda no segundo capítulo os elementos constitutivos do processo de trabalho permeados por uma “*convivência*” entre a racionalidade

tradicional e burocrática e mostra-se os personagens mais significativos da relação do assentamento com o entorno - Prefeitura, Igreja, Universidade.

No terceiro capítulo – Viver no Assentamento: Sociabilidades, Tensões e Expressões da “*Lógica de Cooperação*”, retoma-se expressões do tempo do trabalho associativo e dos espaços de sociabilidades. Discute-se os atos mais significativos deste viver, dando destaque às parcerias estabelecidas, aos processos de cultura da dádiva, aos momentos de decisão e de confrontos. Neste capítulo, a oscilação entre a cooperação, as manifestações de conflito podem ser complementos de um mesmo processo pautado por ações/reações dos sujeitos que ora os aproximam, ora os distanciam, sem comprometer o entendimento e a “*lógica da cooperação*”, a qual não comporta somente positivities, mas (re)arranjos, cujo movimento (re)encaminha o grupo a viver diferentes racionalidades como expressões de suas necessidades.

Dois processos que se apresentam como distintos, mas que têm uma grande interação entre si, são utilizados como suporte da análise: o cotidiano de luta das mulheres, suas conquistas que fortalecem o projeto como um todo, com a implantação da escola, sua constituição e melhorias. Expressões que têm contrapontos com o cotidiano de luta dos homens, como o primeiro tempo do trabalho com a madeira e, como resultante de sua luta, a cesta básica e a dignidade da família.

Nas considerações finais, são apontados desdobramentos a exigir novos investimentos analíticos. Apesar deste trabalho ser um estudo de caso com recorte temporal definido, a dinâmica do processo, os novos desafios que se apresentam como impasses e/ou perspectivas nos espaços do assentamento não podem ser ignorados. Tais aspectos não são inseridos neste trabalho, apesar de dispor de dados de uma revisita recente feita no assentamento, dados os limites reconhecidos de tempo e de amplitude de uma dissertação de mestrado. Pretende-se retomá-los em outros trabalhos, pois são parte de nossa trajetória e nos instigam, como estudioso e como profissional.

CAPÍTULO – 1 – A GESTAÇÃO DA COOPERAÇÃO

EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE LUTA

A luta dos trabalhadores rurais em seus diferentes momentos quer, no setor sucro-alcooleiro, colheita das sete ruas em 1982 ou, a greve de Guariba em 1984, inicia um ciclo de manifestações em toda região. No setor citrícola, na região investigada, há irradiações dos movimentos grevistas do setor sucro-alcooleiro, não ocorrendo ressonância direta no movimento de luta pela terra devido ao auge econômico em que vivia a citricultura. Posteriormente, o movimento contra as “coopergatos”¹⁶ em meados da década de 90, foi a forma de responder às necessidades de vida destes trabalhadores, numa busca de recompor sua reprodução social. A luta pela terra, via reforma agrária na região dominada pelo complexo agroindustrial retorna à cena, discutindo um melhor aproveitamento das terras públicas e, atualmente, a função social da propriedade em seus diferentes aspectos, econômico, social, ambiental e trabalhista, que devem ser ponderados conjuntamente.

A escolha dessa área deve-se a sua localização estratégica e privilegiada na “*Califórnia Paulista*”. O embate ideológico que seria travado, por se tratar de região com intensa exploração das terras, com alta tecnologia na produção de cana-de-açúcar e laranja, representando grandes commodities, carro chefe das atividades agroindustriais, desencadeou a

¹⁶ Coopergatos - Cooperativas que não seguiam os ideais cooperativistas de participação e construção de novas relações sociais, mas como forma de burlar a legislação trabalhista, precarizando as condições dos trabalhadores, em benefício do setor citrícola, que era desonerado de suas responsabilidades, por brechas legislativas e manobras realizadas por essas pseudo-cooperativas (ALMEIDA, 2005).

irradiação das lutas pela terra na região. Tais movimentos, cujos antecedentes devem ser referidos às greves de Guariba e às outras reivindicações dos trabalhadores que abrem uma discussão sobre o descumprimento da função social da terra (BARONE, 1996; ALMEIDA, 2005).

A questão agrária na região tem seu marco nos movimentos de luta contra a precarização dos direitos trabalhistas da década de 80, que proporcionaram ampliação das áreas de assentamento em Araraquara com a instalação dos Projetos Monte Alegre I, II, III e Bela Vista do Chibarro. A luta continuou na década de 90, com ocupações na Fazenda Monte Alegre - propriedade da Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo – CODASP, que era utilizada para plantio de eucalipto, dando origem ao assentamento Monte Alegre IV, Silvânia e Bueno de Andrade (ROSSIM, 1997).

Ocorreram também na década de 90 as ocupações do Horto Guarany em Pradópolis, da Fazenda Experimental de Colina - pertencente ao Instituto de Zootecnia do Estado de São Paulo - IZ, esta área situada em Colina-SP, entre as cidades de Barretos e Bebedouro.

A região de Araraquara tem grande parte de sua área ocupada por cana de açúcar, onde o movimento de luta foi constituído em sua grande maioria por bóias frias cortadores de cana-de-açúcar.

A região de Bebedouro tem característica marcante de sua agricultura na citricultura, tendo o movimento de luta em sua maior composição de bóias-frias, trabalhadores rurais da colheita da laranja. A cidade tinha vivenciado os movimentos sindicais de greve por melhores condições salariais e de vida, como também a luta contra as cooperativas de trabalho - “coopergatos” como eram conhecidas, movimentos de luta respectivamente do final da década de 80 e meados da década de 90.

A região nunca tinha vivenciado os movimentos de ocupação de terra, causando grande apreensão. O estigma dos “sem-terras”, propalado pela mídia, como também por tratar-se de uma cidade com aproximadamente 70 mil habitantes¹⁷, com laços tradicionais fortes, eram fatores fortes de resistência a este tipo de movimento de luta, que os considerava “forasteiros”. O desenvolvimento proporcionado pela citricultura nas décadas de 70 e 80 os

¹⁷ O município de Bebedouro tinha como características em 1996 segundo dados do IBGE, uma população de 71.816 habitantes, dividida em, 66.467 habitantes na área urbana e 5.319 habitantes na zona rural, representando a distribuição da população em 92,6% urbana e 7,4% rural. Evolui em 2000 para 74.815 habitantes, com 69.964 habitantes urbanos e 4.851 habitantes rurais, observando-se um esvaziamento do campo de 8,8%, ficando a distribuição em 93,5% urbana e 6,5% rural. No levantamento de campo constatou-se uma população de 530 pessoas no assentamento. Desta forma, a representação do assentamento junto à população rural tem significado de 10,9%. A estimativa populacional para 2004 é de 78.433 habitantes para o município.

distanciou dos problemas sociais, que hoje os aproxima, também do movimento de luta pela terra.

Além deste contexto, e do fato dos acampados não serem da cidade, as lideranças sindicais que participaram da organização do movimento eram conhecidas na cidade, por terem articulado o movimento de luta na década de 80 através do sindicato local, o que ampliava avaliações negativas da ocupação.

Os movimentos sociais em sua caminhada trilham rumos que são definidos pelas crises sociais, neste processo ampliam seus contingentes, reforçam sua luta e seu reconhecimento pela sociedade, o avanço pelos direitos sociais, lutas que abrem novos espaços.

Estas premissas levam às definições e aos encaminhamentos dos grupos e seus líderes, que nascem na “*forja da vida*” (fala da liderança sindical Carlita, 1999)¹⁸, onde o ferro bruto é trabalhado, chegando algumas vezes à lâmina fina, de corte preciso e justo, outras se perdem ou se quebram na forja, no processo de têmpera.

Esta ação foi marcada pela união dos sindicatos da região sob coordenação da FERAESP¹⁹, que fizeram cadastro em suas cidades para mobilizar pessoas interessadas em participar da ocupação, luta que foi árdua, conquistado pelos Trabalhadores Rurais em Hortos da FEPASA – Horto Guarany em Pradópolis – S.P., num momento em que a Reforma Agrária tinha sido colocada em segundo plano dentro dos programas governamentais.

Houve várias estratégias para manter a conquista e ocupação da área, confrontando-se interesses do Governo do Estado e da FEPASA, pois o patrimônio de madeira dos Hortos era grande e havia várias empresas com interesse em sua exploração.

No calor da luta, por falta de ação rápida e precisa do Estado, este patrimônio foi sendo dilapidado por aproveitadores que não foram identificados, pois havia empresas retirando madeira da área e os trabalhadores tinham interesse de que a área fosse desocupada; também, devido a problemas de controle da FEPASA. Aproveitando-se da luta dos trabalhadores, houve saída de grande quantidade de madeira sem o devido registro e pagamento, criando um desajuste patrimonial de madeira sem responsabilidades definidas, mas com acusações de ambos os lados.

A precarização dos direitos trabalhistas e os movimentos de luta na década de 80, assim como a marginalização dos trabalhadores que se destacavam como lideranças, aproxima

¹⁸ Registro do Diário de Campo de Técnico.

¹⁹ FERAESP – Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo.

estes trabalhadores dos sindicatos na busca de novos caminhos, exigindo maior organização, reestruturação do modelo, alterações que exigem a transformação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR, ligados à Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura do Estado de São Paulo – FETAESP, para Sindicatos de Empregados Rurais - SER e a construção da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP (ALVES, 1991; FERRANTE, 1991). Há, por longo tempo um embate jurídico da legalidade de representação dos diferentes segmentos de trabalhadores que atuam no setor rural. Este processo fortaleceu a luta pela reforma agrária, como também aproximou os trabalhadores a novos horizontes, um espaço para vida, a terra, onde a família poderia viver com melhores condições e mais dignidade.

No período de 1992 e 1994 o grupo ficou acampado à beira da lagoa, sendo denominado Acampamento “Chico Mendes”. A não ação do Governo Estadual fez com que o grupo se organizasse e definisse sua própria demarcação da área com corda e ocupação dos lotes no final de 1994. Nesta divisão de lotes foram instaladas 301 famílias, utilizando-se áreas de reserva e as marcações foram feitas sem precisão, assim como sua distribuição não seguiu critérios pré-estabelecidos ou técnicos, ajustando-se a ocupação, a definição das lideranças, prestígio dos acampados, dentre outros. Em 1998, quando a Fundação ITESP assumiu a área e realizou os estudos técnicos necessários, foram definidos 269 lotes, pois as áreas de reserva não podiam ser utilizadas. Neste estudo, houve uma complexa conjugação de critérios e negociações, pois muitas famílias já haviam construído benfeitorias, implantado lavouras permanentes e não aceitavam redução da área de seu lote, ou não queriam abandonar o local onde estavam. Pois, muitas vezes houve necessidade de excluir lotes para ajuste de área de outros, exigindo a transferência da família; a maior parte destes ajustes ocorreram em lotes não ocupados ou sem benfeitoria.

Outro marco importante foi a retirada da FEPASA da área em julho de 1996, selando a vitória do movimento dos trabalhadores, conquista vitoriosa a duras penas, após vários embates com a polícia e guardas patrimoniais. Neste local, várias foram as ocasiões em que os trabalhadores cortaram árvores para bloquear as estradas, como estratégia para impossibilitar o cumprimento de mandato de reintegração de posse pela polícia militar, também para que a

vida transcorresse com menos sobressaltos, pois todos temiam que a qualquer momento o Governo Estadual pudesse agir com força.²⁰

Esta experiência possibilitou que, em 1996, outros Hortos fossem ocupados por trabalhadores rurais em busca de terra. A segunda experiência foi a ocupação do Horto Florestal da FEPASA em Bebedouro, seguido por outros como Córrego Rico em Jaboticabal, Vergel em Mogi-mirim, Boa Sorte em Restinga, Camaquan em Ipeúna, Cordeirópolis em Cordeirópolis, Ibitiúva em Pitangueiras e mais dezessete outros Hortos em cidades como Rio Claro, Araras, São Carlos, Descalvado, Bauru dentre outras.

A luta pela terra neste assentamento foi embasada pela experiência da ocupação do Horto de Pradópolis iniciada em 1992, num movimento de luta onde a FERAESP congregando todos os SER da região, coordenou a ocupação do Horto da FEPASA, o qual, em 1996, já estava sendo desativado, pois suas terras eram exploradas por empresas privadas, o que divergia do objetivo inicial de sua constituição.

Nessa ocupação, os diversos sindicatos atuavam com seus grupos, que formavam uma única ocupação, mas com muitos subgrupos internos; a participação dos sindicalistas Carlita e Cezinha, uma representando Cosmópolis e o outro, Bebedouro, atuaram em apoio a projetos de grupos de acampados, tentando possibilitar o êxito das atividades destas famílias. Muitas propostas eram discutidas e várias formas de luta foram experimentadas. Na época, muitas empresas privadas atuavam na exploração de madeira. No processo de luta, muitas ações eram apoiadas por uns grupos e não aceitas por outros, nascendo uma disputa interna que gerou diferenças internas, havendo a ruptura destes sindicalistas com o movimento liderado pela FERAESP, em agosto de 1995.

Estes sindicalistas tinham apoiado seu grupo com um projeto de granja de frango, que geraria recursos financeiros para outros projetos, visando a rotatividade dos recursos, numa visão de produção e trabalho, discordando de outros grupos que propunham a exploração e venda irregular da madeira. Este processo culminou com o incêndio da granja, ato que concretizou *“a ruptura com a ocupação do Horto Guarany, mas não com a luta pela terra e a vitória da Reforma Agrária dos Trabalhadores”* (fala da sindicalista Carlita, 1999).

²⁰ Nesta época, pouco se praticava dos Direitos Humanos, grandes desastres como Corumbiara-RO e Eldorado dos Carajás-PA, locais em que ocorreram massacres de trabalhadores rurais sem -terra e tiveram repercussão nacional e internacional, ainda não haviam ocorrido; a prática utilizada para desmobilização era bem violenta; hoje, apesar dos avanços democráticos, ainda muitas vezes essas práticas são utilizadas nestes processos.

Havia idealizações do movimento de luta pela terra, mas sabia-se que os trabalhadores teriam que enfrentar o Estado e toda sua estrutura, para terem seus direitos reconhecidos, uma luta que sabiam seria árdua e longa. Experiência não só de Pradópolis, mas construída na luta sindical dos cortadores de cana e colhedores de laranja frente à estrutura das agroindústrias.

Na fala de Carlita, *“tais experiências redundariam num movimento de coesão, justo, no qual o trabalho venceria e floresceria com a agricultura”*, na construção de uma agricultura familiar. Retornam e alimentam ações/reações as quais poderíamos aproximar à *“lógica de cooperação”*.

RECOMEÇO DA LUTA PELA TERRA

Após a ocupação do Horto Guarany e de participar ativamente em diversas fases dos trabalhos de ocupação e organização dos trabalhadores na luta; por diferenças de metas e estratégias, os dirigentes do SER-Cosmópolis – Carlita e Cezinha, avaliaram que para continuidade da luta o momento era propício para abertura de novas frentes e que atuariam na ocupação do Horto de Bebedouro.

Foi iniciado o cadastramento de trabalhadores da região de Cosmópolis englobando Sumaré, Nova Odessa e Americana, região na qual a indústria de tecidos estava em crise, produto da abertura comercial iniciada no Governo Collor (1989), da tecnificação do parque industrial, da invasão de tecidos chineses, dentre outros sobressaltos econômicos por que passava o Brasil e que acenavam com desemprego e já excluía trabalhadores, selecionando através da exigência de nível de especialização e de faixa etária, visando a modernização tão almejada.

Várias reuniões começaram a ocorrer. Nestas se discutia o que é Reforma Agrária e os caminhos dos Direitos Humanos. Essa opção dos trabalhadores geraria mudanças em suas vidas, que exigiam uma clareza e decisão destes, já que o Governo não agiria senão sob pressão e, somente a luta poderia dar direito à terra.

O grupo inicial era pequeno e foi aumentando rapidamente; em cada reunião mais pessoas iam chegando, ampliando a discussão, muitas dúvidas foram sendo esclarecidas, muitos medos eram expostos. A incerteza do que iria acontecer deixava o grupo agitado, mas

também estimulava a luta, pois já se visualizava problemas futuros e se cobrava atitudes de maior segurança para não comprometer o movimento.

Os participantes deste grupo eram questionados pelos amigos porque faziam essa loucura, *“Isso não vai dar em nada!”*, *“A polícia? Como vai ser?”*, sempre tentando desencorajá-los da nova meta que era disseminada entre os trabalhadores, *“o sonho de liberdade da terra”*.

Inicialmente o movimento pretendia ocupar o Horto Vergel em Mogi-mirin, mas os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST tomaram a frente, apoiados pela Confederação Única dos Trabalhadores - CUT–Rural. Dentro do quadro que se apresentava, foi avaliado que a melhor estratégia para evitar o confronto e manter a luta pela terra seria buscar outra área.

A área escolhida havia sido o Horto Florestal de Bebedouro, devido ao Cezinha, que conhecia muito bem a região, na qual, nos idos 1983, havia iniciado o aprendizado das lutas sindicais, tendo participado da Diretoria do STR que se transformou em SER de Bebedouro; mas mesmo assim, precisavam de informações atualizadas sobre a área, como funcionava a guarda, como era a circulação e os caminhos internos.

Dois coordenadores do grupo Antonio Cougo Rosa (Antonio Rosa) e Antonio Manoel Trizoti (Trizoti), que tinham origem no campo e participado da fase de industrialização, com crenças religiosas diferentes, um católico e o outro evangélico, mas que comungavam o mesmo sonho de vida, foram encarregados de fazer o reconhecimento da área, pois havia necessidade de informações precisas, tendo em vista que a ocupação ocorreria à noite e não poderia haver desencontros.

ENTRAVES E DESAFIOS DA LUTA

O SER-Bebedouro, filiado à FERAESP, participava da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela Reforma Agrária, pois acreditavam que assim concretizariam seu ideal de melhoria das condições sociais dos trabalhadores.

Em meados de 1995, após o distanciamento da luta na ocupação do Horto Guarany em Pradópolis, iniciou-se em Bebedouro e Cósmpolis o trabalho de organização de famílias para novas ocupações, visando a ampliação do movimento de luta na região.

Cezinha era um dos diretores do SER-Bebedouro, participando da diretoria com João Batista Alves de Freitas - “Gatinho”, Presidente do Sindicato na época. No início de 1996, ocorre uma ruptura na diretoria do SER-Bebedouro. Os trabalhadores que haviam sido organizados desde meados de 1995 pressionavam, querendo ocupar áreas e acreditando na luta pela terra e na vitória da Reforma Agrária.

Mas o período eleitoral se aproximava e dois fatos ocorrem: primeiro, membros do Partido dos Trabalhadores - PT de Bebedouro são contra a ocupação de terras na região e, segundo, o encaminhamento de trabalhadores cadastrados de Bebedouro para participar em ocupação de terras em outra região.

A pressão política do candidato a Prefeito pelo PT, para que não ocorresse ocupação de áreas na região, avaliando que esta luta poderia comprometer a campanha e a imagem do candidato. Não é tomada a definição pelo Diretório Municipal de abandonar a luta pela terra, mantendo-se em sintonia com as propostas do PT em nível nacional, no entanto, esta proposta não é apresentada nos palanques de campanha.

Nesse período, há um contato entre o candidato a Prefeito pelo PT e o sindicalista Cezinha, no qual é colocada a posição do candidato do PT, tentado dissuadir a ocupação de terras na região. Além das pressões normais, foram articuladas interferências de outros setores do Partido e do Movimento Sindical, visando a imobilização do Sindicato neste sentido, já que não havia acordo por parte do Sindicato com a proposta do candidato a Prefeito.

Neste contexto, cabe referir a opção do Presidente do Sindicato – “Gatinho” de levar os cadastrados de Bebedouro à ocupação de terras no município de Luís Antonio, município próximo a Ribeirão Preto, que já vivenciava a luta pela terra do Horto Guarany em Pradópolis.

Várias versões sobre estes fatos surgiram, mas não foi confirmada na pesquisa a inter-relação entre eles. Uma versão é que havia ocorrido uma concordância inicial pelo sindicalista Cezinha, cedendo à pressão do candidato a prefeito, no qual os trabalhadores organizados de Bebedouro, para não criar problemas teriam sido conduzidos para o município de Luís Antonio. Posteriormente, Cezinha teria organizado a ocupação do Horto de Bebedouro, como forma de contestação à pressão sofrida.

Outra versão apresenta desconexão dos fatos, mas confirma sua ocorrência. Cezinha tinha sofrido pressão do PT e da Central Única dos Trabalhadores - CUT para não apoiar a ocupação de terras na região. O Presidente do SER – “Gatinho” tinha optado por participar de outras ocupações com os cadastrados de Bebedouro, por não conseguir suportar a pressão destes, pois os grupos cobravam que a ocupação ocorresse. Devido à ruptura que ocorria na Diretoria do Sindicato, optou por integrar os trabalhadores de Bebedouro com outro grupo, como solução mais fácil para os vários problemas que se apresentavam.

Estes fatos, não foram veiculados na imprensa, ou sob outra forma de registro, mas as versões levantadas são propaladas em diversas falas de entrevistados, sem podermos apurar e qualificar suas versões. Este embate é confirmado como diferenças políticas entre o candidato a Prefeito do PT e as lideranças sindicais. Diferenças que se farão perceber nas propostas de trabalho, disputa de espaço político e representatividade dentro do assentamento, embora não manifestadas explicitamente.

A LUTA EM PROCESSO: RELAÇÃO COM A TERRA

Na disputa de poder entre o PT-Bebedouro e o Sindicato, há a intermediação da CUT, que faz contato com os sindicalistas Carlita e Cezinha, apresentando uma avaliação de que não era momento para ocupação de área em Bebedouro ou movimentação Pró-Reforma Agrária. Posição não entendida e não aceita pelos sindicalistas, pois como poderiam *“trair os trabalhadores que já estavam organizados, apenas para esperar as eleições, o movimento é independente do Partido”* (fala da sindicalista Carlita, 1999). Não chegando a um acordo, a CUT reforçou sua posição de não apoio ao movimento de ocupação e que não se colocaria como interlocutora junto ao Governo Estadual, *“que estaria por sua própria conta”*. O apoio tático e estratégico das organizações sindicais não seria disponibilizado para este processo/luta.

Explicita-se uma contradição entre o partido e a organização sindical face à luta pela terra. Utilizando-se da argumentação de que estrategicamente não é interessante, ou da possibilidade de comprometimento de outras ações, se opõem grupos que estão em movimento

pelos mesmos ideais e propostas, comprometendo a unicidade da luta, desagregando os agentes participantes deste processo.

Este contexto vai ser reformulado após a ocupação da área, quando se inicia o processo de luta para permanência na área e é necessária uma negociação junto ao Governo do Estado, para minimizar os efeitos da reintegração de posse e ser reconhecida e incorporada à luta maior dos Hortos da FEPASA. Não havendo interlocutor para mediar o contato com o Governo do Estado, a ação de desarticulação da luta pela desocupação, através da reintegração de posse seria fatal. A CUT mantinha sua posição e permanecia alheia ao processo. Marcada a data para desocupação pelo poder judiciário - 04 de setembro de 1996²¹, sem apoio ou interlocução com o Governo do Estado, os acampados tentam ganhar tempo, em movimento lento de saída, sem contestação. Neste período ocorre um Encontro Estadual da CUT, em São Paulo.

No momento em que no campo de luta - Horto de Bebedouro - ocorre a “*aceitação*” da desocupação, mas numa operação de retardamento da ação, “*operação tartaruga*” de desmontagem e transferência das famílias para beira da pista da Rodovia Faria Lima – SP-326, área do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, o grupo faz uma manifestação no Encontro da CUT, com panfletagem sobre a posição da CUT frente ao movimento. Tal ação tem resultado positivo, pois consegue mobilizar os participantes que ficam indignados com a posição da CUT, recebendo grande quantidade de moções de apoio, o que paralisou o Encontro, provocando uma mudança de postura da CUT, viabilizando abertura de negociação junto à Secretaria de Justiça e manifestação do Governo do Estado para minimizar a força utilizada na desocupação da área.

A Escolha da Data: como transitar e não ser percebido?

Vários problemas foram surgindo ao aproximar a época da ocupação – Como levar 260 famílias - aproximadamente 1300 pessoas²² para o local? Como seguir pela rodovia com 04 ônibus, alguns caminhões e vários carros sem chamar a atenção da polícia? Como transitar e não ser percebido? Novas reuniões, dúvidas, soluções, seguidos de novos encaminhamentos.

²¹ Gazeta de Bebedouro – 03/09/1996 – Ano 72 – Nº 6475.

²² Gazeta de Bebedouro – 27/08/1996 – Nº 6472

Bebedouro está localizada próxima à Rodovia Faria Lima que liga Matão a Colômbia, fazendo parte do percurso de acesso à cidade de Barretos, que dista aproximadamente 60 km desta e onde, todos os anos no final de agosto, ocorre a Festa do Peão. Daí nasce a solução para o trânsito do comboio, possibilitando vencer o obstáculo de transitar sem ser percebido e havendo definição de período propício.

A data sugerida foi 23 de agosto de 1996. Nesta época, o movimento de veículos que circula na região é muito grande e não seria difícil passar despercebido, mesmo esse grande grupo com um objetivo de “*peão*” diferente, “*Terra para Trabalhar*”.

Hoje, estes fatos são lembrados com risos pelos assentados pioneiros. Para não haver riscos de desencontros entre os integrantes da comitiva e existir um fácil reconhecimento entre estes, os veículos da festa da ocupação, foram marcados no vidro traseiro com as palavras “*Fiesta do Peão*”. Poucos teriam atenção para perceber que “*Fiesta*” era a senha que identificava e conduzia o grupo de famílias rumo ao seu sonho de liberdade. Na simbologia da festa, trabalho, luta e condição de pertencimento dotavam o caminho do grupo.

Entrada na Área: a chegada dos forasteiros

Na madrugada do dia 23 de agosto de 1996²³ o grupo chega e inicia a ocupação da área. Apesar de toda a programação, algumas famílias não conseguiram chegar ao local, outras se perderam quando entraram na área e por incrível que pareça, tiveram que pedir ajuda aos guardas da FEPASA.

No amanhecer já se iniciavam os trabalhos de montar os barracos e ocupar a área; os guardas da FEPASA tentavam ameaçar as famílias para que fossem embora, utilizavam várias estratégias, desde ficar circulando com os veículos próximos aos barracos, até tiros para o alto, sempre objetivando baixar a moral dos trabalhadores.

Nesta data iniciou-se a “*grande batalha de resistência*” por parte dos “*moradores da cidade*”. Poucos acreditavam no sucesso desta ocupação, outros em maior número lançavam ataques aos “*forasteiros que vêm estragar a nossa cidade*” e outras tantas estigmatizações, que denegriam a imagem destes trabalhadores, pais de famílias que estavam lutando por direito a uma vida digna e justa, lutando pelo sonho de liberdade da Terra.

²³ Gazeta de Bebedouro – 27/08/1996 – Nº 6472

O momento se tornava delicado, pois a “oposição” atacava como era de se esperar, mas os partidários da Reforma Agrária estavam neste momento preocupados com as eleições municipais e avaliaram como negativa a ocupação.

O jornal local²⁴ identifica o grupo como tendo lideranças do MST da região de Campinas e as famílias como originárias de vários estados como Goiás, Mato Grosso, Paraná e Bahia. Podemos observar a resistência da cidade, representada pelos meios de comunicação, onde informações desencontradas e a luta ideológica são apresentadas.

O movimento tenta apresentar a diferença entre invasão e ocupação, *“Essa é uma propriedade do Estado e é nossa porque pagamos impostos”, “Tivemos certeza de que não eram terras particulares e estão improdutivas. Não usamos armas e nosso movimento é pacífico. Só queremos a terra para trabalhar”*²⁵ – falas utilizadas pelos ocupantes na época, mas que não ecoavam nos meios de comunicação ou na comunidade local, repetidas até hoje nos momentos de revisita à memória desta época.

Ocupações e Desocupações

Não tardou muito e vieram as ordens de desocupação da área – *Mas para onde ir? Como manter a tranquilidade e segurança das famílias? Como abastecer de água? Como resistir?*

Neste momento, havia necessidade de mediação junto ao Governo Estadual, mas as disputas políticas anteriores, como já apresentado, com o PT e CUT, tinham bloqueado estes caminhos, era hora de retomar a luta com a CUT, para esta participar como interlocutora junto ao Governo.

A primeira reintegração ocorreu em 11 de setembro de 1996²⁶; o tempo urgia e vários fatos ocorriam juntos, morte e vida. A morte – representada pela desocupação da área, sensação de frustração – *“Sem se identificar, os líderes imediatos do movimento, os sem-terras disseram que não acreditam mais no programa de reforma agrária. Para eles, ‘tudo é*

²⁴ Gazeta de Bebedouro – 27/08/1996 – Nº 6472

²⁵ Declaração de uma representante do grupo (Josefina) publicada na Gazeta de Bebedouro – 27/08/1996 – Nº 6472.

²⁶ Gazeta de Bebedouro – 12/09/1996 – Nº 6479.

uma farsa e da forma como está sendo feito não assentará as seis mil famílias cadastradas no Estado’”²⁷.

Enquanto um grupo se reunia com o Secretário da Justiça²⁸, negociando a permanência na área, a polícia cumpria a reintegração e junto nascia a esperança de vida e estímulo para luta. Aninha e seu companheiro, que haviam optado pela ocupação da terra, terminaram a gestação em plena luta, dando à luz a filha Luana, que nascia em meio a todos estes acontecimentos, *“apontando que a luta devia continuar pelo futuro de nossos filhos”* (fala da sindicalista Carlita, 1999).

Houve a retirada das famílias da área e estas ficaram na beira da pista, próximo à entrada do Horto; somente com resistência para ser vencedora, pois teriam que aguardar até o reconhecimento pela sociedade dos direitos que os trabalhadores estavam reivindicando. *“Os remanescentes declararam que os que foram embora, na verdade não são ‘nem sem-terra, nem sem emprego, são curiosos’”²⁹.*

Para manutenção das famílias, vários trabalhos foram organizados, grupos para fazer arrecadação nas cidades vizinhas, grupo para negociar com a Prefeitura, o Juiz e o Promotor, para solicitar água e apoio à Prefeitura Municipal, que sempre fazia os serviços mais pela boa vontade e simpatia dos funcionários à causa dos trabalhadores, do que pela ordem dos superiores. Vê-se, nestas manifestações, expressões de cooperação, seguindo lógicas que agregam simpatizantes e/ou sensibilizam pelo momento vivido.

Foi construído um barraco onde se montou uma creche para entreter as crianças e manter longe da Pista - Rodovia Faria Lima; mesmo esse barraco, que ficava 20 metros para dentro do Horto, não foi aceito pelos guardas e houve sua derrubada.

“Tudo era feito para deixar as famílias indignadas com sua situação, esperando que com a baixa da moral e auto-estima, houvesse desistência e esvaziamento da luta” (fala de acampado da época, 1999).

Observamos nestas falas, a força subjetiva que exerce o sonho da liberdade da terra. Mesmo com as adversidades e carências, energizam e mantêm acesa a luta, que as faz vivenciar formas de aproximação e de comunhão de idéias que nos podem permitir tomar de empréstimo a conceituação de DURKEIM (1978) de solidariedade mecânica. Nas relações

²⁷ Gazeta de Bebedouro – 07/09/1996 – Nº 6477.

²⁸ Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania – SJDC - Dr. Belisário dos Santos Júnior.

²⁹ Gazeta de Bebedouro – 07/09/1996 – Nº 6477.

cotidianas da vida, na divisão dos ideais, com idealizações e projetos futuros, confiança e reciprocidade, aparecem as bases para expressões mais concretas da “*lógica de cooperação*”. Processo que se amplia e forma redes de apoio social, que se externalizam à comunidade e região.

Várias pessoas da cidade e da região apoiavam o movimento e tentavam amenizar as dificuldades com apoio moral e às vezes ajuda financeira mesmo que de pequena monta, medicamentos e alimentos. Alguns nomes sempre são lembrados pelos hoje assentados, tais como Padre Adalberto, Padre João, Sr. João - do leite, Bia – da APEOESP, Freitas - Vereador, Irmã Alcebina e outros tantos. Os primeiros foram contatados para dar apoio espiritual ao grupo, na época. Membros da Igreja Católica mais engajados, foram os primeiros a apoiar o grupo. Apesar das diferentes crenças, o ecumenismo, a doutrina cristã falava mais forte, podendo ser entendidas também como expressões de cooperação. O Sr. João, com formação evangélica, sensibilizado com as crianças, apesar de não conhecer o grupo, sempre aparecia com leite para estas. Outros, como a sindicalista Bia e o vereador Freitas, apoiavam a luta política, abrindo seus espaços na cidade para o grupo, numa tentativa de quebrar discriminações e aproximar a comunidade local.

Formou-se uma frente de apoio que contou com os prefeitos de Jaboticabal - Carlota, Taquaral - Petronílio e o Deputado Baccarin, que se mobilizaram politicamente em defesa desses trabalhadores.

Conflito Constante

A instabilidade das famílias era grande, pois não faltavam pessoas, que passavam pela rodovia e arremessavam objetos e/ou disparavam armas de fogo e/ou gritavam palavras de baixo calão. A moral das famílias era massacrada, mas o “*ferro se forja na bigorna*” e quanto mais fatos aconteciam, “*parecia que mais fortalecidos se tornavam esses lutadores*” (fala das lideranças, 1999). As dificuldades enfrentadas nesta fase exigiam do grupo uma organização mais aprimorada, um olhar de todos para todos e fortaleciam os laços de solidariedade e as relações sociais. No espaço de convivência, os problemas eram comuns e compartilhados. O entendimento das diferenças e das necessidades gerais reforçava expressões de cooperação, quer no recolhimento de contribuições, quer nas partilhas, no qual eram entendidas as

particularidades de demandas, agrupadas as habilidades e diferentes colaborações. Numa luta do grupo, contra um ente que não compreendiam plenamente, colocando em alguns momentos como “*inimigo*” a FEPASA, representada pelos guardas; o Governo, com seus diversos tentáculos - como “*amigo*” e único com poder de “*salvar*”, com poder de realizar os sonhos, reconhecendo a luta, mas tendo também sua faceta “*inimiga*” que usava a força para reintegrar a terra e retirar as famílias; a Prefeitura Municipal como “*dificultadora*”, pois não prestava toda ajuda necessária e auxiliava o mínimo. Neste quadro, observa-se que a complexa estrutura ideológica se disfarça em múltiplos papéis, sem apresentar sua real identidade; entrando no campo das relações tradicionais que eles conhecem, sem algumas vezes perceber a manipulação desse jogo de poder e interesses, outras participando com contra-jogos e estratégias, visando seus objetivos comuns na luta pela terra, experiência que demonstrava a força da prática da cooperação na conquista do sonho da terra.

Manter uma quantidade grande de famílias juntas em um pequeno espaço – na beira da rodovia - não é um trabalho fácil. As diferenças se sobressaem quanto maior a proximidade e a convivência, dificultando-a ainda mais, quando as carências são grandes; havendo necessidade de respeito, reconhecimento, confiança e de forte união para se alcançar a vitória. Em contrapartida, a idealização da terra, ente imaterial, que é movida por sentimentos e emoções introjetadas, lembranças de outros tempos, amplia a resistência às adversidades. A partilha de sonhos, nas conversas informais, fortalece e cristaliza as relações fraternas.

Pequenos problemas em épocas de grande tensão tomam proporções imensas, que dificultam sua administração e exigem ações firmes da organização. Foram escolhidos Coordenadores para o Acampamento – Antonio Rosa, Antonio Manoel Trizoti (Trizoti) José Ferreira da Cruz (Zé Cruz), Irineu Rosa dos Santos (Irineu), Antonio Real, Edmilson e Milton. Estas escolhas se faziam por opções pessoais de compromisso com a luta e o trabalho, composição de habilidades e necessidades, demandas e vontades, nas quais a participação, o comprometimento e a ética eram as bases dos valores morais do reconhecimento. O tempo de trabalho e dedicação eram reconhecidos pelo grupo, formando uma hierarquia não institucional, mas de respeito e reconhecimento, valorizado pela rede de contatos e conhecimento dos meandros institucionais e burocráticos que tinham que ser vencidos.

A indignação das famílias aumentava a cada dia, dificultando a manutenção organizada do grupo. Em contrapartida, isso forjava uma força de vontade avassaladora, onde as mulheres

começavam a tomar cada vez mais parte da indignação com as situações vivenciadas, descrença nas instituições, num aprendizado de que as soluções só poderiam nascer de sua luta, numa conscientização de sua história.

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. ... Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como do próprio indivíduo vivo; na segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como sua consciência. (MARX, 1991, p. 37-38)

Após a opção de participação da ocupação e as situações vivenciadas neste processo, são forjados valores. Os iguais vão se diferenciando, mas não deixando de lado sua igualdade, mas havendo uma seleção natural pela sua resistência, onde as necessidades, quer pela realidade - não tem para onde voltar ou ir, quer pela subjetividade - sonho de liberdade da terra, transformam e agregam as pessoas, pois o objetivo claro e comum – a terra, o sítio – unem, fortalecendo a cooperação, minimizando a competição ou trazendo-a para círculos positivos, não sem conflitos quer internos ou externos, mas como trabalho de construção de consciência, que tem idas e vindas, teorizações e experimentações, idealizações e realizações.

Muitas vezes essas experiências são idealizadas como um processo que não possa tomar outros rumos, nem pudesse ser abalado pela realidade, pelos processos vivenciados, como se neste momento não houvesse opção ou querer dessas pessoas, que pelo objetivo comum seriam desprovidas de singularidades e sonhos particularizados (GOMES, 2001)

Dimensões de Resistência e Organização

A Coordenação, posteriormente, foi centralizada em 03 acampados – Antonio Rosa, Zé Cruz, Antonio Trizoti, que foram instalando as mediações, tanto dentro do Acampamento, na solução de pequenas demandas, impasses, organização de seus membros, trabalhos a serem realizados, como com as forças externas – FEPASA, Fórum, Promotoria, Prefeitura, Vereadores e Polícia, num trabalho de ampliação do reconhecimento da luta, dos direitos de cidadão, da quebra de estigmas e preconceitos.

Os contatos com o INCRA para obtenção de cestas básicas, que apesar de serem *”poucas e fracas, eram melhor que nada”* (fala de acampado, 1999) e com a Fundação ITESP para mediar as negociações com o Governo Estadual, todos foram importantes para manter a

situação sob controle sempre dentro do possível, pois mesmo com objetivos comuns, algumas singularidades dos sujeitos, não compatíveis com o grupo ou a luta, eram extravasadas.

Após o silêncio de dois meses, os sem-terra retornam ao noticiário local³⁰; já havia terminado o período eleitoral, com a vitória de José Piffer do PSDB³¹, ficando o candidato do PT em segundo lugar, mas com expressiva votação³², 11,8 mil votos (27,5%). Mas somente em novembro reaparecem com a manchete³³ *“Incra cadastra os sem-terras na Faria Lima”* e o texto anuncia *“O grupo dos sem-terras de Bebedouro passou a existir oficialmente no programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)”*.

Esse reconhecimento pelo Governo Federal, noticiado na mídia escrita local, refletia a concretude e cristalização da luta, como também exigia da comunidade local mudanças de postura, pois os antes *“forasteiros e aventureiros”* tinham conquistado um espaço próprio dentro da estrutura legal e institucional. Sua cidadania estava sendo resgatada, mesmo com a marca discriminadora de *“sem-terra”*, estigma que traz em seu bojo o caráter muitas vezes de violência, não de ideologia, sonhos, luta justa por resgate de direitos.

A situação já havia se transformado, pois parte da sociedade já se sensibilizava com a causa, ganhando apoio da promotoria que recorre da decisão³⁴, solicitando ao Juiz reformulação da sentença em nome da cidadania, alegando a presença de grande número de famílias e a defesa de interesses públicos, que foi acatada pelo Juiz, reformulando esta e dando novo prazo para permanência na área até 22 de fevereiro de 1997.

As vitórias em nível do Governo Federal, e na *“justiça local”* ampliavam as possibilidades da luta maior, objetivo final – a terra; como também traziam à tona redes de apoio não visíveis anteriormente, ampliando espaços e conquistas junto à comunidade local, reformulando seus conceitos sobre o grupo.

A forma de organização das famílias no acampamento, sua presença marcante, demonstravam que sua luta não se constituía em *“invadir”* áreas. Como a estrutura agrária da região é baseada em sua maioria por pequenos e médios produtores, gerava inicialmente incertezas, dúvidas que só foram dissipadas, pela convivência e pela demonstração que, tratava-se sim de uma *“ocupação”* de área do Estado; e de um movimento de trabalhadores que

³⁰ Gazeta de Bebedouro – 07/11/1996 – Nº 6502.

³¹ PSDB – Partido Social-Democrata Brasileiro.

³² Gazeta de Bebedouro – 05/10/1996 – Nº 6488.

³³ Gazeta de Bebedouro – 07/11/1996 – Nº 6502.

³⁴ Gazeta de Bebedouro – 26/11/1996 – Nº 6509.

exigiam seus direitos, o resgate de sua cidadania, a lutar por um lugar para sua família, interesses consubstanciados na construção de seus projetos de vida e de trabalho.

Há presença constante do grupo nos espaços municipais de poder. Sempre participavam de sessões da câmara municipal, negociavam com a prefeitura questões como água, leite e atendimento às crianças. Contatos com o poder judiciário através da promotoria e sua articulação local com os grupos de apoio e com o Governo do Estado vão construindo um reconhecimento pela sociedade local.

A indignação com a situação vivenciada, as incertezas e instabilidade vão moldando no grupo conceitos práticos apreendidos na luta, onde os avanços não se faziam apenas na resignação - *“Mas um dia a corda não agüenta e rompe”* (fala de liderança do acampamento, 1999). Esse momento foi sendo construído por várias ações da sociedade e, principalmente, pelos Guardas da FEPASA. *“Um dia o povo se move e como um rio quando rompe sua contenção, não tem rumo certo e leva tudo que encontra pela frente”* (fala de liderança do acampamento, 1999). A abertura de novos espaços para vida e cultivo se faz premente, exigindo outras ações como a entrada definitiva na área. Encaminhamentos novos que podiam ser propostos, pois o espaço de reconhecimento havia se ampliado; o que os leva a ousar outras estratégias de permanência e de constituição de novos limites, ultrapassando os já conquistados.

A Marca da Primeira Vitória – Entrada definitiva na área

A situação ficou insustentável, muita pressão psicológica e muita indignação. Os trabalhadores resolveram tomar as medidas que se faziam necessárias para melhorar a sua situação, visto que o Governo Federal através do INCRA e o Governo do Estado através da Fundação ITESP, pouco tinham colaborado com a solução desta situação.

Houve uma assembléia e os trabalhadores resolveram organizar uma *“pequena guerrilha”*, começar a cortar eucaliptos para abrir, ocupar a área e delimitar espaços de trabalho.

As mulheres tiveram papel fundamental neste trabalho, conversar com os Guardas das Guaritas³⁵ e distraí-los, para que uma delas pegasse seu rádio transmissor, impedindo o acionamento dos outros que se encontravam na sede e houvesse tempo para que os homens derrubassem árvores com motosserra para bloquear a estrada.

Observamos a presença das mulheres nesta ação e no relato histórico oral, colhido de homens, há traços de respeito e de admiração, num movimento de vai-e-vém do espaço privado ao público. Ainda sem quebrar velhos laços estruturais e culturais de uma definição introjetada de papéis, percebe-se sua importância e solicitação da participação feminina em momentos decisivos, demonstrando sua relevância e peso no fórum doméstico, locus gerador e estruturante dessa luta.

Esta ação possibilitaria a ocupação da área pelas famílias, pois o *“contexto político já havia se transformado”* (fala das lideranças sindicais, 1999) e se houvesse uma ação forte, haveria recuo da FEPASA.

*“INCRA inicia desapropriação de Horto invadido por sem-terras”*³⁶, manchete de capa do jornal local, onde é anunciada a segunda *“invasão”* pelas famílias acampadas. Mas no jogo político as incertezas são inúmeras, como anunciado por outra manchete menor – *“FEPASA aciona depto jurídico. Polícia só vai intervir com ordem judicial. Invasão pela segunda vez pode interromper processo de desapropriação”* – *“DESAPROPRIAÇÃO”* onde era anunciado *“O processo foi enviado pelo INCRA de São Paulo para a sede do Instituto em Brasília, onde será analisado pela Comissão de Recursos Fundiários, que decidirá sobre a viabilidade técnica e econômica da desapropriação. Segundo a FEPASA, o fato de a área ter sido invadida pela segunda vez, poderá interromper as negociações com vistas à desapropriação pelo INCRA”*.

Mesmo com o reconhecimento dos órgãos e poderes, a questão *“invasão”*, ainda persite, não há clareza da luta e *“ocupação”* da área pelas famílias, como direito de aproveitamento de espaços desocupados ou mal aproveitados, como definido na Lei 4957/85³⁷. As ameaças de interrupção do processo de desapropriação pela ação realizada são

³⁵ Havia duas guaritas nas entradas do Horto, de um lado e de outro da rodovia que controlavam todo o movimento dos acampados e da saída dos eucaliptos.

³⁶ Gazeta de Bebedouro – 15/02/1997 – Nº 6538.

³⁷ Lei nº 4957/85 – Plano de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários – aprovada pelo Governador Franco Montoro em 30 de dezembro de 1985. O Estado de São Paulo tem um marco histórico da Reforma Agrária com a Lei nº 4.957/85, outros marcos vieram posteriormente como o as terras do Pontal do Paranapanema (1984) e a luta pela terra nos Hortos Florestais da FEPASA (década de 90), como a ocupação do Horto Guarany em Pradópolis em 22 de agosto de 1992.

veiculadas. As mudanças estruturais e ideológicas são mais lentas, mas no plano jurídico institucional havia ganhos claros, as transformações eram visíveis pela prorrogação da data de desocupação, indicativo das articulações e negociações que eram realizadas em planos superiores dos Governos.

As ações aconteceram conforme o planejado, contando com a ousadia das mulheres. *“Dizem a boca pequena que teve Guarda - marmanhão barbado - que saiu correndo chorando, com medo de que algo pudesse acontecer a eles”* (fala de liderança do acampamento, 1999).

Cada família pôde escolher o melhor lugar para se instalar. Começaram a abrir pequenas áreas para produzir sua subsistência, pequenos plantios, algumas criações e os barracos foram sendo construídos em diversos lugares, ocupando toda a área, tentando sempre manter uma proximidade que desse segurança para qualquer ação que pudesse ser tentada pelos guardas da FEPASA.

Apesar da vitória, temiam o contra-ataque *“Gato-escaldado tem medo de água fria”* (fala de liderança do acampamento, 1999).

Mesmo a Justiça revisava sua posição, demonstração das transformações que ocorriam. A manchete *“Sem-terras ganham mais tempo para ficar na rodovia Faria Lima”*³⁸ – fala na decisão ter levado em conta a ausência de acidentes no local e negociações entre o INCRA e a FEPASA para liberação da área do horto, inicialmente ocupada pelo grupo, e no fato dos alimentos virem da prefeitura e de doadores voluntários. No dia em que venceria a primeira prorrogação da liminar de reintegração de posse, concedida em dezembro, em favor do DER, a mudança do contexto de luta era claramente noticiada. A luta política era um desafio constante como demonstra a condicionante dada pelo juiz – *“Se eles voltarem a entrar na área da FEPASA, tanto os que entrarem como os que ficarem na rodovia, perderão o direito de aguardar a liberação da área no acampamento”*³⁹.

A luta não era feita apenas como expressão e projeção na mídia. Com micro-lutas e vitórias, para preservação da vida e dos ideais, subterrâneas fortalezas eram constituídas e construídas, novos espaços conquistados. Os guardas já não tinham mais circulação irrestrita, mas apenas externa, o que possibilitava uma fixação maior na área. Mantinham os barracos na rodovia, mas pequenas áreas de cultivo eram abertas em meio aos eucaliptos e áreas

³⁸ Gazeta de Bebedouro – 22/02/1997 – Nº 6541.

³⁹ Gazeta de Bebedouro – 22/02/1997 – Nº 6541.

desocupadas, expressão de persistência e determinação, subvertendo a “*ordem vigente*”, mas sem afrontas e provocações aos poderes e suas determinações, apenas seguindo as necessidades da vida, ocupando espaços, não invadindo como era noticiado.



Foto – 01 – Acampamento dentro da área do Horto de Bebedouro (1998)

Antigos apoiadores do movimento de luta pela reforma agrária como o Vereador Freitas do PT, mantêm a posição, encaminhando moções de apoio oficialmente como as noticiadas – “*PT aprova moção pela Reforma Agrária*”⁴⁰ – “*Encaminhada pelo vereador Luiz Carlos de Freitas (PT), a Câmara aprovou por 8 votos contra 7 o envio de apelo à Presidência da República para que institua o 17 de abril como o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária*”. Posteriormente as posições se alteram, ampliando o espaço político, como noticiado pelo jornal – “*Câmara institui o Dia da Luta pela Reforma Agrária*”⁴¹ – “*Data marca chacina de Curionópolis e marcha de sem-terras a Brasília*” - “*A Câmara aprovou por unanimidade dos vereadores a instituição do dia 17 de abril como Dia Municipal de Luta pela Reforma Agrária. A proposta foi apresentada pelo vereador Luiz Carlos de Freitas (PT).*

⁴⁰ Gazeta de Bebedouro – 15/05/1997 – Nº 6574.

⁴¹ Gazeta de Bebedouro – 03/07/1997 – Nº 6595.

Na data poderão ser realizadas manifestações públicas, reuniões e palestras nas escolas. ‘Todas as atividades devem estar voltadas para a conscientização da importância da Reforma Agrária’, orientou Freitas”. Espaços de debate são ampliados na cidade, reuniões públicas com palestras, debates e depoimentos são realizados na Câmara Municipal. O tema toma os meios de comunicação local, os forasteiros começam a ser reconhecidos e identificados como cidadãos que buscam uma oportunidade de vida. Transformações nas relações com a comunidade local se processam, numa aproximação que fortalece os trabalhadores e sua luta.

A gente começou a sentir mais firmeza e ver com outra visão esse pessoal, ver com a visão de que eles já tinham um projeto de vida, eles tinham um referencial não só da terra, como um referencial institucional mais ligado a eles, ... e que eram pessoas, que já se mostravam com capacidade para produzir, ou senão para assimilar uma cultura produtiva, isso também, ah ... aí mudou totalmente, aí a visão, o sentido que a gente tinha em relação aos assentados, já estava totalmente diferente, já tinha uma noção de comunidade ...” (entrevista com jornalista da Gazeta de Bebedouro, 2005)

Segunda Vitória: a resposta dos poderes

As mudanças externas tinham por base as ações de luta que as famílias processavam, pequenas transformações eram conquistadas, num continuum, cristalizava-se o acúmulo destas que exigiam mudanças dos outros agentes e atores.

As transformações geram mudanças, que são o reflexo dos processos já realizados e constituídos, não estáticos. Seu caminhar depende de ações e da constante luta, como constatamos na manchete⁴² do jornal local – “*Sem-terra pedem apoio político*” – “*Os ocupantes do acampamento ‘Reage Brasil’ se reuniram ontem com os vereadores. Eles pediram apoio político para agilização do processo de assentamento das famílias no Horto da FEPASA, iniciado pelo INCRA. A área, já desintegrada da estatal, passou, segundo o dirigente do grupo, Antônio Rosa, para o setor de patrimônio do Estado. Os sem-terra estavam acampados nas margens da Rodovia Brigadeiro Faria Lima. Há cerca de três semanas voltaram a ocupar a área do Horto. Alguns deles se instalaram em áreas da Prefeitura. Rosa disse que o grupo também ia pedir apoio ao prefeito. Extra-oficialmente, a Prefeitura teria ingressado na Justiça pedindo a desocupação em 90 dias.*”

Podemos observar que após quase 02 anos de luta, os inicialmente “*invasores*”, já são (re)nominados de “*ocupantes*”, uma grande vitória ideológica, demonstrando a aproximação

⁴² Gazeta de Bebedouro – 06/08/1998 – Nº 6762.

que estes alcançaram na comunidade local, fruto de sua forma organizada de atuação, construindo uma nova imagem do processo de Reforma Agrária para a cidade. Trabalho de construção de um imaginário, proposto pelas lideranças sindicais que coordenavam o processo⁴³ - “*É a imagem dessas famílias que está em jogo*” – manifestava Carlita para a imprensa local, quando surge reportagem de venda de lotes no acampamento, desmentindo o fato e lutando por retratação. No campo político, mesmo interno do grupo, não havia linearidades ou homogeneidade total. Como em qualquer processo grupal. A exclusão de um membro gerou reações e notícia nos jornais regionais e locais sobre a venda de lote, mas o grupo se manteve coeso e reagiu a estas. Na época não foi constatada a veracidade deste fato pela Fundação ITESP, apenas observado se tratar de jogos de interesses particulares, mas que tentavam fortalecer a negação da luta dos acampados.

Após transcorrer 02 anos e muita negociação entre o Governador e os Movimentos Sociais, consegue-se a definição do Governo Estadual de transferir os Hortos Florestais da FEPASA - que seria privatizada - para a Secretaria da Fazenda, que disponibilizaria as áreas à Secretaria da Justiça para destinar estas áreas para assentamentos de famílias, seguindo a Lei nº 4957/85. Em 03 de setembro de 1998, quase às vésperas das eleições, o Governo do Estado manifesta a autorização para que a Secretaria da Fazenda faça a transferência do patrimônio fundiário da FEPASA para a Secretaria da Justiça, destinando estas terras para a Reforma Agrária, possibilitando o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, como propõe o Plano de Valorização dos Recursos Fundiários. Esta cerimônia ocorreu no Palácio dos Bandeirantes. As famílias acampadas ficaram felizes de verem a sua luta vitoriosa.

O Governador em Exercício - Vice-Governador - Geraldo Alckmin comandou a cerimônia de maneira informal, “*como se fosse velho companheiro das lideranças dos Movimentos Sociais*”. O Secretário da Justiça – Dr. Belisário - faz um trato com os futuros assentados, para que não haja derrubada de madeira e, num “*acordo de fio de bigode*” por ele proposto, compromete-se a encaminhar o que fosse necessário para concretização desta transferência, mas os Movimentos Sociais assegurariam o patrimônio de madeira do Estado, pois a FEPASA se retiraria e haveria necessidade de segurança para este patrimônio. O acordo foi selado com grande alegria e euforia.

⁴³ Gazeta de Bebedouro – 17/09/1998 – Nº 6779.

Novas idealizações são construídas. A ilusão de que a luta estava terminada, logo se dissolveu, pois apesar da vontade política manifestada anteriormente pelo Governador, havia entraves burocráticos que passavam por mãos com outros interesses que não o da Reforma Agrária, dificultando o encaminhamento e solução das pendências, como também a transferência de informações que facilitariam a administração futura das áreas.

Um momento delicado: Indefinições Políticas e Eleições Estaduais

A delicadeza do momento era grande, devido à indefinição do quadro das eleições, a vontade política poderia ser desfeita pela vitória nas eleições de partidários contrários à Reforma Agrária.

A Fundação ITESP assume o compromisso político de assegurar às famílias que o processo de regularização não voltaria atrás. Para que isso fosse efetivado, haveria necessidade de formar uma *“Força Tarefa que corresse não o máximo possível, mas que se superasse, pois o máximo era pouco”* (fala da Coordenadora do ITESP – Tânia Andrade, 1998). Teriam que ser feitos todos os cadastros e iniciados os trabalhos das Comissões de Seleção antes do dia 04 de outubro, data do primeiro turno das eleições. Somente assim poderia ser assegurado aos trabalhadores que o processo não seria mais cancelado. O horário de trabalho no campo era definido pela luz do sol e o verão era favorável à Reforma Agrária. Os funcionários participantes da *“Força Tarefa”* foram informados dos riscos e perigos, *“está em suas mãos o destino e a segurança destas famílias”* (fala da Diretoria do ITESP). Teriam que seguir os procedimentos legais e regulamentais. O prazo era exíguo para a convocação dos membros das Comissões e execução dos encaminhamentos.

O ITESP se articula com os acampados e, em meio a denúncias de venda de lotes pela imprensa⁴⁴, consegue organizar e realizar o cadastramento das famílias nos dias 21 e 22 de setembro de 1998, momento marcante para as famílias, segundo jornal local – *“O acampamento tem hoje 85 das 250 que participaram da invasão, 29 delas, segundo Rosa, são famílias de Bebedouro”*.

A história pode ser revisitada pela dança dos números e suas composições. De *“invasores”* e *“forasteiros”*, de diferentes origens, o assentamento se faz com a incorporação

⁴⁴ Gazeta de Bebedouro – 17/09/1998 – Nº 6779.

de aproximadamente um terço das famílias pertencentes à localidade, “*mudança*” que corrobora para a penetração da luta e sua incorporação pela comunidade local.

O compromisso da Fundação ITESP foi cumprido. Dentro do prazo foram realizados todos os cadastros e, mais ainda, o levantamento da situação geral das áreas para conhecer o potencial de madeira, pois a FEPASA afirmava que os futuros assentados estavam retirando madeira. As informações fornecidas pela FEPASA eram incorretas e imprecisas, houve necessidade de se levantar o patrimônio dos locais (casa, construções e outras benfeitorias), pois tratava-se de patrimônio público, devendo haver transferência de responsabilidades.

Começaram os trabalhos e os conflitos entre técnicos do ITESP e os Guardas da FEPASA, “*Por que facilitar se eles podem complicar?*”.

Terceira Vitória – As Jabuticabas e o fruto da Terra

“*Quem com ferro fere, com ferro será ferido*”, provérbio utilizado por uma liderança (1998), não significa vingança, mas apenas a lei da ação e reação proposta pelos ocupantes da área.

Os guardas da FEPASA continuavam na área, mas apenas circulavam por fora das áreas, longe das famílias, mas o que pudessem fazer para dificultar o trabalho de transferência desta para a Fundação ITESP, faziam.

A conquista e transformação do espaço, com a realização de encontros para acompanhamento espiritual realizado através da paróquia local, a construção de uma capelinha, que não se constituía apenas como espaço católico, mas sim de um reconhecimento ecumênico da comunidade, são passos importantes na construção deste novo modo de vida. Era neste local onde ocorriam as reuniões e conversas do grupo, não havendo neste momento conflito entre as diferentes crenças, mas sim respeito à fé numa unificação da cristandade que florescia uma condição de pertencimento à Terra conquistada e aos seus frutos. Contrapunham-se duas visões de mundo: uma, ditada pela racionalidade burocrática e pelos imperativos legais. Outra, pela racionalidade tradicional através da qual a natureza aparecia sem donos, um local de direitos legitimado pela Terra. Isto é reforçado pela religiosidade manifestada pelas lideranças sindicais que, mesmo pertencendo à outra crença religiosa, se relacionavam com proximidade com os padres que atendiam à comunidade.

Mas a *“reza foi tanta e tão forte”* conforme fala de liderança (1999) que o momento e os encaminhamentos políticos eram favoráveis aos acampados, e em pouco tempo, os guardas conseguiram arrumar problema com todos.

A racionalidade tradicional na qual a convivência traz a partilha dos bens, não como divisão, mas como troca, solidariedade, ajuda mútua tem na área rural sua grande expressão, pois a necessidade de trocar favores com os vizinhos se faz presente. Nesta *“lógica de cooperação”* a abundância de produtos, permitindo a apropriação de frutas, não é considerada como prejuízo ou roubo, pois a natureza é provedora, *“bem de todos”*. Simboliza a fartura que a Terra pode proporcionar.

Na Sede do Horto, há um jabuticabal e um grupo de crianças foi até lá degustar as deliciosas frutas, *“como qualquer criança que já viveu em zona rural, onde as frutas em abundância podem ser aproveitadas sem grandes problemas com os donos”* (fala de liderança, 1999). Mas estas foram assustadas e postas a correr com pouca delicadeza pelos guardas da FEPASA. Estes erraram o momento de fazer isso, pois neste dia as famílias estavam em assembléia geral, onde foi apresentado este problema e todos decidiram que, como forma de luta neste momento iriam chupar as jabuticabas que os guardas negaram às crianças.

A relação com a terra proporciona o florescimento de sensibilidades, valores e relações diferenciadas. Os limites de propriedade privada muitas vezes são ultrapassados, sem contudo, perdê-la de vista. Sabiam que não eram *“donos”* ainda, que a terra fosse do Estado, mas que as jabuticabas não pertenciam a esse mundo jurídico, mas à natureza, pois os guardas não tinham trabalhado no plantio ou para sua produção.

Contrapõem-se essa visão à outra área vizinha, a Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro – EECB, que estava instalada em área cedida do Horto, com produção e experimentos de frutas, mas o grupo não ultrapassava seus limites, nem se apropriava de seus produtos. A luta pela terra compreendia limites e direitos, que eram respeitados não pela imposição, mas por valores constituídos em relações outras, que não apenas de natureza econômica. O mesmo processou-se com outros vizinhos da área, onde era constatada uma relação de vizinhança pacífica e amigável, aproximação para constituição de laços de solidariedade, confiança e ajuda mútua.

Este evento criou um impasse que exigiu ação da Fundação ITESP, que culminou com a saída dos guardas da sede do Horto no mesmo dia, ficando toda a posse sob a responsabilidade desta área para a comunidade, ampliando-se os compromissos já assumidos, fortalecendo-se o respeito e confiança entre ambas as partes. Este Estado assume no imaginário a figura de parceiro do movimento e da comunidade. Era pouco conhecido, mas neste momento, não havia representação de um Estado repressor, mas de um parceiro de luta, com objetivos comuns, que delegava responsabilidades, que solicitava participação e abria espaço para tal. Neste caso, fomenta ainda que indiretamente expressões da “*lógica de cooperação*”, construção que vinha em processo na luta, reforçando o já realizado, possibilitando novas idealizações.

Este processo se cristalizou numa identificação da comunidade pela Fundação ITESP como grupo que se destacava pelo cumprimento dos acordos e tratos, numa parceria com o Estado, não como submissa ou subserviente, mas como empoderada e exigente de respeito e responsabilidade, numa via de mão-dupla.

Situação que vai apresentar novas facetas, explicitadas ao longo do trabalho.

Ser cadastrado: momento de apreensão

A Fundação ITESP programou para fazer o cadastro das famílias em dois dias, este foi o primeiro contato dos técnicos com a comunidade, ajustando os problemas que iam ocorrendo e tentando atender as famílias da melhor forma, explicando as necessidades e solicitando informações. Fato noticiado pela imprensa local⁴⁵.

O local marcado para o cadastramento, escolhido pelos trabalhadores foi a capelinha, local onde a Igreja Católica realizava seus cultos, um espaço apropriado pela comunidade e simbolicamente um espaço de vitória e de luta, onde ocorriam as reuniões do grupo, local de identidade e encontro de cristandade.

Mas por outro lado, as famílias que participam do cadastro sentiam medo, como estando em uma grande prova. “*O que será perguntado? E se eu não me sair bem? Como será que vão excluir?*” Várias perguntas passam rapidamente pela cabeça das famílias, o que foi

⁴⁵ Gazeta de Bebedouro – 17/09/1998 – Nº 6779.

percebido pela tensão destas no momento das entrevistas, situação manifestada verbalmente no futuro, quando já assentados, relembravam destes momentos históricos vivenciados.

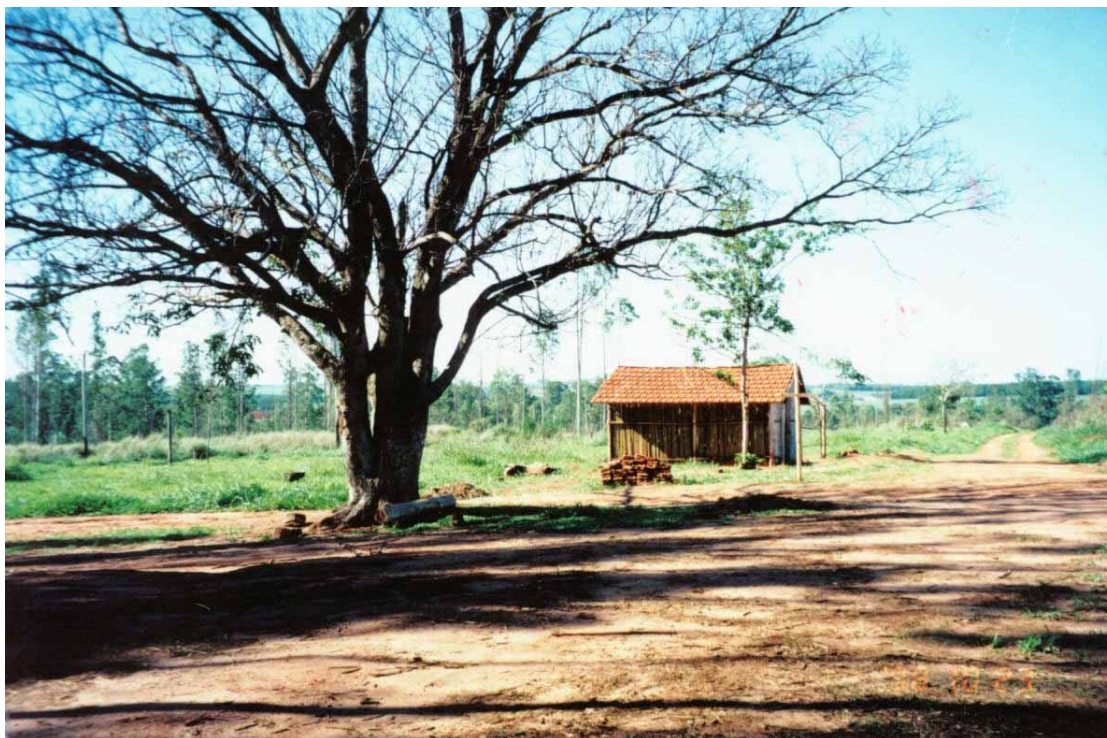


Foto – 02 – Capelinha dentro do Horto de Bebedouro (1999)

Nem a boa vontade dos técnicos conseguiu romper o medo. O tratamento foi cordial, mas estava em jogo o “*sonho da terra*”. Como conseguir se acalmar numa situação destas, onde anos de luta e a própria vida seriam definidos por informações que seriam prestadas a estranhos, técnicos do Estado. Qual Estado seria este? O que oprimiu inicialmente ou o que chegou para regularizar? Apesar das novas relações com este, o medo e insegurança eram presentes. A representação do Estado parceiro parece submergir face à imagem do Estado que impessoal e burocraticamente pode definir sua inclusão ou exclusão, muitas vezes desconhecendo as experiências vividas em sua trajetória anterior.

A Fundação ITESP assume a área

Em dezembro de 1998, já havia tranquilidade, pois o Governo tinha sido re-eleito e agora era cobrada a celeridade do processo, para sua continuidade, pois as famílias queriam ver seus lotes, entrar em suas terras.

O trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER - foi iniciado. Foram levantadas as demandas das famílias e discutidos os encaminhamentos necessários para fortalecer a organização da comunidade. A metodologia seguida era a proposta pela Fundação ITESP em 1998, como forma de cumprir sua missão institucional – *“Planejar, implantar e viabilizar, com participação e sustentabilidade, o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades atendidas”* (ITESP, 2000), numa tentativa de colocar em prática conceitos que estavam sendo difundidos internamente aos técnicos como a nova ATER, num apreendido de trabalho e de vida, onde se tentava focar com diferentes olhares, num vai-e-vém de certezas e dúvidas, mas na ousadia de experimentar o novo, uma relação de aproximação com o querer da comunidade. Estaria a Fundação ITESP revendo de fato o caminho das idealizações do projeto Estatal? Sem ser objetivo deste trabalho uma análise em profundidade da atuação de ATER, limitamo-nos a citar iniciativas levadas adiante neste momento. Relembrando FOUCAULT (2001), do revezamento entre teoria e prática,

A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria à outra e a teoria um revezamento de uma prática à outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro. (FOUCAULT, 2001, p.70-71)

Eram grandes as demandas, tudo estava por fazer. Seleção das famílias, planejamento da área - divisão dos lotes agrícolas, área de manejo florestal, reserva legal, estradas, área comunitária, limpeza da área sem eucalipto - com resto de madeira sem valor comercial, leilão das áreas com eucalipto - madeira com grande expectativa e interesse pelas empresas do ramo, além do estabelecimento e manutenção das famílias.

O problema da alimentação era o mais urgente. Foram discutidas formas de trabalho que possibilitassem a aquisição das cestas básicas. O Estado não tinha dentro de seus programas este tipo de atendimento às famílias, os grupos de apoio consideravam que o assentamento já estava feito, sem ter clareza do longo processo a ser percorrido.

A premência da sobrevivência exigia uma organização para o trabalho. Vários movimentos eram necessários, idealizações e realizações, mas a vida tinha exigências básicas,

... os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, 1991, p.39)

Várias propostas idealizadas foram apresentadas: coleta de folhas das árvores em pé e comercialização para empresas que processariam para produção de óleo essencial de eucalipto, de grande valor no mercado; abertura de área para que as famílias pudessem fazer cultivo de subsistência e garantir sua manutenção; aproveitamento da madeira seca sem valor comercial⁴⁶, o que facilitaria também a limpeza e abertura de área para plantio pelas famílias, dentre outras propostas. Inicialmente como formas idealizadas de solução, não como realidades palpáveis, duradouras ou próximas.

Vários foram os desafios que iam sendo vencidos pela comunidade no aprendizado de traçar seu destino e reivindicar seus direitos, que vão reforçando a prática democrática e participativa, apesar de todo o aprendizado contrário e da reprodução da situação de exploração vivenciados anteriormente.

A construção de uma nova comunidade se torna realidade e vai demandando a construção de uma nova vida para essas famílias que trilharam um difícil caminho, vencendo barreiras e implantando novos conceitos e paradigmas na cidade e região.

Apesar das conquistas, novas disputas se apresentavam, pois muitas áreas do assentamento tinham sido desapropriadas pela Prefeitura Municipal para várias finalidades como: aterro sanitário - lixão, lagoas de tratamento de esgoto, expansão do aeroporto, expansão da área da Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro - EECB. Dada a grande preocupação do grupo – “*A área é suficiente para todos?*” (fala de acampado, 1999) – muitas hipóteses eram levantadas, algumas favoráveis, outras desfavoráveis, algumas querendo conciliar e aproximar-se da comunidade local, outras preocupadas com sua instalação. O grupo vivia uma situação de mudanças não isenta de confrontos, o que amplia a complexidade desta análise da realidade.

⁴⁶ Restos de madeira, que não era economicamente viável sua retirada, e as empresas do ramo não se interessavam, pois não havia retorno ao investimento de sua retirada - custo de máquinas e mão-de-obra.

Esta desmistificação também é composta por outros fatores como: a negociação inicial feita entre a Fundação ITESP e EECB, após a ocupação pelos acampados em 1999 de uma área contígua a esta que já havia sido incorporada, com serviços de destoca, preparo de solo, cercamento, onde a EECB expandiria sua área de experimentação. Os acampados cederam, mas a EECB que era ligada à Cooperativa local se dispunha a colaborar “*com o que fosse possível*”, nesta negociação não houve conflito, coerção ou utilização de outros instrumentos de pressão, mas uma investida que ampliou o reconhecimento e os laços de vizinhança. As compras na Cooperativa local e sua disposição de colaborar ampliaram as relações comerciais, que, de certa forma, alterava a identificação anterior dos acampados. Outras relações com empresas locais quer de serviços, como manutenção de máquinas e equipamentos, serviços bancários, dentre outros, ou produtos como combustíveis, óleos lubrificantes, alimentos, também possibilitaram a aproximação de convívio e o reconhecimento das famílias como novos consumidores locais, novos moradores, não como antes “*forasteiros*”.

Neste convívio, os produtores e a população local foram (re)conhecendo as famílias e em alguns locais, construindo laços de amizade, ampliação que, em sua rede de relações, alterava o quadro anterior, abrindo novas portas e caminhos a serem percorridos.

A PRESENÇA DOS MEDIADORES

Vários mediadores participaram neste processo. Inicialmente, no processo de organização para ocupação da terra, os sindicalistas de Bebedouro - Cezinha e de Cosmópolis - Carlita, que acompanharam o grupo em suas várias etapas.

A religiosidade do grupo pode ser observada pela busca de apoio na Igreja Católica que acompanhou e deu assistência espiritual, mesmo nas fases de acampamento na beira da rodovia, inicialmente com o Padre Adalberto, seguido pelo Padre João e, posteriormente, com o Padre Sebastião. Estes padres têm uma visão libertadora e atuante junto à comunidade. Um dos marcos da luta é representado por uma pequena capela dentro da área do Horto, construída de madeira e lona, onde ocorriam as celebrações, hoje já existem várias igrejas em alvenaria, que, neste local, ficam, lado a lado, a Católica e a Evangélica; há também uma da

Congregação Cristã em outro local. As assembléias de trabalho no assentamento tinham por costume orações na abertura e agradecimentos na finalização, mantendo os valores cristãos sempre acesos no grupo. A religiosidade também se faz presente na sindicalista Carlita, que em suas conversas sempre traz a “*gratidão ao ser supremo*”, mas buscando com os trabalhos, terrenos para construção de justiça e luta contra as desigualdades.

No início da ocupação, o apoio político e a projeção de suas questões na sociedade, havia necessidade da apropriação do espaço político da Câmara Municipal, para desta forma trazer à comunidade questões e batalhas que estavam sendo travadas. Nesta mediação, houve a participação do Vereador Freitas, que abriu espaços para discussão das questões relativas à reforma agrária, como também apresentou várias moções, como já foi relatado, para instituir o dia comemorativo desta, quer em nível municipal, quer estadual.

A prefeitura teve sua participação institucional imposta inicialmente pelos promotores de justiça e juiz, visando atender às crianças que estavam acampadas. Posteriormente, com a mudança da administração, a atuação tornou-se mais presente, visando ampliar sua participação quer pela disputa política antiga entre o prefeito e os líderes do movimento, quer pela apropriação de um espaço para implantação de experiências na área de assentamentos rurais, quer pela luta política.

A presença do Estado como mediador teve, inicialmente, um papel importante, e muitas vezes contraditório, pois ao mesmo tempo em que a Polícia Militar estava agindo na reintegração de posse da área, outra face do Estado se colocava como reconhecedora dos direitos, provocando idas e vindas das decisões judiciais. Não se julgava apenas o caráter técnico da luta – ocupação da terra – mas a questão social e política, como a reconstrução da cidadania. Posteriormente, o mesmo Estado que assenta as famílias, buscando desenvolvimento, retarda a tomada de decisões e encaminhamentos, comprometendo os projetos e gerando instabilidade às famílias. A ambigüidade da ação do Estado é explicitada ao longo da análise.

Como braço do Estado, a Fundação ITESP, é órgão gestor do processo e responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nos assentamentos do Estado de São Paulo. Apesar de ter definido metodologias da forma de atuação, não consegue executá-las plenamente, pois a forma de trabalho ainda é nova e não bem compreendida por seus técnicos, necessitando de aprimoramentos e da construção diária de sua prática, numa reflexão

constante. A formação técnica e política de seus técnicos representa uma complexa questão a ser trabalhada, pois não pode ser apenas teórica, mas construída no cotidiano, juntamente com o contexto de instabilidade política e indefinições das ações e tempos de atuação. Estas questões são aprofundadas nos trabalhos de NUNES et al (2003), PINTO et al (2005) e SOUZA et al (2005).

Neste contexto, ocorre também a participação da Universidade através do Campus da UNESP de Jaboticabal, com projeto de extensão universitária, apoiado pela nova administração municipal de Bebedouro, com proposta de implantar projeto de produção de pequenos animais, fomento à atividade e à abertura de mercado, objetivando geração de renda às famílias, assim como a proposta de trabalho coletivo e associativo, experiência já vivenciada por esta Universidade no Assentamento de Córrego Rico em Jaboticabal.

Outros agentes surgem também com outras propostas e perspectivas, num momento em que a imagem projetada pelos assentados de vivência coletiva e comunitária demonstrava uma concretude da construção imaginária e idealizada de novos caminhos e possibilidades, de participação e empoderamento para solução de problemas.

Este quadro sugere a possibilidade de realização de sonhos e experiências de “*sucesso*”, na materialização de idealizações dos assentamentos rurais, não nos moldes econômicos vigentes, mas das diferentes formas de sociabilidade, no cotidiano do trabalho e da vida, onde as famílias pudessem construir sua existência, recompondo suas necessidades de reprodução social.

Os processos de gestação da cooperação foram identificados em diferentes momentos e situações, não havendo uma marca temporal definida da sua expressão maior. Neste processo, a formação de um espírito de comunitário pode ser identificada tanto pela vivência de uma situação homogênea de demandante de terra, como em situações de confronto e dificuldade, assim como em estratégias construídas em conjunto para viver na terra.

CAPÍTULO – 2 – ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DAS FORMAS SOCIAIS DO COTIDIANO

PROJETO DO ESTADO: IDEALIZAÇÕES E REALIZAÇÕES

Os assentamentos rurais no Estado de São Paulo apresentam várias formas e experiências de planejamento, tais como, os reassentamentos, devido à construção de hidrelétricas, os assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pela união e aqueles ou resgatados pelo Estado. Têm, em sua trajetória acumulada, diversificações e singularidades.

Nas primeiras experiências de reassentamentos, a metodologia utilizada consistia em planejar a área a ser ocupada com equipamentos sociais e estrutura mínima que possibilitasse a continuidade da vida das famílias, não havendo participação dos interessados neste processo de planejamento, sendo o trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER desenvolvido de forma paternalista e assistencialista.

Nos assentamentos rurais, como forma de atendimento às demandas sociais e/ou aos conflitos existentes, nos primeiros projetos, se idealizava um plano de trabalho coletivo, numa visão idealizada dos produtores.

Os modelos de assentamento foram seguindo experiências: inicialmente lotes agrícolas e uma área comunitária para implantação de equipamentos como barracões, escolas, postos de saúde. Posteriormente foram incorporadas outras propostas para melhor ampliar a vida comunitária. Deveriam ser construídas agrovilas para beneficiar os assentados com energia

elétrica, água, esgoto, escolas, o que também facilitaria a convivência, pois avaliava-se que o isolamento dos produtores em seus lotes seria a obstrução ao projeto coletivo ou cooperativo.

Diversos outros modelos mistos foram construídos, cada qual com suas vantagens e seus problemas. Agrovila com lotes pequenos gerava problemas na criação de pequenos animais, daí projetou-se agrovila com um hectare, o que possibilitaria o desenvolvimento de atividade de subsistência e moradia, tendo o lote agrícola a finalidade de atividade mais extensiva. Em contra partida, a moradia longe do lote agrícola gerava um desestímulo ao trabalho, ou à maximização de pequenos serviços que são demandados pelo lote, o que dificultava o desenvolvimento e, muitas vezes, dividia a família, obrigando-a a ter duas moradias, uma na agrovila outra no lote.

Essas opções e variações dependem, para sua viabilização adequada, das definições organizativas e da organicidade da comunidade, processo nada simples e rápido de se ver ajustado, principalmente, pelo arranjo necessário entre as singularidades e objetivos dos participantes, a exigir lastros de convivência e sociabilidade para sua concretização.

Nestes projetos, os beneficiários não participavam de seu planejamento, não optando na construção do novo espaço, não sendo incluídos seus projetos de vida, não incorporando o sentimento de pertencimento. Os beneficiários eram idealizados como produtores modelos, impessoais, sem expressões de querer ou destituídos de projetos, sendo reduzidos a um “*dever ser*” do modelo pensado pelo Estado.

Os projetos de assentamentos foram sendo avaliados em sua forma de organização e produção por diversos grupos de estudo, por projetos da FAO em 1992, no levantamento da situação ecológica e socioeconômica das famílias assentadas em 1995, a partir do método de Análise de Diagnóstico de Sistemas Agrários em 1996 (ITESP, 1998). Estas informações foram a base para novas experiências e, principalmente, para a mudança metodológica da forma de parcelamento, utilizando-se de critérios técnicos, mas também com a participação dos beneficiários na definição das formas de estruturação, locação de áreas comunitárias, distribuição dos lotes, áreas de reserva, estradas, disposição geral das estruturas, dentre outras. Esta reorientação tenta aproximar a metodologia do Estado, das idealizações das famílias, de sentimento de pertencimento, de sua forma de organização e de suas necessidades, numa tentativa de usar os procedimentos técnicos, de forma mais “*participativa e democrática*”. O investimento no empoderamento da comunidade e o sentimento de pertencimento ao espaço

dos novos moradores, colocam-se como passíveis de ser investigados em seus desdobramentos.

O Projeto de Assentamento Reage Brasil, participou desta nova fase de planejamento; os módulos foram definidos após um levantamento pela metodologia de sistemas agrários das principais atividades no município, numa proposta para aproximar e apropriar os recursos existentes na área. Foram selecionadas pequenas propriedades do município para se estudar o funcionamento e sua forma de interação com o mercado local, conhecendo e entendendo o funcionamento do sistema de produção das propriedades.

Dados do Levantamento de Unidades Produtivas Agropecuárias - LUPA⁴⁷ sobre o município em estudo, foram encontradas 977 Unidades de Produção Agropecuária – UPAs ocupando uma área de 65.719,10 ha, propriedades na faixa de 0 a 20 ha representavam 48,2% das UPAs e 6,7% da área (respectivamente 471 UPAs e 4.390,9 ha). A faixa de 20 a 50 ha representava 25,7% das UPAs e 11,9% da área (respectivamente 251 UPAs e 7.829,50 ha). Totalizando as UPAs na faixa até 50 ha representam 73,9% destas, ocupando uma área de 18,6%. Acima de 200 ha são encontradas 7,7% das UPAs com 55,3% da área. Estes dados apresentam a concentração fundiária no município, mas também realçam a presença da pequena propriedade de cunho familiar, confirmado pela constatação de que 704 UPAs são trabalhadas por famílias, utilizando mão-de-obra externa em algumas delas, na época de colheita, tornando significativa a participação do assentamento nesta categoria de produtores, ao incorporar 84 unidades. A organização destes produtores era permeada por uma forte participação cooperativa, nascida do enfrentamento com o complexo citrícola e da necessidade de modernização que a atividade exigia.

O setor citrícola está presente em 633 UPAs ocupando uma área de 33.211,50 ha, representando 64,8% das UPAs e 50,5% da área; em segundo lugar, o setor sucroalcooleiro com 279 UPAs e uma área de 15.452,40 há, respectivamente 28,6% das UPAs e 23,5% da área. Estes dois setores incorporam 93,4% das UPAs e 74% da área; índices que em sua história trazem alterações nas relações com os trabalhadores, perdas de direitos e qualidade de vida, o que gera, em contrapartida, o movimento de resistência e luta pela terra.

Este projeto teve como característica peculiar em seu planejamento a não constituição de agrovila, tem apenas 02 áreas comunitárias. Uma, na antiga sede do horto, onde já existiam

⁴⁷ LUPA – 1996 – realizados pela CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

instalados equipamentos comunitários, como casa sede, barracão e outra, à margem da Rodovia Faria Lima, com projetos futuros para construção de centro de comercialização de produtos do assentamento. A questão da manutenção do valor histórico cultural da área foi ponderada, assim como sua ligação com os tempos áureos da ferrovia, imagem de desenvolvimento e de pujança econômica. Sua paisagem florestal, que era identificada pela comunidade local como área de preservação pela existência de floresta de eucalipto, foi resgatada com a projeção de uma faixa entre a rodovia e os lotes para ser revegetada e constituir um patrimônio de reserva legal, mantendo assim a paisagem, sua identidade ainda forte na comunidade local. Outra característica foi o aproveitamento da área com eucalipto em fase mais nova, como área de manejo florestal, que seria utilizada de forma organizada associativamente, sendo planejado um manejo de corte anual, que possibilitaria trabalho e renda para os assentados, podendo ser estruturadas outras formas de agregação de valor ao produto, incorporando uma parcela maior de filhos e agregados neste trabalho. Em contrapartida, o Estado ficaria isento da destoca desta área. Esta negociação não traria prejuízo ao Estado, pois o valor da destoca consumiria os recursos produzidos pela venda da madeira ali existente.

Manejo Florestal: expressões da “lógica de cooperação” ou associativismo?

Uma questão importante que diferencia as expressões da “lógica de cooperação” do projeto associativista é que a primeira é construída por laços de sociabilidade, confiança, reciprocidade e ajuda mútua, não havendo imposição de projetos, o que pode ser observado pela opção dos assentados da não estruturação com base em agrovilas, mas por espaços comunitários e projetos de comercialização comuns. Igualmente, pela aceitação da área de manejo florestal comum, através da qual visualizavam recursos e trabalhos cooperativos, recebiam qual forma organizativa poderia sustentar este empreendimento; não apenas pelo funcionamento, mas por ponderações e ajustes que se faziam necessários para sua realização. A experiência do trabalho da madeira sem valor comercial fortalecia e fazia prevalecer a crença em sua possibilidade, pois esta idealização tinha se transformado em realização.

Em outro patamar, o projeto associativista utiliza como sustentação a formulação de objetivos monetários comuns, sem, contudo a mesma, idealizada no circuito da racionalidade

burocrática ter a flexibilidade necessária para adequar-se às demandas singulares dos assentados, oscilando entre a rigidez burocrática que inibe iniciativas e a criatividade dos participantes, tendo como produto sua imobilidade, ou tomando ares de inovação e agilidade através de polarizações pessoais, que distanciam seus membros pela centralização das decisões, com risco de personificação pelos presidentes ou dirigentes.

O projeto dos lotes ficou constituído de forma que haveria uma parte agrícola com aproximadamente 8,0 ha e uma parte de manejo florestal comum de 3,5 ha como fração ideal de um total de 292 ha de eucalipto. Esta proposta era inovadora, mas exigia organização das famílias para sua exploração. Experiência já comprovada na utilização de madeira sem valor comercial. A forma de organização destes não havia sido imposta pelo Estado, pois havia várias áreas separadas que compunham os 292 ha de manejo, com variantes que exigiriam equacionamento para construção do vetor de trabalho organizado que ponderasse o direito à área, o trabalho a ser realizado, as diferenças de produção e produtividade, quer de áreas ou trabalho, dentre outros fatores.

Inicialmente, os beneficiários se recusaram a discutir o projeto de planejamento territorial, estes tinham experiência de que o Estado não estaria interessado no bem estar comunitário, mas defendia outros interesses, na maioria das vezes prejudicial ou trapaceando os trabalhadores, numa vivência sensível. Surgiram dúvidas sobre a área do lote (8,0 ha), sendo que em todos os outros assentamentos a área era superior e os beneficiários manifestavam *“queremos nossos seis alqueires e meio de terra”* (15,7 ha) (fala dos trabalhadores, 2000). Essa referência tomava por base os antigos assentamentos da região de Araraquara do final da década de 80 e início da década de 90, cujos lotes tinham aproximadamente esta área. Contexto totalmente diferenciado do que ora se apresentava; quer pelo aspecto temporal, mais de uma década, quer pela localização territorial, proximidade do centro urbano e rodovia de grande fluxo, quer pela estrutura fundiária, local mais de 50% de agricultores familiares, quer pela área de manejo florestal comum, possibilidade de recursos já em início de produção.

Situação que expressa desconfiança dos projetos do Estado, numa difícil avaliação para os assentados. O mesmo Estado que reintegrou ou o que nos reconheceu, qual de suas faces se faz presente? Esta dualidade dificulta muitas vezes a implantação ou implementação de trabalhos comunitários. Sua racionalidade burocrática, como já foi discutido, muitas vezes não

atende prontamente às necessidades temporais das famílias, experiência essa vivenciada pela comunidade na época de acampamento, quando o Estado não se fez presente, sendo importante sua atuação para o reconhecimento e regularização destas, o que exigiu a mediação da racionalidade política.



Foto – 03 – Reunião com Coordenação do Assentamento para discussão do Planejamento Territorial (1999)

Para abertura da discussão do planejamento territorial, houve necessidade de esclarecer aos coordenadores e lideranças da forma de estudo utilizada e da proposta que havia sido construída, o que atrasou em aproximadamente um mês a reunião de discussão e apresentação do projeto. Nesta apresentação foram realizadas duas reuniões: a primeira, com os coordenadores visando esclarecer as principais dúvidas, e uma segunda, com toda a comunidade, onde houve o detalhamento do projeto do lote agrícola e da área de manejo, apresentando as perspectivas e possibilidades financeiras. Também foram analisadas nestas reuniões formas da distribuição dos lotes, possibilitando que os assentados se reconhecessem na nova distribuição, entendendo a forma utilizada para configuração e dimensionamento dos lotes - fertilidade, declividade, proximidade a equipamentos, iniciando assim uma nova fase de

sonhos e idealizações. Onde se instalariam definitivamente? Alguns desejavam permanecer onde estavam, mas não seria possível a todos, pois algumas áreas haviam sido transformadas em áreas de reserva legal, outras seriam incorporadas em um único lote.

O projeto foi discutido em assembléia e aprovado, causando espanto às lideranças sindicais a forma como o Estado havia trabalhado a questão dos eucaliptos, pois acostumados com outros procedimentos, não pouparam elogios à proposta inovadora e interessante aos beneficiários, “*esse Estado que ajuda os trabalhadores eu não conhecia*” (fala de liderança sindical, 2000).



Foto – 04 – Assembléia Geral do Assentamento para discussão do Planejamento Territorial (1999)

Novamente o Estado sob a representação da Fundação ITESP reaparecia como parceiro, reconquistando a confiança dos trabalhadores, tecendo novos projetos de esperança e possibilidades.

A Fundação ITESP tentava mudar sua forma de atuação, tornar-se mais participativa, mas a área de manejo florestal, apesar do interesse econômico, trazia em seu bojo o desafio de sua execução, necessitaria de ampliação da experiência de cooperação para sua administração,

que exigiria fraternidade em sua constituição, para a construção dos ajustes necessários da organização social. Inicialmente, a área, era vislumbrada pelos assentados como fonte de frutos a serem “*colhidos*”, oportunidade de trabalho e renda para investimentos nos lotes, projeto de atividade rentável.

Grandes questões envolvendo a divisão social do trabalho estavam colocadas, pois a área de manejo trazia dúvidas - Como seria sua gestão? De quem seria o dinheiro? De quem trabalhar ou dos beneficiários? E se os beneficiários não quisessem trabalhar, só receber o dinheiro? Como formar grupos para administrar? Subdividir em talhões? Como fazer a equivalência de talhões? Como referenciar as diferenças de rendimento e do trabalho?

Muitas eram as questões postas, algumas foram sendo melhor estruturadas e demonstravam o desafio posto. Mas as experiências do grupo na área de madeira sem valor comercial respaldavam a certeza de que alguma solução poderia ser construída até o início dos trabalhos. Desafio vencido e que ampliou a auto-estima do grupo e de suas famílias.

O projeto de manejo seria uma nova imposição de projeto coletivo? Ou outras roupagens para o fomento do projeto associativista?

A área de manejo florestal no projeto estatal seguia várias lógicas, dentre elas: a questão econômica do custo do trabalho de destoca, que seguindo a burocracia e os trâmites legais, excluía os assentados deste processo; a venda da madeira pelo Estado não proporcionaria os rendimentos que poderiam ser alcançados se fossem de uma empresa privada. Desfaz-se a neutralidade e impessoalidade dos negócios públicos se os examinarmos a partir das manipulações do mercado e das empresas. Também na contratação de trabalhos de destoca, o poder público tinha um despêndio maior para realização deste, pois realiza uma licitação única dos trabalhos, onde poucas empresas conseguem atender às exigências, ou se interessam por elas. Mas, de qualquer forma, este processo ocorreria nas áreas de eucalipto em ponto de corte, que seriam licitadas pelo Estado.

Outra lógica que se contrapunha a essa seria incluir os assentados no processo, possibilitar geração de trabalho e renda aos beneficiários; isto traria boas perspectivas de estabilidade ao projeto, numa visão maior que vislumbrava-se a industrialização da madeira, numa idealização de exportação destes materiais com certificação de “*preço justo*”. Não se pode desconsiderar que qualquer destas lógicas pode levar a um projeto organizativo comunitário, mas a sua constituição básica não trazia em si essa premissa, pois deixava abertas

várias possibilidades. Não havia a idealização de um modelo de organização, o que exigiria dos beneficiários a construção de novas formas de sociabilidade para sua administração, já experimentadas e estruturadas com soluções singulares, muito mais próximas de um empoderamento e de auto-gestão, do que de um projeto coletivo formatado e acabado, que não possibilitasse a satisfação de lógicas individuais. A auto-descoberta destes não eximia a disputa de poder ou as competições, mas demonstrava em sua realização, a possibilidade de novas idealizações, mediadas por laços de confiança, reciprocidade, numa política do cotidiano⁴⁸ na qual a sociabilidade verdadeira e leal transforma as pessoas, suas famílias, possibilitando a construção de novas formas de relacionamentos e vivências. Desta ótica, a satisfação seria alcançada, e a cooperação construída tendo como meta idealizações, sendo sua estrutura sustentada por necessidades ou por função de singularidades que podem ser movimentos em outra direção, sem perder valores e princípios da experiência cotidiana. Atendidos tais princípios, a divisão social do trabalho não vai estar na contramão das expressões da *“lógica de cooperação”*. Poderá ser preservado o florescimento de singularidades, habilidades para cada função, não como poder e autoridade, mas pelo reconhecimento de valores superiores do trabalho comunitário, expressões obtidas em círculos virtuosos, participativos e democráticos, baseados em uma educação libertadora e auto-gestionária (FREIRE, 2000,1988, 1997; MASSELLI, 1998).

Dentro da estruturação do trabalho na área de manejo florestal, se visualizava a necessidade do trabalho e as ações conjuntas. A forma de associação ou a quantidade destas, passaria pela necessidade e demanda dos beneficiários, mas as subdivisões exigiam do grupo a construção de forma de equalização e o reconhecimento das exigências do trabalho. Vários pontos já eram observados pelos beneficiários; se o patrimônio era de todos, não haveria necessidade de se trabalhar, pois os recursos seriam divididos mesmo sem a participação no trabalho.

Como não gerar novos padrões e sim novos empreendedores? Como fazer o coletivo não abafar as singularidades, habilidades e potencialidades, transformando-as em padrões amorfos, mutilando os sonhos e as subjetividades? O sentido de ser *“senhor de bens”*⁴⁹, ainda que participante e responsável pela vida comunitária, é possível?.

⁴⁸ Proposta de Roberto Freire (2001), onde as paixões e a felicidade movem a vida.

⁴⁹ O que tem domínio ou autoridade sobre si mesmo, sobre certas pessoas ou sobre certas coisas.

Novamente, como ciclo de construção, as idealizações, quando colocadas à prova, podem gerar realizações, que não são pontos de chegada, mas pontos de partida para novas idealizações e realizações. Não estruturas que se cristalizam sem possibilitar transformações exigidas pelas necessidades das famílias, mas como um processo, com idas e vindas, construções e desconstruções contínuas, na busca de satisfações singulares com objetivos comuns, na qual o sentimento de pertencimento supera as diversidades, em um continuado movimento no qual se mostram racionalidades diferentes (WEBER, 1994).

Neste processo onde as pessoas se relacionam com estruturas como o Estado, construídas para manter as situações estáveis e os poderes definidos, não se pode imaginar que os conflitos ou as crises não perpassem esta história. Usamos o conceito de crise apresentado por CAPRA (1987), onde as crises são momentos e oportunidades para transformação, encontros com novas realidades, ou rupturas que podem proporcionar o “salto quântico”, se as pessoas estiverem inteiras e interagindo, em sua “*lógica de cooperação*”.

A presença do agente do Estado: o que representa?

O técnico mesmo em sua representação de agente do Estado pode ser também participante, experimentando novas relações entre iguais, utilizando sua formação para atuar como consultor e parceiro, opinando não por um lado ou por outro, mas como educador/aprendiz, na lógica dialógica e construtivista, emancipadora; não defensor do Estado, onde a racionalidade burocrática domina e nada pode ser ajustado, mas entendendo as necessidades das famílias, utilizando a racionalidade política sem ultrapassar a constitucionalidade de sua função ou atingir o paternalismo inconseqüente da política de que tudo pode, acobertando atos que não contribuam para as transformações reais e positivas.

A complexidade desta situação exige a transformação do técnico em um Ator Social, que deve desempenhar vários papéis, de representante do Estado ao militante que faz parte da vanguarda do movimento. Entre esses dois extremos, existe uma gama de variações que vão do tecnólogo ao companheiro, que entende o momento pessoal e íntimo do assentado e de suas famílias. Mas nenhum desses papéis pode ser fixado, exigindo do agente social opções e reflexões, nas quais possa rever sua atuação a todo o momento, sem transformar em padrões fixos sua postura. Para tal, há necessidade deste estar aberto para poder perceber cada ato,

cada momento do grupo, tendo liberdade e compromisso de apresentar concordâncias e discordâncias, não por seu desejo pessoal, mas por sua responsabilidade, como agente consciente em relação aos atos que pratica voluntariamente. Há necessidade de uma postura de educação libertadora, processo de mão dupla, que exige visão holística e respeito ao outro, para construção do sujeito empoderado e transformador de sua realidade e preservado num circuito (MASSELI, 1998). A racionalidade política exige adequação de sua atuação para as necessidades do momento e da comunidade, não por simples insubordinação da hierarquia, como pode algumas vezes ser entendido pela racionalidade burocrática, mas pelo compromisso assumido junto e com as famílias da comunidade, numa relação de lealdade, confiança, como participante das “*lógicas de cooperação*”, como mediador e agente social do desenvolvimento do projeto comunitário. Idealizações que nem sempre correspondem a uma realização.

Esta discussão se fez presente no momento em que a Fundação ITESP assumiu o trabalho de assistência técnica na área, em dezembro de 1998, iniciando os trabalhos de conhecimento, identificação e localização dos acampados, na tentativa de colocar em prática sua nova metodologia de atuação na Assistência Técnica e Extensão Rural.

Madeira Sem Valor Comercial: problema ou solução?

Um grande desafio se colocava à frente para os administradores - a demanda das famílias acampadas por terra para produção de alimentos básicos para sobrevivência. A necessidade era premente, além do que os grupos não tinham como suportar até a primeira safra, também não havia disponibilidade de área preparada para as famílias iniciarem os trabalhos de plantio e de produção.

As estratégias utilizadas pelas famílias para se manterem na fase de ocupação e acampamento são diferenciadas e sujeitas a avaliações igualmente distintas. Para a sociedade civil e os grupos de apoio, a situação já estava resolvida, esquecendo-se que o aspecto vencido era apenas uma etapa de um longo processo de estruturação e de emancipação. Para o Estado, os demandantes por terra, como já se mantinham, poderiam continuar assim até a finalização dos trabalhos de implantação. Em ambos, constata-se o desconhecimento da “*lógica da necessidade*” que pauta a dialética da vida.

O Horto de Bebedouro era composto por dois tipos de área, uma, com restos de madeira sem valor comercial⁵⁰, outra, com eucaliptos novos e em idade de corte. A primeira área poderia ser ocupada pelos futuros assentados, mas demandaria um árduo trabalho de limpeza com máquinas, pois não era visível a localização dos tocos devido ao resto de material verde e seco da área. A segunda poderia ser encaminhada de duas formas, a de eucaliptos novos, a ser liberada aos assentados como parte do lote, numa forma de exploração comum - área de manejo florestal - a ser discutida futuramente e a parte com eucaliptos em idade de corte seria leiloadada - vendida, devendo os recursos ser revertidos para investimento nos Projetos de Assentamento.



Foto – 05 – Áreas do Assentamento – à esquerda – Eucalipto; à direita – Madeira sem valor comercial (1999).

A situação se tornava mais complexa, pois a região, um dos pólos produtores de laranja do estado, vivia uma crise no setor citrícola, não conseguindo absorver a mão-de-obra na

⁵⁰ Classificação obtida por levantamento do inventário florestal da área, com objetivo de avaliar o patrimônio existente e as possibilidades de comercialização da madeira em suas diversas categorias. Sem Valor Comercial foi uma caracterização do material que não atendia aos padrões que o mercado exigia, ou não havia viabilidade econômica para sua exploração (retirada via empresas do ramo).

colheita, visto que a safra estava comprometida pelo preço baixo da caixa do produto, devido a vários fatores econômicos e climáticos, envolvendo dimensões do mercado internacional.

Diante do quadro que se apresentava, havia encaminhamentos diversos a serem providenciados. A estruturação da área exigia planejamento. A retirada da madeira via leilão necessitava de procedimentos burocráticos que demandariam um certo tempo. A limpeza da área com máquinas era o caminho mais viável, apesar dos entraves que se apresentavam, pois exigia recursos financeiros e a limpeza da área com madeira sem valor comercial deveria anteceder os trabalhos das máquinas nesta mesma área.



Foto – 06 – Áreas do Assentamento com Madeira sem valor comercial (1999).

Diante disso, exigia-se uma solução criativa e inovadora, que pudesse agilizar os trabalhos, abrir possibilidades às famílias cadastradas, reduzir o custo de motomecanização, sendo que o material não tinha viabilidade econômica de exploração por empresas do setor, já que o custo da mão-de-obra para realização dos trabalhos não era compatível com o preço do produto no mercado, devido à dificuldade de sua retirada, à forma diluída como se encontrava

na área, como também a despadronização do material e sua qualidade, mas sua presença ampliaria os custos e trabalhos de destoca.

O equacionamento destes fatores favoreceu a liberação da utilização de madeira sem valor comercial para os acampados, visando viabilizar a manutenção de cesta básica para as famílias, diante da falta de outros recursos institucionais que permitissem a abertura da área para o cultivo pelos assentados, imediatamente.

Expressa-se, neste momento, um conflito entre a racionalidade burocrática, tendo o Estado e a Fundação ITESP como gestores do processo de terras e a familiar, movida pela necessidade da sobrevivência e sua preservação. Surge a racionalidade política assumida pela Fundação ITESP buscando formas de amenizar os conflitos, sendo sua atuação definida pela pressão social dos agentes envolvidos neste campo de forças.

As estratégias utilizadas pelas famílias para se manterem na fase de ocupação e acampamento são diferenciadas e não são mais sustentáveis.

O Estado vale-se da racionalidade política para solução dos conflitos, assumindo, num momento imediatamente posterior, a faceta de impessoalidade típica da racionalidade burocrática. Esta alternância de racionalidades, muitas vezes, não é compreendida pelas famílias, podendo gerar, em alguns casos, a dependência e imobilismo do grupo, pois imputa-se ao Estado não o reconhecimento de um direito - cidadania mas a perspectiva idealizada dele ser portador de “favores” expressos em dádiva, paternalismo.

A racionalidade burocrática, preocupada com o acompanhamento do processo em termos de um modelo idealizado, deixa de lado necessidades da racionalidade familiar. Movidas por esta, os assentados questionam a racionalidade burocrática, buscando sua transformação numa gestão política mais próxima das suas demandas singulares, o que a torna mais vulnerável às pressões cotidianas das famílias assentadas.

Desdobramentos deste embate se dão diante de situações operacionais cotidianas, tais como a falta de emprego e crise no setor citrícola; a estruturação da área, a retirada da madeira via leilão, a limpeza da área; apesar dos entraves que se apresentavam, financeiros e técnicos, exigindo a entrada em cena de elementos operacionais da racionalidade política. As famílias, seguindo a racionalidade familiar visualizavam soluções mais amplas, incluindo trabalho, satisfação de suas necessidades e início de um período de estabilidade sonhado.



Foto – 07 – Áreas do Assentamento com Madeira sem valor comercial (1999).

Exigia-se uma solução alternativa, que pudesse agilizar os trabalhos, exigência não absorvida pela racionalidade burocrática. Nos termos dessa, a solução seria o tempo de espera das famílias. Pelos caminhos da racionalidade política estudava-se a possibilidade de liberação da área e atendimento destas famílias, mas dentro de uma organização que tivesse finalidades e controles bem definidos – pensados nos circuitos da concessão de cesta básica - que eram bem estreitos frente à racionalidade familiar, pois esta não tinha apenas demanda de alimentos básicos, mas de diversas naturezas, como roupas, pagamentos de contas, medicamentos, ferramentas, etc.

O Estado cedeu à pressão dos agentes imbuídos da racionalidade política. Liberou a utilização da madeira sem valor comercial para os acampados, visando viabilizar a manutenção de cesta básica para as famílias, diante da falta de outros recursos institucionais e permitiu a abertura da área para a mecanização. A racionalidade política visando fins - limpeza da área e cesta básica - em muitos momentos esbarrava com a burocrática, pois vários procedimentos para legalização do processo não podiam ser tomados, deixando os

trabalhadores desprotegidos, numa situação de informalidade, o que, na visão da racionalidade familiar, poderia satisfazer às necessidades imediatas, sem dar conta das outras mediações.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Para melhor entendimento do processo de transformação da organização do espaço ocorrido no Projeto de Assentamento Reage Brasil - PARB, apresenta-se as ilustrações através de plantas da área e sua evolução.

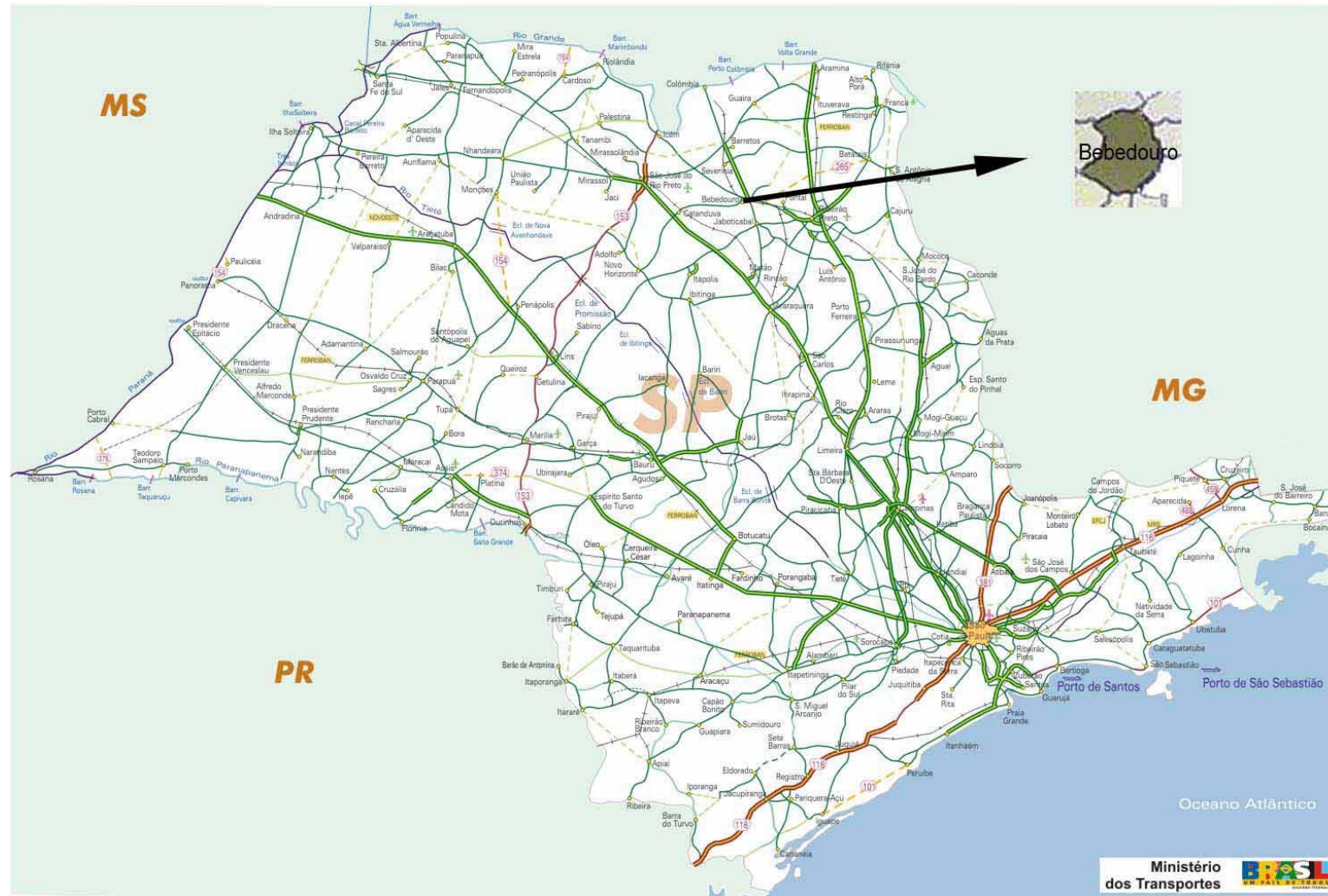
O Mapa – 01 - Mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Bebedouro, apresenta uma localização da região onde foi instalado o PARB.

O Mapa – 02 – Planta do Projeto de Assentamento Reage Brasil – Situação Inicial – 1998, ilustra a situação inicial da área, estradas antigas, carreadores, áreas com madeira sem valor comercial, áreas com eucalipto, áreas com decretos de desapropriação (aeroporto, lixão, hípica, lagoas de tratamento de esgoto, EECB), localização da instalação inicial dos grupos famílias.

O Mapa – 03 – Planta do Projeto de Assentamento Reage Brasil – Situação – Intermediária – 1999/2001, apresenta a situação intermediária da área, início da abertura das estradas do planejamento territorial, demarcação de lotes, limpeza de áreas desocupadas por eucalipto, áreas com eucalipto do leilão e do manejo comum, áreas a ser reflorestadas (às margens da rodovia) e reserva. Período de transição vivenciado pelas famílias de mudança para os lotes definitivos.

O Mapa – 04 – Planta do Projeto de Assentamento Reage Brasil – Situação Final – 2003, ilustra a situação final da área, com o planejamento territorial já implantado com estradas, áreas de reserva, áreas comunitárias, área de manejo comum de eucalipto e lotes.

Mapa – 01 - Mapa do Estado de São Paulo – Destaque do município de Bebedouro



PLANTA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
REAGE BRASIL
 MUNICÍPIO DE BOMMEODOURO - SP
 SITUAÇÃO INICIAL 1998/1999
 ESCALA: 1/30.000

Quadro de Áreas

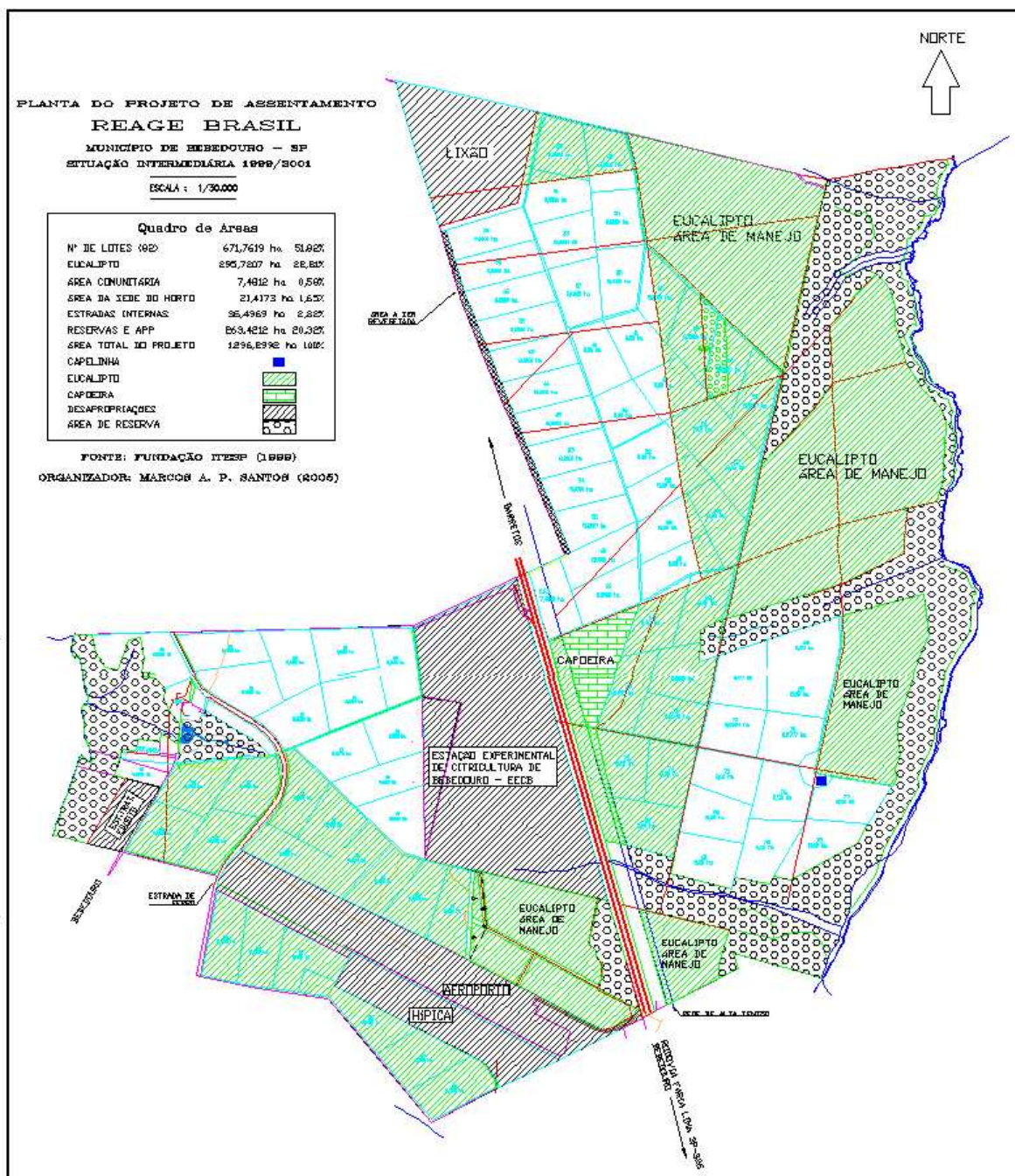
Nº DE LOTES (88)	ÁREA (ha)	%
EUCALIPTO	295.720	22,81%
ÁREA COMUNITÁRIA	7.481	0,58%
ÁREA DA SEDE DO HORTO	21.473	1,65%
ESTRADAS INTERNAS	26.499	2,02%
RESERVAS E APP	263.428	20,32%
ÁREA TOTAL DO PROJETO	1.235.299	100%

LEGENDA

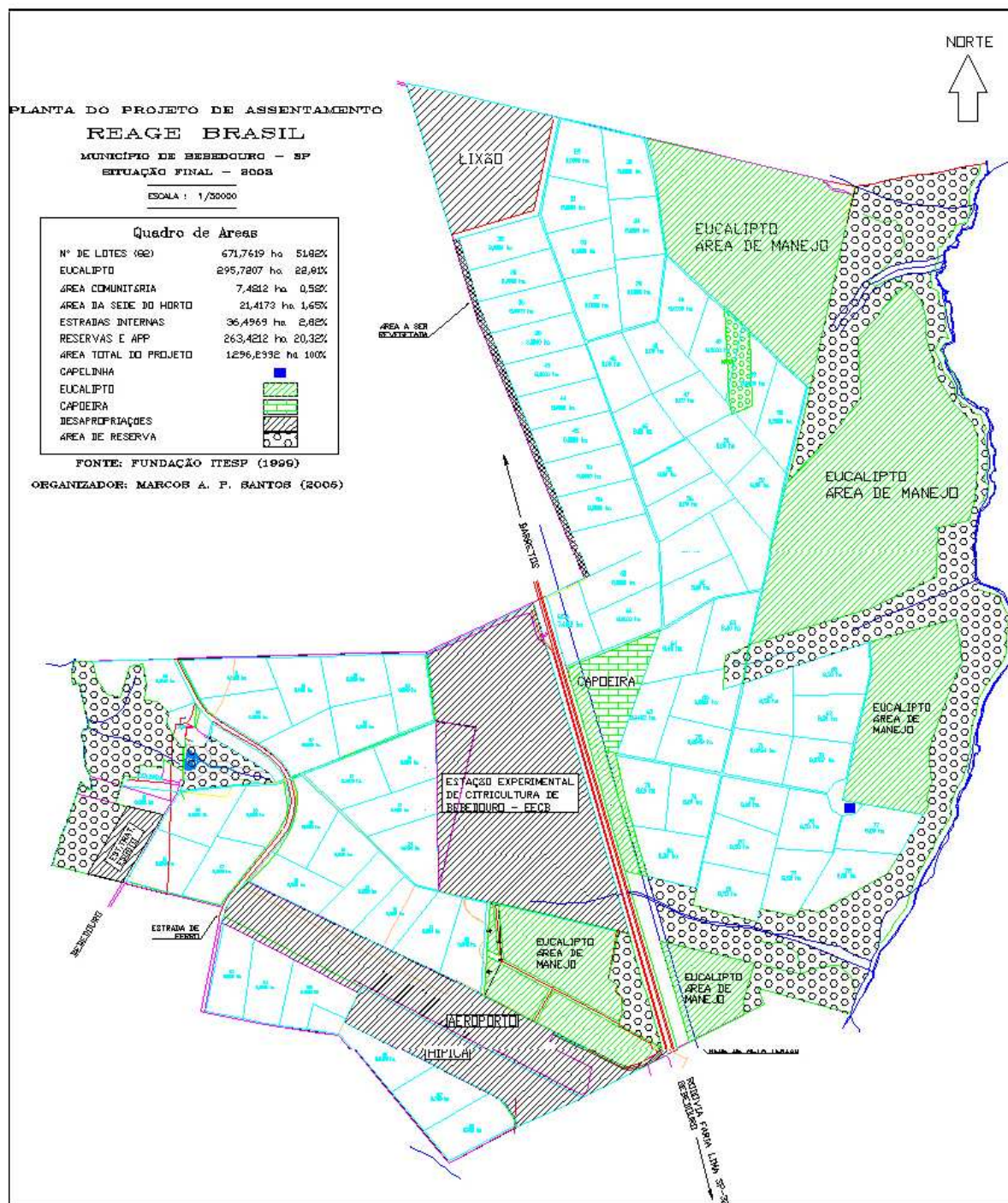
- CAPELINA
- GRUPO DE FAMÍLIA (10)
- EUCALIPTO
- MADEIRA SEM VALOR COMERCIAL
- CAPOEIRA
- PASTAGEM
- DESAPROPRIAÇÕES
- ÁREA DE RESERVA

Fonte: FUNDAÇÃO FIEP (1999)
Organizador: MARCOS A. P. SANTOS (2006)

Mapa – 03 – Planta do Projeto de Assentamento Reage Brasil
Situação – Intermediária – 1999/2001



Mapa – 04 – Planta do Projeto de Assentamento Reage Brasil Situação Final – 2003



A FORMAÇÃO DOS GRUPOS

A organização do trabalho transitou pelo mesmo processo, na identificação de representantes, que foram se apresentando pela expressão de sua atuação e habilidade, pois sempre que algum membro realizava algum feito ou expressava demandas de grupos, estes eram canalizados para a construção de novas situações. Inicialmente, a coordenação era representada por três pessoas - Antonio Rosa, Zé Cruz e Antonio Trizotti, sendo posteriormente incorporados outros, chegando-se ao número de dez pessoas, representando cinco grupos formados por afinidades e/ou proximidades, por opção dos beneficiários. As comunicações e a mediação do grupo eram feitas pelos representantes, que se reuniam para definir e discutir as questões a serem encaminhadas, surgidas como demandas da comunidade, que retornavam a estes as possibilidades, sempre respaldadas por deliberações em assembléias, que eram informativas sobre os encaminhamentos realizados e os novos trabalhos e/ou procedimentos, numa construção conjunta entre todos os participantes e acompanhamento dos sindicalistas que haviam iniciado a luta..

Outras expressões podem ser observadas no trabalho com a madeira sem valor comercial, onde a organização se tornou mais expressiva, chegando ao ponto de construir no imaginário das pessoas da cidade que acompanhavam os trabalhos, a existência de uma cooperativa, que nunca foi concretizada, mas que tinha na sua forma de ação, uma expressão impar e real, materializando a *“lógica de cooperação”*.

Esta materialidade se fazia através dos trabalhos, em sua forma de estruturação, divisão de responsabilidade e remuneração, pois houve a conquista da cesta básica, através do trabalho da madeira sem valor comercial. E a transformação da *“dádiva”* da cesta em *“direito”* constituído ao trabalhador, como forma de pagamento de seu empenho e habilidade potencializa a auto-estima e a possibilidade de proporcionar melhores condições à família. Tais fatos vem ao encontro da *“lógica de cooperação”*, não como estrutura inflexível e impessoal, mas na realização possível de idealizações. Inicialmente, com a padronização da cesta básica, até o ponto onde foram abertos créditos de compras em supermercado da cidade.

Estas experiências não se faziam presentes apenas no universo masculino, mas sempre eram confirmadas e reafirmadas pela atuação das mulheres, companheiras de luta, que participavam das assembléias, pois estas incorporavam demandas da família, educação, saúde, anseios da família por uma vida melhor. Já haviam participado da luta no período de acampamento e optado pela conquista da terra, como espaço de construção de nova realidade, que lhes possibilitasse perspectivas de um novo modo de vida, pois tinham vislumbrado sua exclusão da vida urbana, frente à modernização que as indústrias realizavam.



Foto – 08 – Assembléia no assentamento – mulheres (1999).

Assim, um grupo de mulheres do assentamento tomou a iniciativa de se reunir, inicialmente para utilizar um velho forno à lenha na sede para fazer pão 02 vezes por semana. Neste momento, havia troca de idéias e desabafos, fomentando a grande vontade de buscar solução para as demandas de suas famílias. Posteriormente, surgiu a idéia de uma horta. Com o apoio dos homens, conseguiram o preparo inicial do solo e foram traçando os canteiros. Apesar dos problemas de comercialização, muitas idéias e trabalhos nasceram destes encontros.



Foto – 09 – Horta das mulheres na sede do assentamento (1999).

A Escolinha do “Anjo da Guarda”, o trabalho da multi-mistura com a Comissão Pastoral da Criança, a construção de uma cozinha piloto, o apoio ao pessoal do ITESP na demarcação, apoio ao Posto Avançado do Centro de Saúde, a manutenção da Sede, são expressões diferenciadas da “*lógica de cooperação*”. Todos estes trabalhos tinham sempre como objetivo a melhoria das condições das famílias, fortalecendo assim a participação e o compromisso dos homens no desenvolvimento do assentamento, por entender que sua família estava sendo atendida e cuidada pelos seus pares.

Os beneficiários como forma de abertura da área, implantaram inicialmente seus barracos próximos de locais com fácil acesso à água, terras mais limpas e de melhor qualidade. Como plantios iniciais foram cultivados arroz, milho e algumas pequenas áreas com feijão. O rendimento da cultura do arroz foi grande e garantiu a manutenção da família, mas havia um trabalho que era mais difícil, o beneficiamento deste, pois havia necessidade de transportar até a máquina de arroz na cidade e também havia o pagamento em dinheiro e parte da produção. Como havia dinheiro no caixa do assentamento, em assembléia definiram que

seria interessante adquirir uma pequena máquina de arroz e instalá-la na sede, pois lá existia construção que comportava esta instalação, além da energia elétrica, facilitando para todos os grupos. A organização montou uma rotina. Cada semana, um grupo seria responsável pelo beneficiamento, assim o grupo se organizaria e faria seu trabalho, possibilitando vários ganhos, proximidade, menor custo, desenvolvimento de habilidade no processamento, valorização da organização, expressões cotidianas da “*lógica de cooperação*”.



Foto – 10 – Prédio da futura escolinha (1999).

COTIDIANO E SOCIABILIDADE

O cotidiano das famílias inicialmente foi definido pela busca de sua melhor acomodação dentro da área, algumas optaram por proximidades que facilitavam a sociabilidade e o apoio mútuo, buscando áreas abertas e proximidade de água, básica para a vida diária, pois grande parte da área estava ocupada por eucalipto. Algumas buscavam área

para sua instalação que possibilitasse o desenvolvimento de atividade como criação de pequenos animais, mesmo assim numa conformação de proximidade. Outras se isolaram por motivos pessoais, não relacionados à dinâmica do assentamento, mas não se constituíram em número significativo. Esse isolamento não caracterizou um fechamento do grupo, mas sim acesso à áreas disponíveis que se adequavam à demanda familiar.

A formação de grupo por proximidade de habitação possibilitou uma sociabilidade e reconhecimento entre as famílias e, apesar da individualização das áreas delimitadas por cercas, não se produziu um isolamento, apenas o desenvolvimento de projetos pessoais e familiares, como estratégias de sobrevivência. As relações entre as famílias e sua trocas mantinham-se, ampliando o conhecimento e solidificando formas de reconhecimento e solidariedade, delimitação de espaços.

Esta proximidade constrói uma rede de ajuda mútua, que apesar das diferenças, constitui uma sociabilidade onde algumas regras são construídas pelas relações cotidianas, sem, contudo serem formalizadas ou institucionalizadas, mas aprimorando aproximações de afinidades e reconhecimento das relações sociais. Tal construção se faz a partir das experiências e subjetividades dos sujeitos, pois estes desenvolvem valores de respeito, apreço, gratidão, pois sabem que em situação de necessidade poderão depender de seu vizinho. A construção desta respeitabilidade e dessas trocas proporciona segurança tanto de seus bens pessoais, como de sua família. Podem ser observados o respeito às diferenças familiares, problemas pessoais e às crenças religiosas, que são desenvolvidas por este processo.

Distribuição dos Lotes

Neste ponto queremos analisar a distribuição dos lotes e a constituição da nova distribuição espacial das famílias a partir da posse do território. Este momento nos assentamentos sempre é analisado como fase de construção de projetos pessoais, de predominância de individualização, perdendo vigor a “*lógica de cooperação*”, imputando-se a responsabilidade deste processo às famílias. Analisa-se normalmente como processo que ocorre pela substituição de um objetivo comum, “*a luta pela terra*”, para a diversidade de objetivos pessoais, referidos à “*construção de seu sítio*”.

Esta avaliação deve ser ponderada, mas incluída também outra visão, relacionada a ruptura de laços e proximidades, forçada e imposta pelo processo de sorteio dos lotes como forma de distribuição.

No Assentamento Reage Brasil a distribuição dos lotes para as primeiras 62 famílias em 2000 foi realizada por sorteio, 20 lotes restantes ocupados em 2002 foi via escolha pessoal e consenso de ajuste do grupo.



Foto – 11 – Cerimônia do sorteio dos lotes (2000).

A forma normalmente utilizada para distribuição dos lotes é o sorteio, “*consagrado*” por sua impessoalidade, desde que ocorra com transparência e retidão, ficando a decisão de seu novo local de moradia condicionada a uma questão de “*sorte*” - força que determina ou regula tudo que possa ocorrer, presente no imaginário do produtor agrícola, para explicar a falta de domínio sobre a natureza e o ritmo das chuvas, dentre outros fatores. Processo cuja causa se atribui ao acaso das circunstâncias ou a uma suposta “*predestinação*”, numa mística de fé e gratidão, mas este processo pode romper ou afrouxar laços e valores anteriormente

construídos, não pelos projetos individuais, mas pela alteração da proximidade dos amigos e compadres (GOMES, 2001).

Nas áreas de ocupação emergencial, apesar das famílias não terem tido possibilidade de grandes escolhas, estas investiram no processo de construção de relações, que foram fortalecidas neste período, pois a convivência amplia o reconhecimento e identificação de afinidades, como também registra investimentos de algumas na adequação da área às suas necessidades, algumas até em pequenas áreas de cultura perenes ou pomares, fixando raízes simbolicamente, como expressão do enraizamento ao lugar e de sua ligação à terra.

Mesmo com a possibilidade de troca de lotes, desde que realizada sem mediação monetária e, neste contexto, esta não ter ultrapassado vinte por cento das famílias, queremos realçar a importância desse processo no fortalecimento de relações sociais que podem ampliar expressões de *“lógica de cooperação”* e/ou fomento a grupos de trabalho e parcerias. Por outro lado, um outro processo de escolha pessoal do lote pode ocorrer, mas corre-se o risco de favorecimento de pessoas e/ou grupos, se não conduzido com imparcialidade. Exige-se, neste processo, uma ampla discussão para identificação de pessoas e/ou grupos que sejam reconhecidos pelos trabalhos prestados à comunidade, com prioridade de escolha e acomodação, não como privilégio, mas reconhecimento social e ampliação de ajustes, visando o fortalecimento da solidariedade e reciprocidade, como elementos constituintes da *“lógica de cooperação”*, cristalizando laços de confiança, processo este que necessita de participação e consenso dos grupos. Encaminhamento que deve ser construído por aproximações múltiplas, até a adequação e ajuste de todos os participantes, sendo que as forças mobilizadas deste processo fortalecem valores de confiança, reconhecimento e reciprocidade no grupo.

Diferentemente dos elementos mobilizados pelo sorteio – *“dádiva, gratidão, fé em soluções mágicas”* este outro processo mobiliza forças sociais baseadas em valores solidários, num processo de tessitura não de ruptura como os experimentados pelo sorteio, ou manipulações de escolhas privilegiadas de algumas pessoas ou grupos.

Este tipo de experiência, baseado na discussão e escolha pessoal do lote, foi realizado no processo de acomodação das famílias selecionadas para ocupar vinte lotes vagos restantes, sendo que algumas se adiantaram na ocupação por serem agregados, o que limitava a escolha das outras que teriam que sujeitar-se a ficar com o *“resto”* - lotes vagos não ocupados – ou

refazer o processo de distribuição e/ou reiniciar este com um sorteio de todos os lotes, mobilizando as famílias já acomodadas, que haviam se antecipado ao processo.

Neste impasse, ocorrido em março de 2002, num trabalho de discussão e sensibilização, conseguiu-se atingir o consenso, exigindo-se apresentação da área aos que não estavam instalados para realizarem sua escolha, o que foi se ajustando. Os casos de duplicidade foram solucionados em rodadas sucessivas e negociações de preferências e consenso. Houve o reconhecimento de valores subjetivos de luta e antiguidade pelos novos selecionados, sem causar desgastes nos relacionamentos ou conflitos futuros, satisfazendo ao grupo.

A discussão não passa pela questão de apenas melhor localização, não há grandes diferenças nos lotes quanto à dimensão, disponibilidade de água, declividade, fertilidade ou dificuldade de acesso. Por tratar-se de área de pequenas dimensões, as distâncias aparentemente não são significativas, como também as possibilidades de acesso ou deslocamento. Mas, queremos realçar a importância das relações de vizinhança, que por diferença de terem um, dois, ou três lotes de distância, não apresentam importância objetiva para mobilizar a troca, mas acabam subjetivamente, interferindo, não havendo um movimento de constituição de benfeitorias ou empreendimentos comuns, maximização de utilização de instalações, máquinas ou equipamentos, ampliação de troca de trabalho, facilidade de relação entre as mulheres e suas famílias, são prejudicados, causando um afastamento e/ou afrouxamento de relações e afinidades, bases do fortalecimento das relações de amizade e compadrio, elementos constituintes da economia moral e/ou capital social. Situação identificada em alguns casos onde esta vizinhança se aproximou, fortalecendo relações de solidariedade cotidiana, que vão da oferta de uma guloseima a uma ajuda no caso de doença. Em outros casos, em que se distanciaram, foram registradas manifestações saudosas de um tempo anterior de maior proximidade, materializado em visitas e trocas simbólicas.

Tal situação não é considerada no processo de sorteio, alheio a tais códigos, mas acreditamos ser de grande importância no fortalecimento das expressões de “*lógica de cooperação*”, pois estas podem ser observadas pelas facilidades e/ou dificuldades de negociação conjunta, ou troca de favores. Na construção de rede elétrica, poços, currais, terreiros, como também na ampliação das trocas feitas pelas mulheres, em algumas situações se observou a manifestação de saudade dos tempos em que moravam próximos: época de

acampamento. A redução de visitas ou contatos, causada pelo afastamento do lote de amigos/vizinhos, não pela distância, mas pela falta de convivência cotidiana com estes, dificultam pequenas trocas de “mimos”, “agradinhos”, oferta de leite, pratos diferentes, ferramentas e de auxílio mútuo. Lembranças da época do acampamento.

TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: O “LUGAR É NOSSO”

A ocupação do espaço antes utilizado pelos Guardas da FEPASA, no processo de luta, gerou um sentimento de pertencimento, fortalecido pelos embates como a entrada na área, as jabuticabeiras, as vitórias nas liminares de desocupação, descritas anteriormente, como também pela forma de condução das lideranças, que empoderavam o grupo para sua gestão e auto-reconhecimento.



Foto – 12 – Reunião na Sede (sem reforma) do assentamento (1999).

Assim que a sede foi liberada, pela saída dos guardas da FEPASA, os trabalhadores começaram a ocupar estes espaços, inicialmente fazendo a manutenção da área em mutirão, no qual as famílias trabalhavam no serviço de limpeza e manutenção da paisagem, visando disponibilizar para utilização em projetos de desenvolvimento e reconhecimento próprio. Havia casas e outros barracões na área, muitos deles em condições precárias.

Estes trabalhos eram realizados com ar de festa, alegria e brincadeiras se faziam presentes na roçada, na capina, na amontoa da grama, onde homens e mulheres se reconheciam como vitoriosos, na posse de seus sonhos, idealizações que exigiam esforço e trabalho, mas com suor da alma que brotava como vida.

Logo a comunidade propôs a mudança do local das reuniões, transferindo da capela para o barracão da sede, fato que fortalecia o trabalho comunitário de manutenção; posteriormente foi havendo melhorias no barracão e nas acomodações, inicialmente tocos e pranchas de madeira, posteriormente bancos de madeira, com estrutura de ferro, pisos com bloquete de cimento.



Foto – 13 – Assembléia Geral do Assentamento com lideranças sindicais (1999).

A sede que serviu para as primeiras reuniões da coordenação, logo tornou-se espaço público, com algumas reformas na rede elétrica e hidráulica. Tal reforma foi resultado da parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e os trabalhadores. A primeira, cedendo parte do material, e os segundos com a mão de obra para realização destes, transformando-se no Posto de Saúde local, com atendimento médico periódico, onde os agendamentos básicos eram feitos pelas mulheres do assentamento, assim como sua manutenção, realizada com alternância de pares. Ressaltamos que essa participação e articulação se fazia antes da existência do Programa de Saúde da Família – PSF na região, ou mesmo a comunidade ter conhecido seu projeto teórico.



Foto – 14 – Sede do Assentamento reformada (1999).

As áreas prioritárias para destoca eram definidas conjuntamente entre o técnico e os trabalhadores. O acompanhamento do trabalho das máquinas - local, horas trabalhadas, eficiência, rendimentos - apontado pelos trabalhadores, sob supervisão geral do técnico, parceria que ampliava a participação e o sentimento de pertencimento, empoderando a comunidade de seus destinos. Este processo gerou discussão entre um Diretor da Fundação

ITESP e um Coordenador do assentamento numa reunião de avaliação dos trabalhos dos Hortos em 2004, pois no entendimento do assentado, quem devia mandar nas máquinas eram os trabalhadores, argumentando que o *“técnico tem coisas mais importantes para fazer”* (fala de Coordenador do Assentamento na reunião, 2004).



*Foto – 15 – Abertura de estradas no Assentamento
(área antigo com madeira sem valor comercial) (1999).*

Quando foi terminado o planeamento da área e definidos os lotes, surgiu o problema da água, que anteriormente na fase de acampamento tinha sido resolvido com a fixação dos barracos próximos às baixadas e pequenos córregos que facilitavam sua obtenção através de poços cacimba de pequena profundidade. Nos lotes, a situação se alterava, pois a maioria deles estava localizada em partes *“secas”*, distante dos córregos ou várzeas, pois estas haviam se transformado em áreas de reserva legal ou pertenciam às áreas de preservação permanente. Neste quadro, foi-se construindo a idéia da perfuração de pequenos poços que atendessem um conjunto de famílias em torno de 05 a 10, facilitando assim a administração, custo da rede de distribuição. Na época, não tinha sido atentado para alguns pontos importantes, a inexistência de rede elétrica e, também, que o Estado não poderia licitar pequenos poços, pois existem

impedimentos legais quer na forma de regularização destes junto aos órgãos regulamentadores, quer na legislação que normatiza estas pequenas obras. Neste contexto, a Fundação ITESP propunha a perfuração de 02 poços tubulares que seriam instalados nas áreas mais altas e posteriormente a comunidade faria a rede de distribuição, como também seria responsável pela sua administração e manutenção, frustrando uma idealização dos assentados.

A Prefeitura Municipal em 2001 estava apoiando os beneficiários e propôs que o atendimento de água seria resolvido através da construção de uma rede de distribuição bancada por ela. Sem observar procedimentos anteriores que envolvem uma obra desta natureza como a organização dos produtores para administração e manutenção do poço e da rede, sem realizar um projeto para definir qual o potencial de atendimento deste poço. Imediatamente deslocou um topógrafo para iniciar a demarcação da rede. Procedimento que não se adequava à solução do problema, mas na visão dos assentados, atenderia suas necessidades, diante das promessas da Administração Municipal.

O técnico da época se posicionou contrário a esta forma de operacionalização deste trabalho, argumentando a necessidade de organização, projeto e estudo. Este posicionamento trouxe como consequência, na visão dos assentados, que o técnico impediu a realização da obra, pois a prefeitura iniciou a demarcação e logo parou os serviços.

Em 2003, por solicitação da Fundação ITESP, o técnico prestou esclarecimentos a uma reclamação de alguns assentados, informando os motivos de sua ação de impedimento da realização da obra pela prefeitura, corroborado por informação do grupo técnico local de que o problema da água era vital para as famílias e se constituía numa demanda e problema que até o momento não haviam conseguido resolver.

Esta questão nos leva à conjecturas: o técnico teria agido autoritariamente e contrário às demandas e necessidades da comunidade, impedindo que a prefeitura municipal realizasse a obra? Os assentados percebiam na prefeitura vontade real de realização desta obra? O grupo demandante tinha interesses outros ou seria apenas uma reação ao autoritarismo do técnico? Quanto à prefeitura, ela teria se utilizado de métodos de uma cultura clientelista tão frequente nos posicionamentos do poder político? A Fundação ITESP tomou providências apenas 02 anos após, sendo que o fato era um problema vital, como afirmava o grupo técnico. Porque?

Estas questões só podem ser respondidas por verdades relativas pelas partes envolvidas, pois a construção da verdade mais próxima da realidade exige aprofundamento em

questões, que abrangem uma complexa rede de interações e interesses, que neste momento não pudemos trazer a tona. Também, por outro lado, as respostas a estas questões exigiriam um árduo trabalho que extrapola o contexto dessa dissertação.

A CHEGADA DOS OUTROS - PREFEITURA, UNIVERSIDADE, PARTIDOS POLÍTICOS, IGREJAS

As transformações ocorridas no assentamento, sua rede de relacionamentos com pessoas e instituições da cidade, sua forma de funcionamento que muito impressionava os visitantes, construindo um imaginário da existência formal de uma cooperativa, pois o seu funcionamento e as relações estabelecidas internamente no local, refletiam isso com tal clareza aos visitantes que estes em várias entrevistas e momentos se referem à “*cooperativa que existia*” (fala de pessoas da comunidade local, 2005). Para os assentados muitas vezes este símbolo também se mistura, pois sentiam o “*funcionamento e organização cooperativa*”, mas não tinham a “*estrutura da empresa cooperativa*”. Esta dicotomia, muitas vezes confundia os assentados, outras gerava conflitos, pois algumas ações exigiam a regulamentação e registros da “*empresa cooperativa*” como a participação do leilão de madeira. Idealização que há muito tempo participava de seus sonhos, mas barrada pela burocracia estatal, calou como um sonho não concretizado. Em contrapartida, tinham a realização do trabalho de retirada e venda da madeira sem valor comercial. Como compreender a falta de organização? Quais os empecilhos para este novo processo? O Estado exigia caução para entrada no processo licitatório - leilão e os lotes de madeira – eucalipto em pé - não eram pequenos e sim agrupados em blocos por assentamento, o que inviabilizava a participação do grupo neste processo. Nesta etapa havia pressões de alguns participantes do grupo para exploração da madeira do manejo florestal, estes entendiam que o encaminhamento não necessitava de grandes discussões, apenas registro burocrático e formalização da “*empresa cooperativa*”, buscando instituições outras e aliando-se a elas nesta empreitada, sem observar as mudanças e alianças que esta ação demandava.

Várias mudanças estavam se processando, quer internamente ao assentamento, com a ampliação do grupo de apoio, fissuras na coordenação pela luta por poder, apoiada externamente por outros grupos que viam no trabalho do assentamento várias possibilidades para “*ganhos*”, ou simplesmente pretendendo uma maior penetração e/ou participação no

processo. Este quadro é complexo e de difícil avaliação, pois há várias hipóteses, a merecer reflexão. O grupo que conduzia o processo de organização estava conduzindo corretamente e por isso visualizava como falácia os novos encaminhamentos? O grupo que estava na ocasião hegemônico não abria mão do poder e por isso denegria as novas propostas? O assentamento transformava-se num campo de disputas externas a si, onde os agentes traziam para lá suas disputas pessoais? Alertas, propostas, apoios, bloqueios, quais são as “*verdades*” e quais são as “*falácias*”? Avaliações que penetram um campo de virtualidades, a exigir um esforço e dedicação de acompanhamento dos desdobramentos deste processo.

Neste cenário, muitas mudanças se processaram em curto espaço de tempo.

A Fundação ITESP colocou um novo técnico na área, que permaneceu pouco tempo, por não se adaptar com a forma de condução dos trabalhos e conflitar com as lideranças sindicais que conduziam o movimento.

As eleições municipais alteraram o quadro político. A administração municipal era agora do Partido dos Trabalhadores, com propostas de organização social popular, aproximando e apoiando os trabalhadores rurais e assentados. Inicialmente apoia a construção da cozinha piloto, com trabalhos de engenharia e material para construção. Vários outros projetos são discutidos e idealizados, sendo vislumbradas possibilidades de realização e maior valorização do assentamento frente à comunidade local.

Outros partidos políticos que antes não se aproximavam do assentamento se fazem presentes, realizando trabalhos individuais para conquistar lideranças e simpatizantes, fomentando novas lideranças e/ou polarizações. Algumas vezes, propondo novos encaminhamentos e soluções.

A Universidade se faz presente, com programa de extensão de apoio aos agricultores familiares, trabalho já desenvolvido por estes no PA Córrego Rico em Jaboticabal, apoiado pela Prefeitura Municipal de Bebedouro, que se compromete a realizar investimentos e disponibilizar recursos para o desenvolvimento de projetos com pequenos animais e fomento à organização social.

As diferentes Igrejas e crenças religiosas se ampliam, umas conseguindo materializar seus tempos e espaços de reunião, outras apenas agregando fiéis. Mesmo assim, não há acirramento das disputas, mas já se percebe diferenças entre os diversos segmentos. A Igreja

Católica mantém seu apostolado, seus apoios e participação, vislumbrando fissuras e arestas a serem trabalhadas entre seus membros.

A Fundação ITESP realiza concurso público para contratação de técnicos, pois há o término do contrato anterior de seu corpo técnico, viabilizado através de convênio com a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP – FUNDUNESP, e se ajusta ao novo organograma, transição que não alterou o trabalho diário, mas incorporou transformações sensíveis ao contexto.

Este processo ocorre em curto espaço de tempo, no período de janeiro de 2000 a junho de 2001. A ampliação de tais interferências dos agentes multiplica as possibilidades de encaminhamento dos trabalhos no assentamento, criando variáveis antes não contempladas ou visualizadas. Novos caminhos, fissuras e/ou tessituras podem surgir, possibilidades e desafios novos a serem vividos pela comunidade. Cabe dizer que a mesma havia ultrapassada a solidariedade mecânica, fase do acampamento e início do trabalho com madeira sem valor comercial, experimentado a divisão social do trabalho, no qual as individualidades são mais exacerbadas, o que exigirá maior energia para manter sua organicidade. Na verdade, o assentamento experimenta situações conjuntas de solidariedade mecânica e orgânica, quer nos lotes ou no projeto de manejo florestal, o que é próprio de processos sociais complexos não redutíveis a lógicas lineares.

CAPÍTULO - 3 – VIVER NO ASSENTAMENTO: SOCIABILIDADES, TENSÕES E EXPRESSÕES DA "LÓGICA DE COOPERAÇÃO"

A vida contém em si uma infinidade de tempos e movimentos, que não podem acontecer separados ou individualizados, nem no tempo, nem no espaço, ou atores. O estudo proposto apesar de toda interação existente, será, neste capítulo dividido entre ações dos homens e das mulheres, divisão feita sem prejuízo da abordagem relacional priorizada no trabalho.

Mulheres e homens construíram os processos que apresentamos nos capítulos anteriores, desde a luta pela terra às formas organizativas da comunidade, pois o lócus básico desta é a família, tomando este elemento como a união entre seres que se propõem a realizar um projeto comum, não importando sua forma de contrato civil, mas sim a inteireza de seus projetos e trabalhos. Algumas vezes, exigindo abnegação de projetos individuais, para propulsão do projeto maior, a família. A conjugação das mulheres e homens nesta comunhão, tendo como objetivo a complementação pela diversidade de suas habilidades, como expressão da “*lógica de cooperação*”, com visões, sensibilidades e preocupações diferentes, algumas vezes até conflitantes, mas não excludentes e complementares. Tal situação compõe um quadro multifacetado, onde trabalho e sonho, realidade e idealizações, são construídos e conquistados em pequenas ações, as quais trazem no dia-a-dia a satisfação de suas necessidades, prazer e a materialização de suas possibilidades.

Apresentou-se no capítulo anterior, vários fatos que chamamos anteriormente de ocorrências, salientou-se que sua construção foi assentada nestes elementos complementares que compõem a família, o que possibilitou o desenvolvimento de trabalhos que não tinham “*expressões monetárias*”, mas retorno indireto; outros que tinham este elemento, não ficam estancados apenas nele e traziam no seu bojo a alegria, o reconhecimento, a satisfação da concretude de sentimentos e ações de vida. Sustentação dos momentos difíceis e árduos, que se mantinham alimentados pelo projeto futuro numa idealização de outras possibilidades de vida, sendo os primeiros passos visualizados concretamente, como expressão das construções possíveis e realizáveis.



*Foto – 16 – Escolinha reformada e em funcionamento
(da direita para esquerda – crianças, professora e mulher assentada) (1999).*

Salienta-se, por força da escolha analítica, os momentos e/ou situações coletivas, dando pouco destaque às diferenças possíveis em suas trajetórias de vida.

Antes de analisar as ações das mulheres e dos homens no momento posterior à entrada na terra, apresenta-se alguns dados reveladores de seu perfil.

Observa-se pois: os titulares têm maior concentração na faixa etária de 40 a 60 anos (em torno de 55%), acrescida de cerca de 20% que têm mais de 60 anos, o que reforça a hipótese anteriormente discutida de que tais sujeitos assentados transformaram-se em demandantes de terra, em decorrência dos processos de expulsão causada pela modernização da agricultura e posterior exclusão social do mercado de trabalho industrial.

A faixa etária da família se distribui da seguinte forma: 16% de crianças menores de 14 anos, 61% na faixa economicamente ativa de 14 a 50 anos e 13% com idade acima de 50 anos, restando 10% dos dados sem especificação de idade.

Do total de moradores, cerca de 38% têm a condição de filho ou filha. Dado revelador de que é representativa a permanência dos filhos neste assentamento, condição que afasta os impasses vividos pelos núcleos em que o envelhecimento da população é acompanhado por uma progressiva saída dos filhos dos lotes.

O retrato das trajetórias dos assentados comprova a migração, especialmente dos estados do Paraná e Minas Gerais com igual participação, perfazendo um total de 39%. Com origem no estado de São Paulo há 43% dos titulares.

Há ainda um dado interessante. Em relação ao casamento, foi observado que 52% dos casais – titular e co-titular - têm a mesma origem da unidade da federação, com representação dos estados da Bahia, Minas Gerais e Paraná totalizando 22%, e o estado de São Paulo com 30% dos casais. Estes dados sinalizam uma possibilidade de quebra nos padrões de ruralidade que indicavam maior densidade de casamentos na comunidade local.

Espaços femininos e masculinos no assentamento

Os espaços de expressão muitas vezes diferenciados para as mulheres e homens não significam distanciamento ou competição, mas sim uma complementariedade necessária e possível, pois estes dois elementos podem ser alternados, apesar da cultura, valores e hábitos. Toma-se como exemplo deste processo o caso de uma mulher – Dora, casada, com 02 filhos, assentada no projeto que participou no trabalho de madeira junto aos homens, sem qualquer constrangimento, inicialmente vencendo barreiras, mas posteriormente recebeu o reconhecimento dos pares e participou do grupo de coordenadores, espaço inicialmente

reservado aos homens. Sua conquista não causou perdas a sua família, nem intimidou seu companheiro, perspectiva de ampliação do espaço de reconhecimento do trabalho das mulheres na organização.



Foto – 17 – Homens e mulheres na sede fazendo rapadura e melaço (1999).

Relembrando outro caso, Carlita, sindicalista, já havia participado como liderança sindical na organização da luta e continuou a se fazer presente na construção do processo organizativo do assentamento.

A retirada da madeira sem valor comercial e a limpeza da área traziam às famílias o reconhecimento do trabalho dos homens, aproximando o sonho à realidade de conquista da terra, como também o espaço representado pelo entorno das “casas”, no qual o cultivo da área do quintal com hortaliças, flores e manutenção de pequenos animais, era a área reservada para as mulheres, a indicar tanto uma forma de trabalho, de organização familiar e de reprodução de hábitos alimentares, como a expressar valores representativos de uma forma de vida. Observa-se no viver dos assentamentos que são ultrapassados, na prática, os vieses patriarcalistas presentes na concepção estatal inicial de assentamento. Em diferentes situações,

as mulheres, sendo ou não titulares dos lotes demonstram, no assentamento analisado ter participação ativa e voz na decisão das estratégias de permanência na terra.



Foto – 18 – Mulheres na horta da sede (1999).

TEMPO – 1 – MULHERES - COTIDIANO E LUTA

O papel das mulheres neste processo de luta e constituição de uma nova realidade, na qual idealizações foram construídas nas primeiras reuniões do grupo antes da ocupação, em suas cidades, colocando a esperança na possibilidade dessas realizações, pois cada uma delas tinha sua motivação – seu projeto de vida – mas sua materialização só poderia se concretizar de forma grupal, optando por sujeitar-se a situações imprevisíveis, na “fê” do nascimento de um novo momento, uma nova vida, um novo espaço.

As mulheres normalmente não são apresentadas como agentes, transformadores da realidade, pois sofrem discriminação e introjeção de uma cultura machista que pode chegar a

provocar um viés nas pesquisas realizadas sobre assentamentos, nas quais, até pouco tempo atrás, as mulheres entravam como atores coadjuvantes, não como protagonistas centrais deste processo. Situação que vem sendo continuamente posta à prova, em uma demonstração de ser sua atuação decisiva para os destinos do grupo ou mesmo da comunidade (FERRANTE E BARONE, 1997/1998).

Podemos observar que a resistência no período de acampamento pode ser expressão clara desse ponto, pois muitas famílias que não se “*instalaram completamente*” tenderam a fracionar ou fraturar futuramente seus projetos. Muitas são as formas do que denomina-se “*instalar completamente*”. Estas estratégias são construídas pela opção da família por um projeto futuro, pois envolvem a opção de mudança de toda a família ou o acompanhamento da mulher e dos filhos menores, numa decisão complexa, deixando para trás um local, amigos, parentes. Nesta travessia, passam por definições da forma de sobrevivência e manutenção no período de acampamento, o que poderá consumir os recursos acumulados pela família, significar a perda de emprego, venda de bens, distanciamento e isolamento do convívio familiar, de parentes ou amigos. Alguns como já estavam numa situação de desemprego ou excluídos do processo urbano, vêm esse momento como única opção, outros articulam-se com outros companheiros, como forma de apoio a esse momento de transformação, mas todos apostando numa nova possibilidade de vida, com melhores condições e dignidade.

Neste processo, a presença da mulher é importante, dando sustentação à estrutura familiar, reforçando valores e apoiando a luta da família que muitas vezes se apresenta como espaço apenas dos homens. Sua participação e importância podem ser observadas no cotidiano, onde tudo acontece para manutenção da luta e da resistência ou face aos desafios que vão se apresentando.

No cotidiano, nas estratégias de manutenção, percepção dos problemas, tomada de decisões, pode-se observar sua concretude, quer na administração dos recursos como mantimentos básicos, forma de utilização, sensibilidade e preocupação quanto ao futuro, na organização do espaço, na manutenção física e moral, na demonstração de que vieram para ficar. Apesar das condições precárias do acampamento, em termos de espaço dos barracos, das condições mínimas de vida, as mulheres mantinham a moral de luta dos homens e sua presença sensibilizava a comunidade local e as autoridades envolvidas, sempre preocupadas com as crianças, demonstrando que os ocupantes não estavam perdidos, não eram forasteiros

sem rumo, estavam com suas famílias, buscando um sonho, uma nova vida. Prova deste fato pode ser observada, pela presença do Conselho Tutelar, que não constatou problemas ou qualquer fato que desabonasse a conduta destas. A preocupação com as crianças, nos momentos iniciais onde a “beira da pista” oferecia perigo, qualquer descuido poderia gerar ocorrências desastrosas, elas organizaram uma “creche”, do lado de dentro da área, visando preservar a segurança das crianças, um pequeno barraco de lona que era usado pelas crianças, no qual eram entretidas e cuidadas.

A liderança sindical exercida por uma mulher também é um fator que oferece um diferencial ao processo, pois abria um espaço para participação, respeito e reconhecimento nas famílias, inibindo a ocorrência de expressões machistas ou discriminatórias contra estas. Este fato trazia em si o signo da importância da família, pois o casal de sindicalistas liderando a ocupação e a organização sempre se fez presente. A alternância de posições, ela muitas vezes mais pragmática, não negava valores da luta, mas ao contrário, demonstrava a complementaridade, a busca de ações mais completas, mesmo que em alguns momentos houvesse divergência de opiniões, arestas estas que eram aparadas durante os processos de (re)avaliação constante.

Este exemplo de luta da sindicalista marcou posição referencial, de que as mulheres tinham um papel importante a desempenhar, fortalecendo a resistência, auxiliando nos trabalhos, transformando um momento delicado e inseguro, num momento de vida, um desafio, como tantos outros que tinham sido vivenciados, levando a família a continuar unida, alegrando o local, mesmo com as precárias condições, possibilitando a aproximação de pessoas da comunidade urbana local.

Outra questão a ser observada sobre a participação das mulheres refere-se à religiosidade, dada a expressão da “fê” nos cultos cristãos, na aproximação dos grupos de apoio. Sensibilizavam e demonstravam, de formas diferenciadas, que o espaço não era mais apenas dos homens, mas da família. Grupos de apoio traziam leite para as crianças ou produtos alimentícios que eram acolhidos e festejados pelas famílias, homens, mulheres, jovens e crianças. Tais formas de luta, cuja expressão não monetária pode ser entendida como elemento constituinte do capital social, permitiram avanços na conquista de maior prazo para reintegração de posse concedida pelo poder judiciário ou pelo atendimento do poder executivo

no fornecimento de água potável e leite. Ações que só tiveram concretude pela presença marcante das famílias e pela atuação das mulheres.

O cotidiano se torna menos duro, pelo atendimento espiritual das famílias, o que possibilita o fortalecimento da luta, expressa pela conquista do espaço da capela, símbolo de união e força, no qual as diferenças eram abrandadas e as crenças religiosas unificadas pelo espírito cristão. Há presença marcante da Igreja Católica, com muitos trabalhos concretos e pela participação efetiva nas celebrações. Coincidência ou não, o grupo de acolhida da Igreja era denominado “*Sagrada Família*”. Laços que eram fortalecidos pela subjetividade que construíam através de suas ações cotidianas, formas de sociabilidade, espaço no qual preocupações grupais eram partilhadas, discutidos problemas específicos de algumas famílias que passavam momentos críticos ou conturbados.

Estas expressões da “*lógica de cooperação*” são observadas pelos grupos de apoio, possibilitando aproximações constantes, materialidades de suas realizações, expressas na manutenção da sede, nas festas comemorativas – dia das crianças, natal, páscoa – que reforçavam a forma de sociabilidade. Ressalte-se o trabalho da Comissão Pastoral da Criança – CPC – com a produção de multi-mistura, sua distribuição e a pesagem das crianças, a organização para vacinações de crianças, animais, processos nos quais a participação das mulheres era notável. Fatos que facilitavam a materialidade de atendimento de demandas, pois respaldavam-se em valores e no objetivo de solução das necessidades.

Essas expressões não tinham apenas positividade, em alguns momentos surgiam competição e até conflitos, quer para apropriação de benesses pessoais, outras, por reconhecimento de atores externos ao assentamento, questão de valores individuais e aproximações sociais. Essas questões pessoais eram resolvidas internamente, algumas vezes atrasando processos, encaminhamentos ou mesmo causando rupturas ou fissuras, que enfraqueciam ou reduziam a velocidade dos avanços conquistados. Ao mesmo tempo em que pareciam romper o tecido social, eram fortalecidas novas tessituras de consenso, reconhecimento de diferenças, de individualidades e de habilidades, processo no qual as mulheres ganham destaque.



Foto – 19 – Trabalho da Comissão Pastoral da Criança (1999).

Relações de sociabilidade e laços sociais para as mulheres do assentamento têm grande influência no cotidiano e no desenvolvimento dos projetos, pois normalmente seus trabalhos são relegados a um segundo plano, muitas vezes restritos ao espaço privado, deixando o espaço público para os homens, sem considerar a importância e sua influência na construção destes. O não registro de ocorrência de “depressão” devido à restrição de seu mundo ao “lar” e à família vem corroborar a positividade de suas ações ao lado dos homens.

Pode-se observar que no caso em estudo, as mulheres se uniram inicialmente na proposta de ocupação do espaço da sede, símbolo da conquista da terra, participaram dos mutirões de limpeza da área externa, como na adequação e incentivo ao aproveitamento dos espaços internos da casa sede.

Utilizando um pequeno forno à lenha, como forma de facilitar a tarefa de melhorar a alimentação, em torno de oito mulheres começaram a se reunir para fazer pão, o que facilitava o trabalho e ampliava a troca e a criatividade, tornando-o uma diversão, pois podiam conversar e expressar sentimentos, que eram partilhados no momento da confecção do pão, buscando formas alternativas que melhorassem sua condição de vida. Nestes encontros foram sendo

descobertas habilidades, reforçando a auto-estima e demonstrando sua capacidade de realização e reconhecimento por pessoas externas ao projeto. Ao experimentar novas receitas, no aproveitamento de produtos, a busca de sempre explorar outras possibilidades, doces, rapaduras, melaço, multi-mistura, farinhas e outras produções, as mulheres investiam no cotidiano, o atributo de sua subalternidade.



Foto – 20 – Mulheres na sede preparando a multi-mistura e outros produtos (1999).

A manutenção da sede, ao invés de se tornar um fardo era um trabalho reconhecido pelos médicos, enfermeiras e auxiliares, o que possibilitou um atendimento mais personalizado por estes, visto que antes eram feitos no Pronto Socorro Municipal, sem o reconhecimento ou identificação de sua situação. Ao mesmo tempo em que os pães, doces e outros feitos polarizavam positivamente para a ampliação do atendimento de demandas, agregando mais parceiros ao grupo de apoio, muitas vezes não como grupo, mas por simpatias, chegando a formar uma grande rede de relações e de inter-relações que se auto-alimentavam.

A transferência de equipamentos de um consultório desativado da Prefeitura Municipal, doação de móveis, dentre outros ampliavam a utilização da sede e o reconhecimento do trabalho do grupo, muitas vezes não identificado como organização das mulheres, mas do assentamento.

A inter-relação atendimento médico, os membros da Igreja Católica e a disposição das mulheres pôde polarizar a estruturação do trabalho da Comissão Pastoral da Criança - CPC⁵¹, melhorando carências nutricionais e ampliando o acompanhamento do desenvolvimento das crianças e orientação às mães, como também a abertura de novos espaços sociais que ocorriam nos dias de pesagem, com participação de voluntários da CPC e de membros da comunidade.

Ações que se retro-alimentavam, possibilitando outros encontros com palestras médicas de orientação, aproximando profissionais da saúde à comunidade do assentamento. Num entendimento de que a organização existente respondia às demandas e estava sempre disposta a colaborar, reforçando as expressões da *“lógica de cooperação”*. Estas entusiasmavam as pessoas que com elas tinham contato, a ponto de sempre surgirem novas pessoas para conhecer o trabalho e o local. O principal canal de divulgação destas ações e reconhecimento foi a Igreja Católica e sua rede de relacionamento.

A pré-escola surgiu de um convite do professor José Luiz, proveniente da cidade, que participava do apoio espiritual à comunidade, conhecedor dos projetos e propostas de serviço da mantenedora da escola. Convidou a Diretora Irmã Cecília para conhecer o assentamento. A escola já desenvolvia um trabalho com uma sala de pré-escola num bairro carente da cidade. Nesta visita, o que mais impressionou os visitantes foi a *“organização existente e a percepção de que havia algo diferente”*, *“que as famílias tinham um espírito e vivência cristã”* (fala da Irmã Cecília, 2005). Na data da visita das Irmãs, elas encontraram as mulheres com as crianças trabalhando na horta, observaram a manutenção do espaço paisagístico, a forma de integração dos trabalhos. Na conversa, puderam constatar que havia demanda por sala de pré-escola, para atender às crianças, pois a prefeitura não realizava este trabalho no local.

A partir deste encontro, foram realizadas reuniões entre a Diretora e a Coordenação do assentamento, para ver as formas de encaminhamento dessa parceria. Foram definidos os compromissos da escola - professor, material didático, carteiras/mesas, apoio à merenda e da

⁵¹ Apesar do aspecto positivo da inserção da Comissão Pastoral da Criança, a mesma teve permanência curta, relativamente um ano, tendo se afastado por pequenos desentendimentos que compõem o complexo cotidiano deste viver e pelo distanciamentos dos grupos na locação dos lotes.

comunidade - transporte, apoio à professora, produtos para merenda. Pode-se observar a delimitação de espaços públicos e privados e suas representações como reafirmadora da tradição patriarcal. O primeiro contato foi através das mulheres, no espaço privado, dentro do assentamento, da sede, espaço de reconhecimento de suas expressões, mas na formalização da parceria, apesar de ser um compromisso informal, com conteúdo mais moral, os homens assumiram os encaminhamentos no espaço público. Mas esses espaços não continham negações, ou obstrução das ações levadas adiante pelas mulheres, apenas reproduziam hábitos e valores, reforçando papéis e representações, desempenhados e definidos no interior das famílias.

Este fato traz à tona indicadores da importância desta parceria, inicialmente, vizinhos de sítios fora do assentamento, inclusive funcionários da Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro - EECB quando ficaram sabendo da sala de pré-escola, solicitaram aos assentados que autorizassem a participação de seus filhos. Apesar de pequeno número, significava uma incorporação do espaço do assentamento à comunidade local. Outra ocorrência importante é que inicialmente o transporte era feito por uma “carretinha” e trator, cedido por um beneficiário que não tinha filhos, mas se dispunha a fazer este transporte, pois a sala refletia um reconhecimento interno e externo da comunidade.

Retratos da socialização e vivência de jovens assentados

Um jovem filho de assentado – Éder – com sua habilidade de desenho realizou espontaneamente vários trabalhos no período de 1999 a 2000, expressando sua visão e percepção dos diferenciados momentos e do processo do assentamento. É também autor do desenho da Foto – 29 (2000) e da estória em quadrinhos (1999).

A estória em quadrinhos descreve como eram encaminhadas as questões no assentamento, sendo destacado o problema das crianças e a solução encontrada através da escolinha. Apesar de não terem ocorrido problemas graves como o descrito na estória, o desenho representa simbolicamente a preocupação das famílias e a participação da comunidade em seus encaminhamentos.

A Foto – 29 (pág. 122) expressa o sentimento que era compartilhado pela comunidade, manifestado na data do sorteio dos lotes para as famílias.



Foto - 21 – Estória em quadrinhos – autoria de Éder - p.1-2. (1999).



Foto - 22 – Estória em quadrinhos – autoria de Éder - p. 3-4. (1999).



Foto - 23 – Estória em quadrinhos – autoria de Éder - p.5-6. (1999).

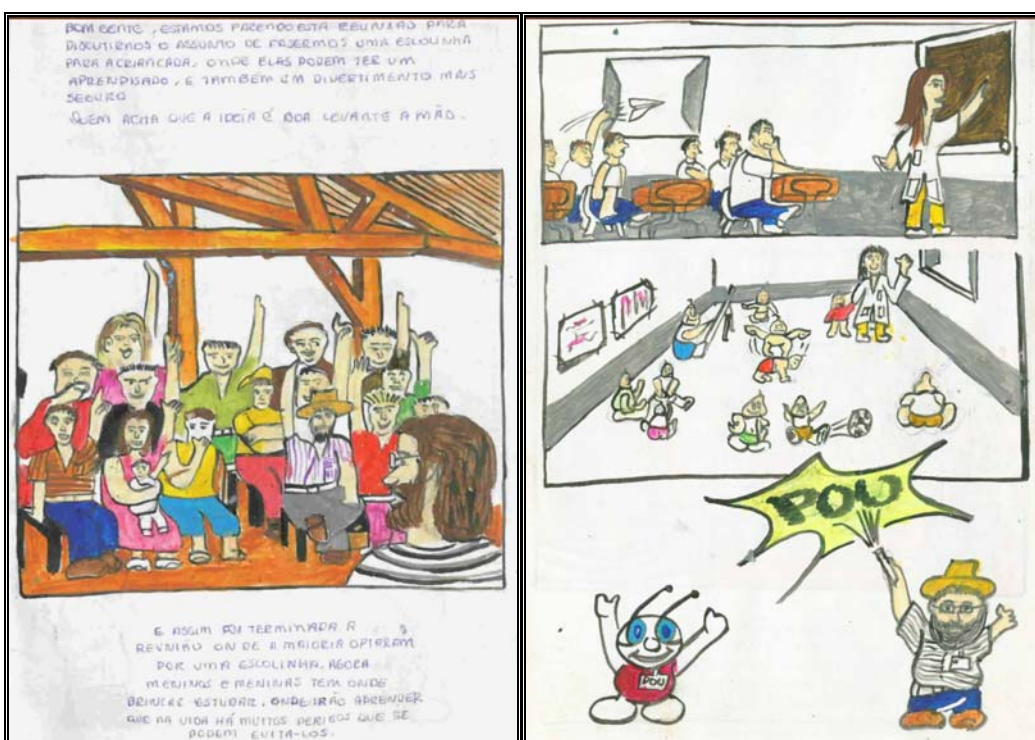


Foto - 24 – Estória em quadrinhos – autoria de Éder - p.7-8. (1999).

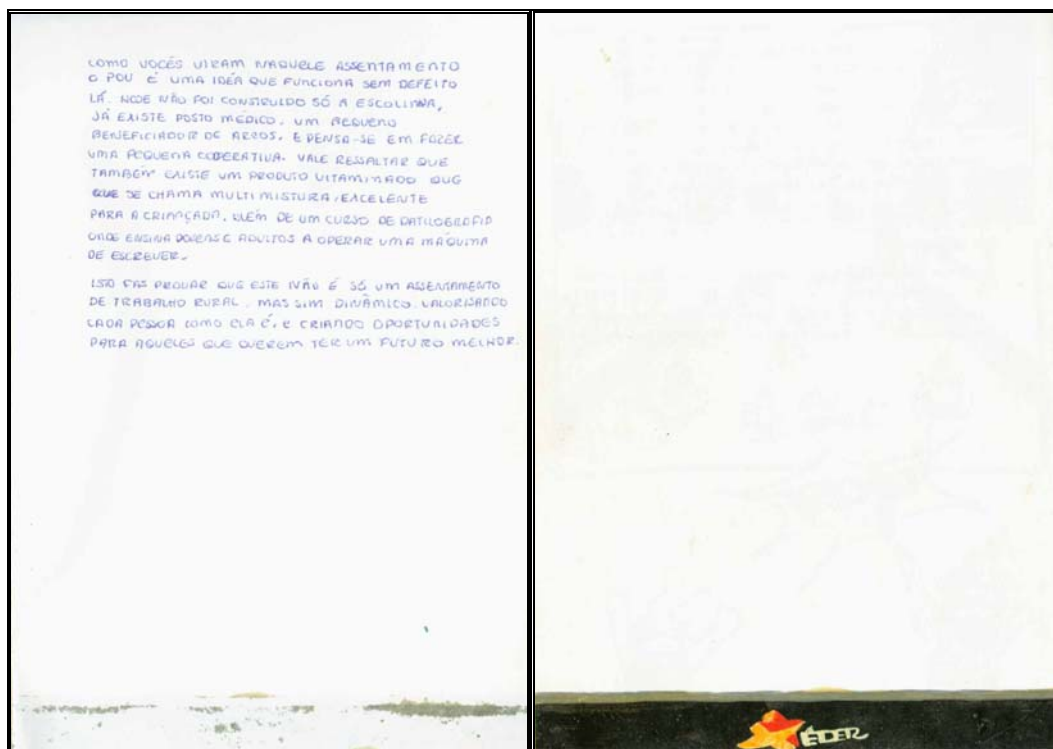


Foto - 25 – Estória em quadrinhos – autoria de Éder - p.9-10. (1999).

Estas experiências reforçavam às mulheres e aos homens que os problemas só poderiam ser resolvidos se houvesse participação dos interessados, ação comum para os encaminhamentos necessários, observando-se uma racionalidade que vislumbrasse caminhos não unilaterais, mas de mão dupla, com compromissos das partes envolvidas, sempre buscando os poderes responsáveis para apresentar as questões e equacioná-las. Os espaços também se modelavam neste novo contexto processual. As mulheres tinham uma participação ativa e mediadora nas questões de saúde e educação; as velhas delimitações entre homens e mulheres, público e privado tinham sido superadas não havendo vencedor ou vencido. Eles trabalhavam juntos, pois a grande força vinda das famílias, locus onde germinavam as demandas e necessidades, no qual eram inicialmente expressas, apresentadas e debatidas alternativas.

Surgiram outros problemas, como o ônibus escolar, o trajeto não estava sendo atendido plenamente. Algumas crianças e jovens tinham que se deslocar muito. Inicialmente foram identificados problemas nas estradas como buracos e valas – erosões, também a questão de

fechamento destas por galhos de árvores. Foi marcada uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação, conhecida como Dona Ana, por uma comissão de 04 mulheres, o técnico da área as acompanhou. No início da reunião elas esperavam que o técnico apresentasse a questão e encaminhasse o assunto, pois tratava-se de uma autoridade. Diante da posição expressa pelo Técnico - “Dona Ana eu não tenho problema com o transporte escolar, meus filhos não estudam aqui, para mim não há questão a ser discutida” (fala do técnico da área, 1999), as mulheres ficaram indignadas pela posição deste, mas entenderam a questão, manifestando-se imediatamente, “*Mas Dona Ana, nós temos problemas, o ônibus escolar não está atendendo todo o assentamento*” (fala de mulher assentada da comissão, 1999), o que vem demonstrar um posicionamento próprio, como sujeito das ações. Este aprendizado e superação de barreiras reforçaram o processo já conhecido por elas, “*nós é que temos de resolver os nossos problemas*” (fala de mulher assentada da comissão, 1999). Estas falas não simbolizavam descaso ou exclusão de parte a parte, mas a expressão de que só “*enfrentando e fazendo é que as coisas vão andar e acontecer*” (fala de assentada, 1999).

Neste processo, as expressões da “*lógica de cooperação*” se fazem presentes nos pequenos detalhes, reforçando a confiança e auto-estima do grupo, demonstrando que a divisão de responsabilidades não era fardo, mas que agilizava o desenvolvimento, ampliava o conhecimento e o aprendizado dos trâmites burocráticos e o relacionamento com os poderes institucionais. Isto vem proporcionar mudanças tanto em nível grupal, no encaminhamento e solução de problemas, como em nível pessoal, pela descoberta de expressões e habilidades antes não percebidas. Neste processo, a satisfação e o prazer de fazer as coisas eram percebidos não apenas pela participação, mas pelo compromisso com a melhor solução possível, cada qual dando o que tinha de melhor.

Este processo não segue a linearidade quer de método ou de postura, havendo necessidade de (re)avaliações constantes, pois muitas vezes o técnico da área assumia posições paternalistas e outras vezes empresariais, inibindo ou desencorajando iniciativas das mulheres, numa postura de “*poder*”, “*detentor de saberes*”, sem na época perceber que estas experiências faziam parte da “*vida*” destas mulheres, de suas famílias, posicionando-se numa relação de desiguais. Utilizando-se de sua posição de respeito e confiança junto às famílias; sua opinião foi respeitada, mas o empoderamento, a emancipação, o conhecimento e reconhecimento destas iniciativas foram castrados.

A maior visibilidade e exposição de alguns membros do grupo, muitas vezes geraram competição negativa, onde surgiam rusgas, havendo necessidade de mediação e inversão da polarização, tentando recolocar as questões em círculos virtuosos. Estes fatos são normais em qualquer grupo que se forma, pois exigem “*amor*”, para conscientemente vislumbrar qualidades e defeitos de seus pares e em si, mas também as possibilidades de aprendizado e valorização do bem comum que são construídas pela troca de experiências, reciprocidades e confiança, valores conquistados no cotidiano das relações sociais.

TEMPO – 2 – HOMENS - TRABALHO E FAMÍLIA

O espaço dos homens, tradicionalmente representado pelo trabalho “*pesado*”, pela participação e representação da família em espaços públicos, pelas mediações com o poder público, pela coordenação do movimento e organização das famílias. Como já apresentou-se, estes movimentos não excluem a influência das mulheres. Em alguns momentos, sua presença pode não ser externalizada publicamente, mas sua participação nas definições e encaminhamentos pode ser constatada pelas suas preocupações com os filhos, com a família, com o futuro.

O trabalho dos homens, desde o início da luta pela terra, sempre esteve à frente, quer como defesa de suas famílias, quer como provedor de sustento, nos embates, quadro em que as tradicionalidades se impõem como espaço e símbolos. Mas não podemos nos esquecer que já na primeira ocupação, as “famílias completas” participaram deste processo. Como já descrito anteriormente, a presença das mulheres foi marcante. Na *Primeira Vitória – Entrada definitiva na área*, como também na *Terceira Vitória – As jabuticabas*, onde o grande pivô foram as crianças. Podemos observar que não se trata de discriminação, mas da incorporação de estruturas sociais pelas famílias, o que não impede sua participação no espaço privado e, com seu desenvolvimento, a expansão para espaços públicos, chegando a expressões claras de transformação da forma de relacionamento e empoderamento da comunidade. Ressaltamos que algumas famílias tinham certas restrições a esse tipo de transformação e suas mulheres

não participavam de assembléias, ou estavam presentes esporadicamente, o que não invalida as alterações estruturais que estavam se processando.



Foto – 26 – Homens trabalhando na retirada de madeira sem valor comercial (1999).

Na organização das famílias, o trabalho laboral teve um papel fundamental, pois motivava sua estruturação e respondia às necessidades e demandas destas, remetendo a reflexões e práticas, como forma de encaminhamento e superação de limites definidos por idealizações, quer do Estado, quer dos trabalhadores. Num movimento contínuo, percorrendo um labirinto de aprendizados e ajustes, visando metas e objetivos, mas não perdendo de vista a importância do momento atual, presente, que sempre exigia ajustes e apresentava novos caminhos e propostas, algumas rompendo com conceitos de “igualitarismo”, mas não perdendo de vista a “fraternidade”, motivando o grupo à inovação e auto-superação, num empreendedorismo que possibilitava a expressão de habilidades, necessidades e limites.

No grupo inicialmente haviam poucas pessoas com experiência no trabalho com a madeira, ou mesmo que possuíam equipamentos e ferramentas. Idealizações do processo de trabalho foram feitas com a participação do técnico e da comunidade. Devida à pouca

experiência e prática, o modelo projetado era dispendioso e não trazia benefícios, aos trabalhadores e seus controles. À medida em que o trabalho foi sendo desenvolvido e a comunidade aprendia o seu fluxo, as práticas foram ajustadas, ganhando dinamismo e eficiência, o mais importante, levando os assentados a conquistarem maior autonomia. Progressivamente, os jovens são incorporados ao processo de trabalho e a estrutura, ainda que complexa, não impede seu domínio sobre este e o ajustamento às suas necessidades.

Esta situação demonstra claramente que realizações podem se transformar em idealizações, e vice-versa, num movimento de (re)apropriação de saberes e apreendizagem alimentado por valores solidários.

A Construção da Cooperação como produto da vida

Primeiramente, foram identificadas as habilidades dos assentados que poderiam coordenar os trabalhos, planejando a forma e os recursos necessários para sua execução. Vários problemas foram identificados e se pensou em formas burocráticas para sua solução, as quais, com o andar dos trabalhos foram sendo desmistificadas e reordenadas de maneira mais factível e adequada à realidade da situação. “*No andar da carroça, as abóboras se acomodam.*” (fala do líder sindical - Cezinha, 1999). A simbologia da acomodação das abóboras poderia ser interpretada como parte do movimento de adaptação da lógica racional burocratizada à lógica das necessidades.

Em assembléia os encaminhamentos foram definidos, conseguindo agregar experiência com trabalho de corte de madeira, equipamentos necessários - trator, carreta, motosserra e peças mínimas, recursos financeiros - cheque pré-datado - para aquisição de combustível para o trabalho inicial e outros fatores necessários ao início de um processo gestor da “*lógica de cooperação*”.

A divisão social do trabalho foi esboçada; agilizados também contatos para comercialização do produto. Em poucos dias apareceu o primeiro comprador. Numa negociação inflexível e dura, não houve efetivação da venda. Duro aprendizado das relações com o mercado, com pessoas desconhecidas, histórias de erros ou aproveitamentos pessoais em negociações, exigências legais, rede de compradores; complexo jogo numa intrincada rede de caminhos a serem construídos e conquistados.

Poucos trabalhadores tinham motosserra disponível e em condições de trabalho, também a estrutura inicial era pequena. Muitos trabalhavam na retirada e transporte da madeira, empilhando nas estradas para comercialização. Processo que se iniciou lenta e tropeçadamente, mas que após as primeiras semanas de “*incertezas*”, logo se tornou rotina. Nesta transformação, as idealizações burocráticas de controle, altamente dispendiosas em mão-de-obra, sem retornos concretos de eficiência e praticidades (montagem de pilhas na beira das estradas) foram ajustadas por “*desordenados*” - amontoados do material - eficientes nas lógicas de linhas de produção, sem perder o controle do trabalho/produção/venda, mas minimizando custos. Substituição bem expressiva do ponto de vista da possibilidade dos assentados reunirem processos e ordenamentos a partir de suas possibilidades e necessidades.

O grupo foi se empoderando das formas e estruturas de produção, ampliando o número de trabalhadores envolvidos, como também suas especializações. Satisfazendo a necessidade inicial de sobrevivência, num fluxo de trabalho, onde produção e mercado se interagiam de maneira informal, mas num reconhecimento dos procedimentos e dinâmica de funcionamento.

Segundo MARX (1991),

o segundo ponto é que, satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico... A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que diariamente renovam sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar: é a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. Esta família, que no início é a única relação social, torna-se depois, quando as necessidades são ampliadas engendram novas relações sociais e o acréscimo de população engendra novas necessidades, uma relação secundária (exceto na Alemanha) e deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não segundo o “conceito de família”, como é hábito na Alemanha. (MARX, 1991, p.40-41)

A Teia da Reprodução

O desenvolvimento do trabalho não seguia uma trajetória linear, sem rupturas ou descontinuidades, mas era mediado por discussões do grupo sobre a forma de estruturação e encaminhamento, sempre com novas proposições que eram discutidas e incorporadas ou não ao sistema.

Muitas vezes as proposições eram idealizações, utilizadas como forma de disputa de poder, mas como o plano da discussão era real, sempre que idéias eram apresentadas, havia a

necessidade para sua corporificação de algum membro acreditar e se dispor a encaminhá-la, caso contrário, a discussão não teria prosseguimento.

Os trabalhos eram acompanhados para controle da produção pelos coordenadores de grupo e pelo “setor” financeiro onde eram contabilizados os registros de venda da madeira e de despesas, conseguindo-se com estes registros acompanhar a produção e o andamento dos serviços. Tais registros e a prática dos assentados geravam demandas e ajustes constantes na forma de trabalho e remuneração do mesmo.

Ainda na fase em que o assentamento arcava com as despesas de peças de motosserra e combustível, foram surgindo no acompanhamento de custos o aumento destes para retirada do material. O grupo dispunha de propostas externas de terceirização do trabalho que vão passar por um processo de discussão e amadurecimento, no uso do qual racionalizações e ajustes vão aparecer. A decisão tomada de manutenção do trabalho coletivo explicita-se no campo político dada a representação de que a terceirização redundaria em uma desqualificação dos trabalhadores, limitando suas perspectivas de autonomia.

Na fase inicial, o aumento das despesas foi justificado pela adequação dos equipamentos que se encontravam em estado debilitado, mas à medida em que o trabalho prosseguia e se estabilizava, o acompanhamento de custo foi demonstrando a continuidade do crescimento das despesas de manutenção.

No acompanhamento de custos foi detectado o aumento das despesas para retirada do material. Existiam propostas externas de terceirização do trabalho. Contrariamente a estas, o grupo mantém a opção pelo trabalho coletivo, baseado nas questões de autonomia e qualificação. Tal situação tem desdobramentos, instaurando-se uma relativa tensão entre os assentados mais experientes e os novatos, como expressão das diferentes racionalidades. Nestas confrontações sempre havia como produto um melhor ajuste da racionalidade familiar, sem “*vencedores nem vencidos*”, mas decorrência da ampliação de conhecimentos, dos saberes dos assentados.

O aumento das despesas de retirada da madeira foi se acentuando, inicialmente justificado pela adequação dos equipamentos que se encontravam em estado debilitado, mas à medida em que o trabalho prosseguia e se estabilizava, não havia sustentação para esta argumentação. Também não se obtinha resposta ou solução para a questão. Esgotadas todas as possibilidades, especulava-se a possibilidade de um desvio de peças por parte de membros do

grupo. No confronto de custos, ajustes internos dos serviços se convertem numa estratégia interessante como forma de organização do trabalho.

Mesmo assim o grupo não se posicionava, calando-se, num silêncio não de concordância, mas de contestação e discordância, que não possibilitava alteração das condições existentes. Da perspectiva da lógica do mercado, estava instalada uma “*irracionalidade grupal*”, seguindo na contramão da racionalidade burocrática.

A política econômica é a mais incapaz de perceber o que não é quantificável, ou seja, as paixões e as necessidades humanas. De modo que a economia é, ao mesmo tempo, a ciência mais avançada matematicamente e a mais atrasada humanamente. (MORIN, 2002, p.16)

A decisão do grupo ajustava-se à lógica das necessidades, diferentemente das avaliações relativas ao processo externo os quais não observavam dimensões da racionalidade familiar e sua visão poliocular e multifacetada.

Quando a organização do trabalho atingiu a estruturação do processo de forma a definir custo para cada etapa da produção - corte, retirada e custeio da manutenção da comunidade é que pode ser desvelado o ocorrido. Não tinha havido desvio de material, mas o ocorrido refletia o jogo de interesses entre o pessoal do corte interessado em ampliar seus ganhos, demonstrando um custo maior e o pessoal jovem⁵² que havia sido incorporado ao processo de trabalho. O silêncio da comunidade que estava no trabalho e conhecia plenamente o jogo trouxe à tona a intrincada rede de relações e interesses que muitas vezes parece estar na contramão da “*lógica de cooperação*”.

A “*lógica da cooperação*” reforçando a racionalidade familiar revela uma harmonização dos interesses do grupo com a incorporação do trabalho dos jovens, a ampliação dos saberes, assim como a experimentação de outras formas de gestão e de organização, visando à satisfação das necessidades pessoais e familiares.

Nesta etapa, os homens, adultos e normalmente titulares dos lotes já tinham conhecimento do trabalho. Como formas de ampliar a renda da família e do grupo incorporaram os mais jovens ao trabalho de corte e carregamento, primeiramente em tarefas que envolviam força e resistência física. Com o conhecimento da forma de funcionamento dos trabalhos e a visualização de ampliação dos ganhos, através da aquisição de motosserra, foram se ajustando a outros trabalhadores. Havia a necessidade do aprendizado dos jovens neste

⁵² Os ganhos do ofício são definidos através do conhecimento e habilidade do operador, em detalhes de manuseio, montagem, manutenção e cuidados no trato com a máquina.

trabalho, sem contudo haver tempo para uma capacitação externa ou desconectada do trabalho já realizado. Tal ofício define a renda ganha através do conhecimento por parte do operador, de detalhes da forma de manuseio, montagem, manutenção e cuidados no trato com a máquina. Relembrando MARX (1991) já citado, *“não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”*.



Foto – 27 – Jovens trabalhando na retirada de madeira sem valor comercial (1999).

Esta estrutura montada com base no trabalho, vai ser o suporte das outras expressões possíveis da *“lógica da cooperação”*. Vários interesses individuais, aparentemente conflitantes com os coletivos, foram sendo incorporados possibilitando a ampliação do circuito de produção dos saberes familiares.

A Cooperação movida pela Racionalidade Familiar

A Sobrevivência e a Lógica da necessidade

A organização do trabalho, inicialmente seguia a forma de estruturação da racionalidade burocrática, no qual havia impessoalidade nos trabalhos e na remuneração, acompanhada por um controle da produção, o que era aceito pelos trabalhadores que não percebiam, de início, a distância entre sua racionalidade familiar e a burocrática proposta.

Foram identificadas habilidades de assentados que poderiam coordenar os trabalhos, planejando a forma e os recursos necessários para sua execução. Vários problemas foram identificados e buscou-se soluções na racionalidade burocrática, que quando confrontadas com a racionalidade familiar, se mostravam como idealizações frente às realizações que eram possíveis, o que, com o desenrolar dos trabalhos, foi sendo desmistificado e realinhado de maneira mais adequada à situação. Num movimento em que - *“Todo ponto de chegada é um ponto de partida”*, expressão a demonstrar que este movimento poderia ser ampliado ou alargado para atender outras necessidades reais.

Nas assembléias, ocorriam vários momentos de confronto entre as racionalidades burocrática, política e familiar, o que não impedia tentativas de agregação e solidariedade para obtenção dos equipamentos necessários, recursos monetários e outros que vão dar suporte ao princípio gestor da *“lógica de cooperação”* que transitava entre as diferentes racionalidades e experiências do grupo. Esta lógica vai criar elementos de aproximação com a racionalidade familiar, pois é alimentada por expressões de solidariedade e valores, que são respaldadas por ações concretas, significando a materialização do imaginário de sonhos e esperanças.

O trabalho foi estruturado seguindo várias racionalidades, inicialmente baseado na burocrática, com processos e controles bem definidos e impessoais. Em seu andamento, recorre a outras racionalidades, que pudessem ir ao encontro da experiência, habilidade e destreza nos serviços. As diferenciações geradas no processo de divisão social do trabalho e suas especializações acabam gerando ganhos distintos, valorizando os trabalhadores mais dedicados e habilitados sem, contudo, excluir os outros.

A divisão social do trabalho foi esboçada, agilizado também os contatos para comercialização do produto.

Nesta transformação, as idealizações da racionalidade burocrática, altamente dispendiosas, foram ajustadas por realizações “*desordenadas*” da racionalidade familiar, em arranjos produtivos eficientes e com minimização de custos. Situação que vem expressar que a racionalidade familiar pode superar a racionalidade burocrática no atendimento às necessidades dos assentados, desde que ela se sustente por relações de confiança e de solidariedade, numa dinâmica constante de retro-alimentação, (re)avaliações e (re)ajustes flexíveis, de forma a atender às demandas do grupo.

O empoderamento das formas e estruturas de produção pelo grupo, ampliou o número de trabalhadores envolvidos, como também suas habilidades, ampliando as perspectivas de satisfação da sobrevivência.

A Racionalidade Familiar ganha espaço

As racionalidades eram exercitadas no desenvolvimento do trabalho no assentamento, sem seguir uma trajetória linear, sem rupturas ou descontinuidades, mas mediadas por discussões de grupo sobre a forma de estruturação e de encaminhamento, num movimento pendular entre as diversas racionalidades que vai fortalecer a teia de relações da racionalidade familiar. Tal situação não impede o pipocar de proposições idealizadas e utilizadas como forma de disputa de poder.

O processo organizativo do trabalho foi lentamente se estruturando, transitando por diferentes fases, desde as mais simples, atingindo respeitável complexidade. A comunidade sempre optou por novas estruturações do trabalho, quando os ciclos de aprendizagem eram incorporados à racionalidade familiar, o que vai abranger uma ampla gama de conhecimentos e experimentações, como também relações de confiança, solidariedade e reconhecimento de suas diferenciações e diversidades.

Individualização e coletivização teriam encontrado uma forma de coexistência possível?

Uma estrutura de valores foi delineada, definidos os preços de venda da madeira - para os compradores, custo do transporte – o trator que retiraria a madeira do mato para o local de carregamento, do serrador - dono da motosserra, serviço que exige certa especialização e destreza, havendo risco de ferimento, do carregamento – o pessoal que trabalharia junto ao

trator para carregar no campo, descarregar no local e carregar o caminhão. Uma complexa formulação da divisão social do trabalho, com uma forte organização do grupo para o processo como um todo foi implantado, exigindo uma simplificação de cálculos complexos, de forma a satisfazer à intrincada relação entre força de trabalho, motivação, organização e produção.



Foto – 28 – Assembléia Geral discutindo encaminhamento dos trabalhos. (2000).

Neste contexto, o equacionamento entre produção controlada pela venda, o número de pessoas que trabalhavam, o cálculo da diária fundiam-se com o estreitamento dos laços de confiança e com a prática do grupo auto-gerir sua estrutura e organização. Situação em princípio paradoxal, pois diferenciação da produtividade, quando envolve lógica do mercado costuma traduzir-se em competitividades e conflitos, o que não acontecia no caso investigado. As diferenciações explicitadas não se sobrepunham aos valores de confiança e solidariedade que, apesar das mudanças, se mantinham como valores do trabalho do grupo. A ampliação dos elos da racionalidade familiar vai se refletir na ampliação da auto-estima do grupo, o que, por sua vez, vai redundar em um empoderamento e reconhecimento da comunidade pela cidade.

**TEMPO – 3 – CONQUISTAS -
CESTA BÁSICA E DIGNIDADE / ESCOLA E MELHORIAS**

Expressões Internas e Externas da Cooperação

Inicialmente, os acampados se organizavam e conseguiam levantar recursos para comprar cesta básica e suprir as carências. Foram se articulando e se fortalecendo, chegando a ponto de conquistar o direito de fazer suas compras diretamente num dos melhores supermercados de Bebedouro, utilizando um limite definido pelo próprio assentamento. Este avanço ampliou a auto-estima, pois há uma grande diferença entre receber uma cesta básica – expressão simbólica de uma “dádiva” – e ter o direito à compra direta, respeitando-se o gosto dos assentados e suas escolhas de produtos e marcas. Direito conquistado que vai restaurar a auto-estima e potencializar expressões de capital social, situação que se reflete, como já foi dito, na mudança do olhar da comunidade local sobre os assentados. O passeio das compras toma um ar de festa, alguns excessos são cometidos. Compra-se bolachas para as crianças, balas e chicletes que tornam esse momento mais feliz. Os homens, orgulhosos de poder proporcionar à família o atendimento às necessidades, as mulheres, pelo sentimento de fartura, as crianças, pela alegria das balas e outras pequenas guloseimas expressam um sentimento compartilhado de satisfação.

A administração da retirada da madeira é outra dimensão a ser analisada como expressão da “*lógica de cooperação*” e das diferenças da racionalidade familiar frente às outras.

Notou-se que as ações coletivas iniciais de reaproveitamento da madeira de baixo valor comercial significaram, além de estratégias de sobrevivência, a permanência na terra e a construção de fortes relações de convivência cotidiana. Neste processo de idas e vindas, acertos e desacertos normais de quaisquer relações sociais, individualidades diferentes entram em relação, convivendo, lado a lado, competição e cooperação, numa constante mediação destas relações. Tomo como expressão de tais relações à análise das dimensões possíveis da

“lógica de cooperação” e a construção da racionalidade familiar gestada por valores e fins.

Superando as barreiras institucionais construídas pelas diversas racionalidades, a instrumentalização da racionalidade familiar expressa-se no aprendizado da cooperação, no cotidiano do trabalho e na forma de condução das relações mercantis.

Vários sinais da *“lógica de cooperação”* movem as relações no assentamento, tais como reuniões periódicas para encaminhamento dos trabalhos, a aquisição de bens comuns como máquina de beneficiamento de arroz e fumigador, manutenção da casa sede, formas de representação frente ao poder público local e às empresas com as quais mantinham relacionamento comercial, como a cooperativa da cidade, dentre outras.

A forma de organização e trabalho dos assentados trazia em si a vivência fraternal, percebida por vários visitantes, que muito posteriormente, se ofereciam para auxiliar o grupo ou desenvolver projetos junto à comunidade. Estas expressões como já foi citado anteriormente de *“espírito e vivência cristã”*, possibilitou o florescimento do projeto da escolinha. Ampliando o reconhecimento e participação junto a comunidade local.

Estas *“lógicas de cooperação”* não são construídas pela racionalidade burocrática, mas pelos laços e relações de confiança e solidariedade. Linhas tênues definem e ponderam situações singulares, reforçando a construção da racionalidade familiar, tradição que sempre foi presente no meio rural, com trocas de dias de trabalho, ajuda mútua, dentre outras relações da economia moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU REPONDO QUESTÕES

Ao longo da dissertação, discutimos expressões da “*lógica de cooperação*”, categoria de construção analítica que não pretende ser um tipo ideal, produto de um processo que não tem um movimento linear. “*Lógica de cooperação*” foi o instrumental analítico escolhido para se analisar os diferentes tempos de constituição de um assentamento, que nos permitiu o acompanhamento concreto de uma situação de luta pela terra que vai redundar na construção de um novo espaço de vida.

A gestação desta lógica foi analisada através do processo de luta pela terra, espaço de iguais no qual, diferenças de trajetórias, singularidades, não se apresentam como diferenciações. O tempo de luta favoreceu a constituição da “*lógica de cooperação*”. Presença forte da organização sindical, o que contraria a visão de que a “*lógica de cooperação*” não pode se compatibilizar com organização. No processo de entrada na terra, as diferenças afloram.

Igualmente, entram no contexto idealizações do Estado, muitas vezes frustradas, quer pelo descompasso de sua execução em tempo e espaço ou pela inflexibilidade de sua estrutura, contexto político e fragilidade das políticas públicas para os assentamentos. Nas situações em que as idealizações se converteram em realizações, tiveram como fatores primordiais a participação da comunidade, respeito aos valores locais e flexibilidade em sua execução. Não podemos nos esquecer que a participação advém de valores de pertencimento, confiança e reciprocidade, os quais são construídos na relação cotidiana, na estruturação comunitária dos

trabalhos por eles definidos, não pela definição de formas externas ou ideais, desenvolvidas com base em métodos e práticas de educação libertadora (MASSELLI, 1998; FREIRE, 2001, 2000, 1988).



Foto – 29 – Desenho feito espontaneamente por jovem filho de assentado (2000).

A tentativa de homogeneização pelo Estado na proposta de coletivos vai na contramão do que vinha sendo gestado pela “lógica de cooperação”

Primeiro, constatamos o embate com o coletivo idealizado, com a cooperação forjada e a concepção idealizada, sem ser observado e respeitado as necessidades e as singularidades dos assentados. Neste embate, os assentados foram buscando alternativas e, ao fazê-lo, foram estruturando outros espaços, outras possibilidades de cooperação. As primeiras associações voltadas à madeira vão interferir na relação do assentamento com o entorno.

Os mediadores começam a compor o campo de adesão, passam a aceitar as modificações que vinham de expectativas e realização de interesses da comunidade. Estes mediadores não formam os “*outros*”, se misturam com os assentados. Percebe-se que neste campo há um duplo movimento: por um lado, a conquista dos assentados leva à apropriação do estigma de forasteiros e, por outro, à construção de uma nova identidade, de pequeno produtor. Entram neste processo expressões de conflito e tensão face aos técnicos dos órgãos gestores, da organização sindical e entre os assentados, motivados pelas diferentes visões de mundo que se expressam em formas diferenciadas de idealizar o viver no assentamento.

Neste processo, em que as expressões de “*lógica de cooperação*” podem ser materializadas por ações objetivas e sinergias de diferentes setores, se unem necessidades dos beneficiários e o poder e ou rede de relacionamento dos parceiros que se manifestam de diferentes formas, como apoio material, abertura de canais, facilitação de transações e representações, realização de serviços técnicos necessários, quase nunca de caráter financeiro, mas que o substituem, por estarem baseadas em confiança e reciprocidade, o que, de forma indireta, proporciona retornos, ao novo modo de vida construído.

Tais possibilidades decorrentes da organização social do grupo, através das “*lógicas de cooperação*”, iluminam um campo político onde os atores internos e externos iniciam seu posicionamento, muitas vezes não com o mesmo alinhamento, como plano único, mas nas diversas dimensões da vida, numa rede complexa de novas parcerias e inter-relações, visando atender demandas que lhes pareçam mais adequadas, optando por caminhos, muitas vezes na contramão do movimento idealizado pelo Estado, mas como forma de construção e objetivação de demandas e necessidades das famílias.

Competição e cooperação convivem neste espaço, assim como diferentes racionalidades, o que mostra que a “*lógica de cooperação*” não se nutre apenas de positivities, mas também de diferenças ideológicas e de atitudes diversas, o que não chega a imprimir ao processo um diagnóstico fatalista de impossibilidade de sua concretização.

Neste contexto, pudemos constatar expressões de interdependência e de confiança, quer entre os assentados, quer na relação com os atores externos que participam deste processo. Num contínuo movimento no qual cooperação e competição convivem lado a lado, proporcionando momentos de aproximações e distanciamentos, de unidades e de tensões, num aprendizado continuado de novas relações.

O trabalho mostrou como principais suportes desta lógica: a satisfação dos assentados de poder expressar habilidades no e pelo processo de trabalho; pelo domínio do processo por um saber construído, o que gera autonomia e possibilidades de ajustes constantes nas relações internas e com agentes externos.

Igualmente, pudemos constatar a perspectiva de uma relação entre homens e mulheres menos verticalizada, menos subordinada às marcas da discriminação, gerando a aglutinação da família em torno de ideais, o que pôde facilitar o enfrentamento dos desafios externos.

Como todo movimento em construção, mudanças e rearranjos são possíveis. Outras tentativas de cooperação foram tentadas: algumas, com êxito, outras gerando conflitos.

A análise apresentada se restringe ao período de agosto de 1998 a março de 2001. Foi necessário buscar ocorrências anteriores que foram as bases da gestação da *“lógica de cooperação”* discutida no período citado, assim como este período foi gerador de outros desdobramentos, os quais podem ou não seguir a mesma *“lógica de cooperação”*. Não pretendemos com essa análise gerar idealizações, mas apenas apontar a importância de re-análise das realizações que o grupo de assentados do Projeto de Assentamento Reage Brasil concretizou, tendo gerado elementos de economia moral e/ou capital social, o que possibilitou a realização de obras, não apenas no sentido concreto como a escola, a cozinha piloto, a manutenção da sede, o serviço da madeira, mas também de dimensão invisível relacionada à subjetividade de sua representação para a comunidade local. Por outro lado, foram visíveis a melhoria do relacionamento com esta, no reconhecimento pelas autoridades públicas municipais, na abertura para negociação com a cooperativa de produtores locais com a compra de insumos. Tal processo não se dá sem conflitos e disputas internas e externas.

Nesta construção, obtida pelo trabalho árduo dos assentados, pelo empoderamento conquistado em suas práticas, não apenas pela participação de comissões, o Estado é visto como parceiro quando se alia aos desejos e necessidades da comunidade, mas também pode ser visto como problema e/ou adversário, quando não encaminha e/ou soluciona as demandas ou não consegue, com sua burocracia, atender às necessidades da vida cotidiana, que clamam por ações rápidas, justas, não aceitando o caminho lento das análises e decisões jurídicas. Mas como agricultores, e conhecedores dos ciclos naturais, *“sabem que se não houver o plantio na época das chuvas, a safra estará perdida, ou a lavoura produzirá menos que o esperado”*, não

solucionando suas necessidades reais ou de suas famílias. Frustrações, alterações de projetos e sonhos, (des)construção de lógicas e subjetividades, que estruturam a vida e suas relações podem ser detectadas neste processo.

Olhando a situação da comunidade um tempo depois, podemos apontar – sem aprofundamento, pois este é objeto de continuidade de nossos estudos – que o fomento da cozinha piloto e a ampliação das atividades para novas fontes de renda vai propiciar a realização de uma grande festa, marca simbólica de solidariedade no assentamento. No seu primeiro ano, com o apoio de todos os grupos, a festa foi um sucesso interno e, para o olhar externo. Num segundo momento de sua realização, a não identificação correta pelo grupo dos parceiros vai provocar cisões no campo de apoio, enfraquecendo os trabalhos, chegando a ponto de acarretar prejuízos num panorama bastante distinto do anterior. Questão a sugerir a análise do movimento nada contínuo das expressões da *“lógica de cooperação”*.

No estudo que realizamos no Projeto de Assentamento Reage Brasil, percebemos algumas manifestações dos assentados, que materializam insatisfações com a Fundação ITESP, com a Prefeitura Municipal – gestão 2001/2004, que nos sinalizam a necessidade de estudo do período posterior ao apresentado. Hoje se observa o descontentamento dos assentados com seus parceiros, sendo também captado o inverso, que em vários momentos se manifestaram através de decepções pela forma como os processos se desenrolaram naquele local. Comprovando que não há determinismos na história ou nas realizações sociais, mas um processo, que tem dinâmica própria, definida pelo campo de forças políticas onde a atuação dos diferentes agentes e atores em determinado instante possibilita o traçado de novos caminhos, construindo outros quadros, que não as idealizações projetadas, mas infinitas possibilidades, como um caleidoscópio com suas multifacetadas figuras.

Não entendemos que esta situação atual se configure como negação dos fatos e acontecimentos da época analisada, como uma idealização de pesquisa, provocada pela paixão e/ou parcialidade do pesquisador que não tenha se mantido na distância adequada para observação dos fatos ou processo. A visão apresentada foi pautada por informações coletadas em vários depoimentos e com diferentes estratégias de pesquisa. Também não acreditamos que tudo que foi realizado pelos assentados tenha sido um sonho que se perdeu, ou como uma (des)construção do capital social, mas sim, um momento histórico que sofreu impactos, os quais podem se refletir em mudanças de práticas dos agentes envolvidos neste campo de

forças. Em entrevistas recentes foram manifestadas saudades pelos assentados, *“Naquele tempo tinha muita reunião, era até cansativo, mas a gente sabia o que ia acontecer ou estava acontecendo”* (fala de assentada, 2005).

Nesta revisita ao assentamento, causou-nos forte impressão a desorganização, interiorizada e expressa em alguns depoimentos. Parece ter havido uma perda dos vínculos nucleares, o que vai se refletir numa reavaliação do grupo por parte dos parceiros. Os mesmos, quando questionados sobre a possibilidade de trilharem o mesmo caminho de apoio à comunidade, assumem a recusa. É o caso, por exemplo, da Escola Anjo da Guarda, espaço comunitário significativo, hoje modificado. Atualmente, a contrapartida do assentamento reduz-se ao envio dos filhos à escola que hoje está fora do assentamento, numa demonstração de que perdeu-se um espaço importante de pertencimento.

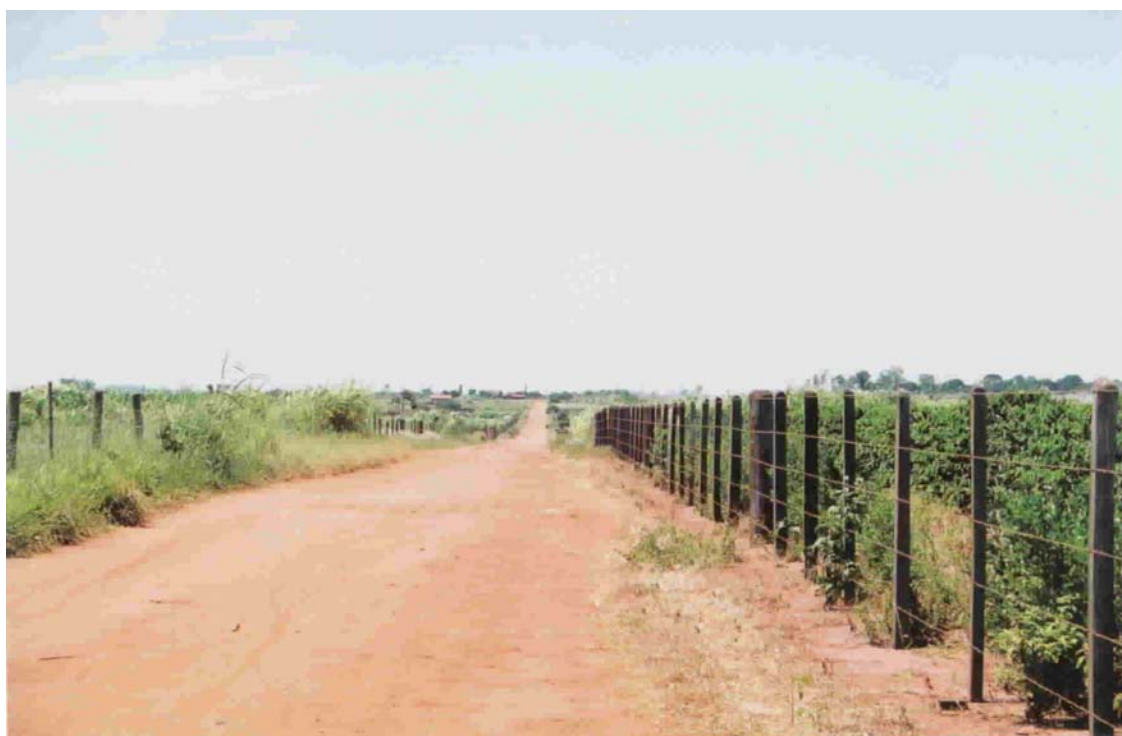


Foto – 30 – Estrada interna principal do assentamento (2005).

Situação que vem comprovar o princípio analítico aceito nesta dissertação de que se faz necessário historicizar a categoria *“lógica de cooperação”*, não a transformando em um absoluto, à semelhança de um tipo ideal.

Hoje o processo de trabalho não se materializa na reprodução de ideais de cooperação. Isto leva a que os assentados apontem nos outros as responsabilidades por tais problemas, chegando a idealizações do tipo de pensar a transformação da Fundação ITESP numa cooperativa, ou querendo ter de agentes externos a receita mágica para solução de seus problemas. Esta situação não se deve apenas ao desencantamento deste novo viver, mas reflete frustrações continuadas, face às promessas e projetos não cumpridos.



Foto – 31 – Vista de lotes (mosaico diversificado de produção) (2005).

Perdendo-se a simbologia da união – representada como algo do passado, do qual sentem saudades – passam a ser sentidas conseqüências de uma informação desencontrada, muitas vezes obtida através de fontes inconsistentes ou percepções viesadas dos assentados. A perda das tradições dos códigos de reconhecimento social traz para o interior do assentamento o “disse-me-disse”, os boatos, ficando os assentados à mercê de um campo de forças que não lhes pertence. Outras dimensões – e há muitas a serem exploradas – vêm confirmar o princípio norteador deste trabalho de que a “lógica da cooperação”, como uma construção histórica não tem desfechos programados.

Desta forma, acreditamos que as “*lógicas de cooperação*” como outras construções, têm ciclos que podem ser neutralizados pela confluência de outros ciclos ou ações, mas que permanecem como parte do viver no novo espaço social. A manifestação dos assentados, de sentir saudade do período já vivido no assentamento, a dimensão de consciência, “*tínhamos problemas, mas sabíamos o que estava acontecendo*” (fala de assentado, 2005), podem ser entendidas como sementes que poderão gestar novas formas de relações e ou encaminhamentos, num movimento que, como já frisamos, nada tem de linear.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural.** (Economia Aplicada – Volume 4, nº 2, abril/junho 2000 – no prelo; apresentado Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável – Fortaleza – CE). <http://www.gipaf.org.br>. acessado em 12/09/04. 15p.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** (Estudos Rurais – 12). Editora UNICAMP: Campinas, 2ªed. 1998, 275p.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O mundo desencantado dos assentamentos.** In: Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. (Orgs.) Leonilde Medeiros e outros. Editora UNESP: São Paulo, 1994, p.313-320.
- ALENCAR, Edgard. **Associativismo Rural e Participação.** Lavras-MG: UFLA/FAEPE. 1997. 100p.
- ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. – **Consórcio de Produtores Rurais e Redes Alternativas de Proteção Social no Território Citrícola Paulista.** Qualificação de Tese de Doutorado – F.C.L. UNESP/Araraquara, set/2005. 247p.
- ALVES, Francisco. – **Crise do modelo sindical de trabalhadores rurais: uma avaliação.** Cadernos do CEDI nº 21 – Sindicalismo no Campo – Reflexões – Balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI, 1991. p.39-79.
- AMÂNCIO, Robson – **O Uso de Indicadores Locais de Desenvolvimento e a Sustentabilidade da Reforma Agrária no Cerrado do Norte e Noroeste de Minas Gerais.** Dezembro/1999. 303f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 1999.
- ARGUMEDO, Manoel Alberto. **Em Busca de uma Metodologia de Ação Institucional: uma experiência de pesquisa e planejamento participativo nos sertões do Canindé.** (in. BRANDÃO, C.R. (org). Repensando a Pesquisa Participante – São Paulo: Brasiliense, 1984. p.189-222).

- AURÉLIO Buarque de Holanda Ferreira. **Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI**, versão 3.0; Editora Nova Fronteira; nov/1999.
- BARONE, Luís Antonio. **Conflito e Cooperação: O jogo das Racionalidades sociais e o campo político num Assentamento de Reforma Agrária**. Tese de Doutorado – F.C.L. UNESP/Araraquara, 2002. 307p.
- BARONE, Luís Antonio. A “**Economia Moral**” num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias de Guariba. Retratos Assentamentos – Cadernos de Pesquisa. – NUPEDOR – F.C.L. UNESP/Araraquara. Ano V nº 07, 1999, p.103-123.
- BARONE, Luís Antonio. **Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos**. Fevereiro/1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara, Araraquara, 1996. 166p.
- BERGAMASCO, Sônia M.P.P.; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera L.S.B..(org.) **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. – Campinas, S.P.: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, S.P.: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003, 325p.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. – São Paulo: Terceira Margem, 2003, 191p.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam**. In: SCHMIDT, B.V.; MARINHO, D.N.C.; ROSA, S.L.C. (org) Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; BUENO, Osmar de Carvalho. **Agricultura familiar e poder local: um exercício de cidadania**. In “Para pensar: outra agricultura”, Org: Ângela Duarte Damasceno Ferreira e Alfio Brandenburg. Curitiba:Editor da UFPR, 1998, 275p, p103-129.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. (coord) **Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp – FCL, 1995.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **Extensão rural: passado e presente no discurso e na prática**. In: CORTEZ, L.A.B.; MAGALHÃES, P.S.G. (coord) Introdução à Engenharia Agrícola. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- BERGER, John. **Terra Nua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 215p.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; BALIEIRO, Carolina de Figueiredo. **Capital Social e Cooperativas na Agricultura do Estado de São Paulo: Um ensaio analítico**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Campus de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, 2000. 8p. (Série Economia – TD-E / 12-2000).
- BOGARDUS, Emory S. **Princípios de Cooperação**. Tradução de Jacy Monteiro. Rio de Janeiro: Ed. Lidador Ltda., 1964, 91p.

- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Sérgio Miceli (Org.). 3ªed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1992, 361p.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: DIFEL, 1989. 311p.
- CAMARGO, Lenita Corrêa. **Cooperação e Cooperativismo**. Tese de Doutorado em Ciências, na Cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas. Universidade de São Paulo. s/ data. mimeo, 140p.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 9.ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. 372p.
- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. Tradução de Álvaro Cabral. – 2ªed. – São Paulo: Editora Cultrix, 1987. 447p.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Homem e sociedade – leituras básicas de sociologia geral**. (Biblioteca Universitária – Série 2º - Ciências Sociais – Volume – 5). 11º ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, 328p.
- CARMO, Maristela Simões. **A Produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável**. In “Para pensar: outra agricultura”, Org: Ângela Duarte Damasceno Ferreira e Alfio Brandenburg. Curitiba:Editor da UFPR, 1998, 275p, p215-238.
- CARVALHO, Horácio Martins. **Formas de Associativismo Vivenciadas pelos trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba, Agosto/1998. Mimeo.
- COSTA, Cyra Malta Olegário. **Processo organizativo em assentamentos rurais**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas - FEAGRI/UNICAMP, 2001.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. (Os Pensadores). Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves. – São Paulo: Abril Cultural, 1978. 247p.
- D’INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. **Nós, Cidadãos aprendendo e ensinando a democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 279p.
- EID, Farid; PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno **Economia Solidária: desafios do Cooperativismo de Reforma Agrária no Brasil**. (apresentado XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Brasil, 30 de julho a 05 de agosto de 2000). Mimeo. 15p.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. (Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036 – Segunda Versão). Março/1995. 24p.
- FAO/PNUD – MARA. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. (Versão resumida do Relatório Final do Projeto BRA 87/022). Dezembro/1992. 24p.
- FAUNDEZ, Antonio. **O Poder da Participação**. São Paulo: Cortez, 1993. 120p. (Coleção Questões da Nossa Época).

- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos Rurais e Agricultura Regional: Contrapontos e Ambigüidades**. Retratos Assentamentos – Cadernos de Pesquisa. – NUPEDOR – F.C.L. UNESP/Araraquara. Ano V nº 07, 1999b, p.73-101.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Itinerário de Pesquisa em Assentamentos Rurais: Inesgotável aventura sociológica**. Retratos Assentamentos – Cadernos de Pesquisa. – NUPEDOR – F.C.L. UNESP/Araraquara. Ano V nº 07, 1999a, p.11-60.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio. **Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. UNESP:São Paulo. vol.20/21, 1997/1998. p.121-147.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. – **FERAESP: a controvertida inversão das regras do sindicalismo rural paulista**. Cadernos do CEDI nº 21 – Sindicalismo no Campo – Reflexões – Balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI, 1991. p.50-56.
- FLEURY, Maria Teresa Leme. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983 (Teses; 11); 152p.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências: v.n.7). Rio de Janeiro: Edições Graal, 16 ed., 2001, p.295.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. (Coleção Leitura). 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 165p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. 184p.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** (Coleção O mundo de Hoje v.24).10ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 1988. 93p.
- FREIRE, Roberto; BRITO, Fausto. **Utopia e Paixão – A Política do Cotidiano**. – 13ªed. – São Paulo: Trigramma Editora e Produções Culturais, 2001. 120p.
- FUNDAÇÃO ITESP. **CULTIVANDO SONHOS: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária**. Nº 7 (Série Cadernos ITESP/Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania).2ªed. - São Paulo: ITESP, 2000. 96p.
- FUNDAÇÃO ITESP. **Retrato da Terra: Perfil sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. —Nº 1 (Série Cadernos ITESP/Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania). -. São Paulo: ITESP, 1998. 56p.
- GARCIA, Antonio. **Cooperación Agraria y Estrategias de Desarrollo**. Espanha: Siglo Veintiuno, 1976. 291p.
- GOMES, Iria Zanoni. **Terra e Subjetividade: a Recriação da Vida no Limite do Caos**. Curitiba: Criar Edições, 2001. 197p.
- GOMES, Maria Judith Magalhães. **Estudo sobre a Consciência Política dos Técnicos da Extensão Rural em Assentamentos do estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003. 156p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa**. São Paulo:Zahar, 1981.

- HIRSCHAMAN, Albert O.. **A moral secreta do economista**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.100p.
- JARA, Carlos Júlio. **CAPITAL SOCIAL: Construindo redes de confiança e solidariedade**. Curso Internacional de Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Integração Econômica. IICA. Junho/2001. Florianópolis-SC. Mimeo. 2001.
- JARA, Carlos Júlio. **Novos Conceitos e Estratégias de Desenvolvimento Rural**. (apresentado no I Fórum CONTAG de Cooperação Técnica (IICA, FAO, PNUD), Brasília, Agosto/1999). Curso Internacional de Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Integração Econômica IICA. Junho/2001. Florianópolis-SC. Mimeo. 2001.
- JARA, Carlos Júlio. **Repensando o Desenvolvimento Comunitário: o essencial nem sempre é visível**. Curso Internacional de Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Integração Econômica IICA. Junho/2001. Florianópolis-SC. Mimeo. 2001
- KLISKBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 20001, 175p.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A Agricultura Familiar - vol. II – Do Mito à Realidade**. São Paulo: UNICAMP, 1998. (Coleção Repertórios). 348p.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A Agricultura Familiar - vol. I – Comparação Internacional**. 2ª.ed.São Paulo: UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios). 336p.
- LAUSCHNER, Roque. **Cooperativismo e Agricultura Familiar**. Outubro/1994. Mimeo. 7p.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. – São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados, 1981. 155p.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Terra, Família e Capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987. 182p.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. (Coleção Ciências Sociais, v.43). São Paulo: Hucitec, 2000. 210p.
- MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. (Coleção Ciências Sociais). São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001. 198p.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 8ªed. São Paulo: Hucitec, 1991, 138p.
- MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural Entre os Sem-Terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 165p.
- MONTEIRO, Adalberto da Costa. **O cooperativismo coletivizado no assentamento rural de Promissão- S.P.: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas - FEAGRI/UNICAMP, 1996. 132p.
- MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social**. In “Para pensar: outra agricultura”, Org: Ângela Duarte Damasceno Ferreira e Alfio Brandenburg. Curitiba:Editor da UFPR, 1998, 275p, p171-195.

- MORIN, Edgar. **A cabeça bem –feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. 6º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 128p.
- NEVES, Delma Pessanha. **O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais.** In “Para pensar: outra agricultura”, Org: Ângela Duarte Damasceno Ferreira e Alfio Brandenburg. Curitiba:Editor da UFPR, 1998, 275p, p147-168.
- NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas.** (Coleção Antropologia e Ciência Política, 4). - Niterói-RJ: EDUFF, 1997. 436p.
- NUNES, Carlos Henrique; SOUZA, Vanilde Ferreira; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **Poder Público e Político em Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo: Algumas Reflexões.** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER – 2003, CD-ROOM.
- OLIVEIRA, Alécio Rodrigues. **Gleba Tucano: A Conquista de um Pedaco de Chão.** Dissertação (mestrado). UNESP - Faculdade de Ciência e Tecnologia - Presidente Prudente. 2001.
- PENA-VEJA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **O Pensar Complexo – Edgar Morin e a crise da modernidade.** Rio de Janeiro-RJ: Garamonde, 1999.201p.
- PINHO, Diva Benevides. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialistas: suas modificações e sua utilidade.** (Biblioteca Pioneira de Estudos Cooperativos). 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1965. 161p.
- PINHO, Diva Benevides. **Cooperativas e Desenvolvimento Econômico: O Cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil.** Boletim,289 História da Doutrinas Econômicas nº 07 – São Paulo – Brasil – 1963. 285p. (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).
- PINTO, Abelardo Gonçalves; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **A construção de uma nova extensão rural: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo.** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, 2000, CD-ROOM.
- PINTO, Abelardo Gonçalves. **A construção de uma nova extensão rural: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo.** Campinas: Unicamp, 1998. 114 p. (Dissertação de Mestrado)
- PINTO, Leonardo de Barros; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier. **A Importância da diversidade entre os iguais: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento rural na região do Pontal do Paranapanema-SP.** II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, FEAGRI/UNICAMP – Campinas-S.P., 2005. CD-ROOM.
- PUTNAM, Robert D..**Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna/Robert D. Putnam, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti;** Tradução Luiz Alberto Monjardim. - 2ªed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, 260p.
- POLANYI, Karl. **A grande Transformação.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- QUEVEDO, José Miguel Garrido. **Organização de pequenos produtores e assentados em Itabera-S.P.: análise de um processo de intervenção.** Dissertação (Mestrado). Faculdade

- de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas - FEAGRI/UNICAMP, 1995.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um Toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. – 2ªed. versão ampliada – Belo Horizonte - MG: Editora UFMG, 2002.159p.
- RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: FASE, 1995. 176p.
- RIGOLIN, Márcia Regina Vazzoler. **Cooperativismo Tradicional e Cooperativismo em Assentamentos: um estudo comparativo**. (Projeto de Pesquisa Doutorado). UFSCar. Janeiro/2000. 23p.
- ROSIM, Luís Henrique. **Nas Terras da Usina, o fazer-se de um Assentamento**. Dissertação (Mestrado). F.C.L. – UNESP – Campus Araraquara. 1997. 206p.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Max Weber – entre a paixão e a razão**. – 3ªed. – Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 2004. 143p.
- SANTANDER, Felipe. **O Extensionista**. Tradução de Salvador Obiol de Freitas. - São Paulo: Editora Hucitec, 1987. 148p.
- SILVA, Rubens Alexandre. **Assentamentos Rurais na Fazenda Pirituba: capital social, parcerias, resistência e desenvolvimento**. Tese (Doutorado). Fevereiro/2005. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara , Araraquara, 2005. 276p.
- SOUZA, Maria Antonia. **As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do MST**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, Brasil, mimeo. 2000. 9p.
- SOUZA, Maria Antonia. **Formas Cooperativas de Produção em Assentamentos Rurais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra): Dimensões Educativas**. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, Brasil, mimeo. 2000. 15p.
- SOUZA, Vanilde Ferreira; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **Elementos constitutivos na construção do Capital Social em Assentamentos Rurais**. II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, FEAGRI/UNICAMP – Campinas-S.P., 2005. CD-ROOM.
- SOUZA, Vanilde Ferreira de Souza. Agricultura Familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural em Araraquara-S.P.. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas – FEAGRI/UNICAMP, 2002
- STETTER, Eliana Aparecida. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** Março/2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara , Araraquara, 2000. 145p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. TEDESCO, João Carlos (Org.). Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.23-56.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In “Para pensar: outra agricultura”, Org: Ângela

Duarte Damasceno Ferreira e Alfio Brandenburg. Curitiba:Editor da UFPR, 1998, 275p, p29-49.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. - 3ªed. - Brasília: Editora da UNB, 1994. 424p.

WHITAKER, Dulce C. A.; et. al. **Transcrição da Fala do Homem do Campo: Fidelidade ou Caricatura**. Retratos Assentamentos – Cadernos de Campo. – NUPEDOR – F.C.L. UNESP/Araraquara. Ano II nº 03, 1995, p.65-70.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **A lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997. 192p.

ANEXOS

Tabela – 01 - Ocupação do Solo do município de Bebedouro

Descrição	Und	Nº de UPAs	Total	% UPAs	% Total
Área Total	ha	977	65.719,10	100,0%	100,0%
Área com cultura perene	ha	668	33.737,60	68,4%	51,3%
Área com cultura semi-perene	ha	288	15.423,20	29,5%	23,5%
Área com cultura anual	ha	154	2.339,30	15,8%	3,6%
Área com pastagem	ha	537	7.018,90	55,0%	10,7%
Área de reflorestamento	ha	59	1.057,70	6,0%	1,6%
Área de vegetação natural	ha	132	2.689,60	13,5%	4,1%
Área inaproveitada	ha	256	1.534,20	26,2%	2,3%
Área inaproveitável	ha	115	613,30	11,8%	0,9%
Área complementar	ha	745	1.305,30	76,3%	2,0%

Fonte: Levantamento de Unidades Produtivas Agropecuárias - LUPA - 1996

Tabela – 02 - Estrutura Fundiária do município de Bebedouro

Área (ha)	Und	Nº de UPAs	Total	% UPAs	% Total
0 a 1	ha	53	30,50	5,4%	0,0%
1 a 2	ha	14	19,60	1,4%	0,0%
2 a 5	ha	68	261,20	7,0%	0,4%
5 a 10	ha	123	949,60	12,6%	1,4%
10 a 20	ha	213	3.130,00	21,8%	4,8%
20 a 50	ha	251	7.829,50	25,7%	11,9%
50 a 100	ha	113	7.798,60	11,6%	11,9%
100 a 200	ha	66	9.314,80	6,8%	14,2%
200 a 500	ha	52	15.185,90	5,3%	23,1%
500 a 1.000	ha	18	12.400,10	1,8%	18,9%
1.000 a 2.000	ha	5	6.401,90	0,5%	9,7%
2.000 a 5.000	ha	1	2.397,40	0,1%	3,6%
5.000 a 10.000	ha	-	-	0,0%	0,0%
acima de 10.000	ha	-	-	0,0%	0,0%
		977	65.719	100,0%	100,0%

Fonte: Levantamento de Unidades Produtivas Agropecuárias - LUPA - 1996

Tabela – 03 - Estrutura Fundiária do município de Bebedouro

Área (ha)	Und	Nº de UPAs	Total	% UPAs	% Total
0 a 20		471	4.390,90	48,2%	6,7%
20 a 50		251	7.829,50	25,7%	11,9%
50 a 100		113	7.798,60	11,6%	11,9%
100 a 200		66	9.314,80	6,8%	14,2%
200 a 500		52	15.185,90	5,3%	23,1%
500 a 1.000		18	12.400,10	1,8%	18,9%
1.000 a 2.000		5	6.401,90	0,5%	9,7%
2.000 a 5.000		1	2.397,40	0,1%	3,6%
5.000 a 10.000		-	-	0,0%	0,0%
acima de 10.000		-	-	0,0%	0,0%

Fonte: Levantamento de Unidades Produtivas Agropecuárias - LUPA - 1996

Tabela – 04 - Área ocupada por culturas

Cultura	Und	Nº de UPAs	Total	% UPAs	% Total
Laranja		633	33.211,50	64,8%	50,5%
Cana-de-Açúcar		279	15.452,40	28,6%	23,5%
Braquiária		118	3.735,10	12,1%	5,7%
Milho		123	1.733,30	12,6%	2,6%
Eucalipto		54	1.037,50	5,5%	1,6%
Soja		23	795,30	2,4%	1,2%
Tangerina		50	269,40	5,1%	0,4%
Capim-Colonião		6	241,80	0,6%	0,4%
Seringueira		15	133,10	1,5%	0,2%
Arroz		17	210,50	1,7%	0,3%
Limão		17	61,90	1,7%	0,1%
Feijão		4	41,10	0,4%	0,1%
Capim-Napier		31	41,00	3,2%	0,1%
Sorgo		6	40,80	0,6%	0,1%
Café		10	96,50	1,0%	0,1%
Manga		8	26,10	0,8%	0,0%
Feijão Fradinho		1	94,70	0,1%	0,1%
Toranja		1	85,60	0,1%	0,1%
Tangelo		6	47,50	0,6%	0,1%
Juta		1	44,40	0,1%	0,1%
Capim Napier		1	41,00	0,1%	0,1%
Macadâmia		3	37,10	0,3%	0,1%
Couve-Flor		1	32,80	0,1%	0,0%
Jiló		2	20,70	0,2%	0,0%

Fonte: Levantamento de Unidades Produtivas Agropecuárias - LUPA - 1996

Tabela – 05 - Faixa Etária da População Moradora no Assentamento – 2005

<i>Faixa Etária</i>	Qte.	%
>65	22	4,15%
65 - 60	17	3,21%
60 - 50	27	5,09%
50 - 40	66	12,45%
40 - 30	79	14,91%
30 - 20	104	19,62%
20 - 14	76	14,34%
14 - 07	66	12,45%
< 07	18	3,40%
	475	89,62%
SDD	55	10,38%
Total	530	

Fonte: Dados da Fundação ITESP (2005)

Tabela – 06 - Faixa Etária dos Titular

<i>Faixa Etária</i>	Qte.	%
>65	8	9,52%
60 - 65	8	9,52%
60 - 50	23	27,38%
50 - 40	23	27,38%
40 - 30	16	19,05%
30 - 20	2	2,38%
20 - 14	0	0,00%
14 - 07	0	0,00%
< 07	0	0,00%
	80	95,24%
SDD	4	4,76%
Total	84	

Fonte: Dados da Fundação ITESP (2005)

Tabela – 07 - Condições de Parentesco com o Titular

Condição de Parentesco	Qte.	%
AMASIA	25	4,7%
FILHO(A)	200	37,7%
CUNHADO(A)	18	3,4%
AMIGO	1	0,2%
ENTEADO(A)	15	2,8%
ESPOSO(A)	53	10,0%
GENRO	8	1,5%
IRMÃO(Ã)	13	2,5%
MÃE	7	1,3%
SEM PARENTESCO	4	0,8%
NETO(A)	32	6,0%
NORA	11	2,1%
PADRASTO	1	0,2%
PAI	6	1,1%
PRIMO(A)	8	1,5%
SOBRINHO(A)	27	5,1%
SOGRO(A)	6	1,1%
	435	82,1%
SDD	15	2,8%
Total	530	

Fonte: Dados da Fundação ITESP (2005)

Tabela – 08 - Origem de Nascimento do Titular e Co-Titular

UF de Nascimento	Titular	%	Co-titular	%	Titular e Co-titular	%
BAHIA	9	10,8%	7	8,4%	5	6,0%
MINAS GERAIS	16	19,3%	7	8,4%	5	6,0%
PERNAMBUCO	2	2,4%	1	1,2%	0	0,0%
PARANÁ	16	19,3%	19	22,9%	7	8,4%
RIO DE JANEIRO	3	3,6%	2	2,4%	1	1,2%
RIO GRANDE NORTE	1	1,2%	0	0,0%	0	0,0%
SÃO PAULO	36	43,4%	34	41,0%	25	30,1%
ESPÍRITO SANTO	0	0,0%	1	1,2%	0	0,0%
SERGIPE	0	0,0%	1	1,2%	0	0,0%

Fonte: Dados da Fundação ITESP (2005)